

terceiro mundo

AMÉRICA LATINA

Ano II — N.º 9

Dezembro 1975

BUENOS AIRES

Edição em Português

Ano I — N.º 1

Dezembro 1975

LISBOA

Esc. 25\$00

SUMÁRIO

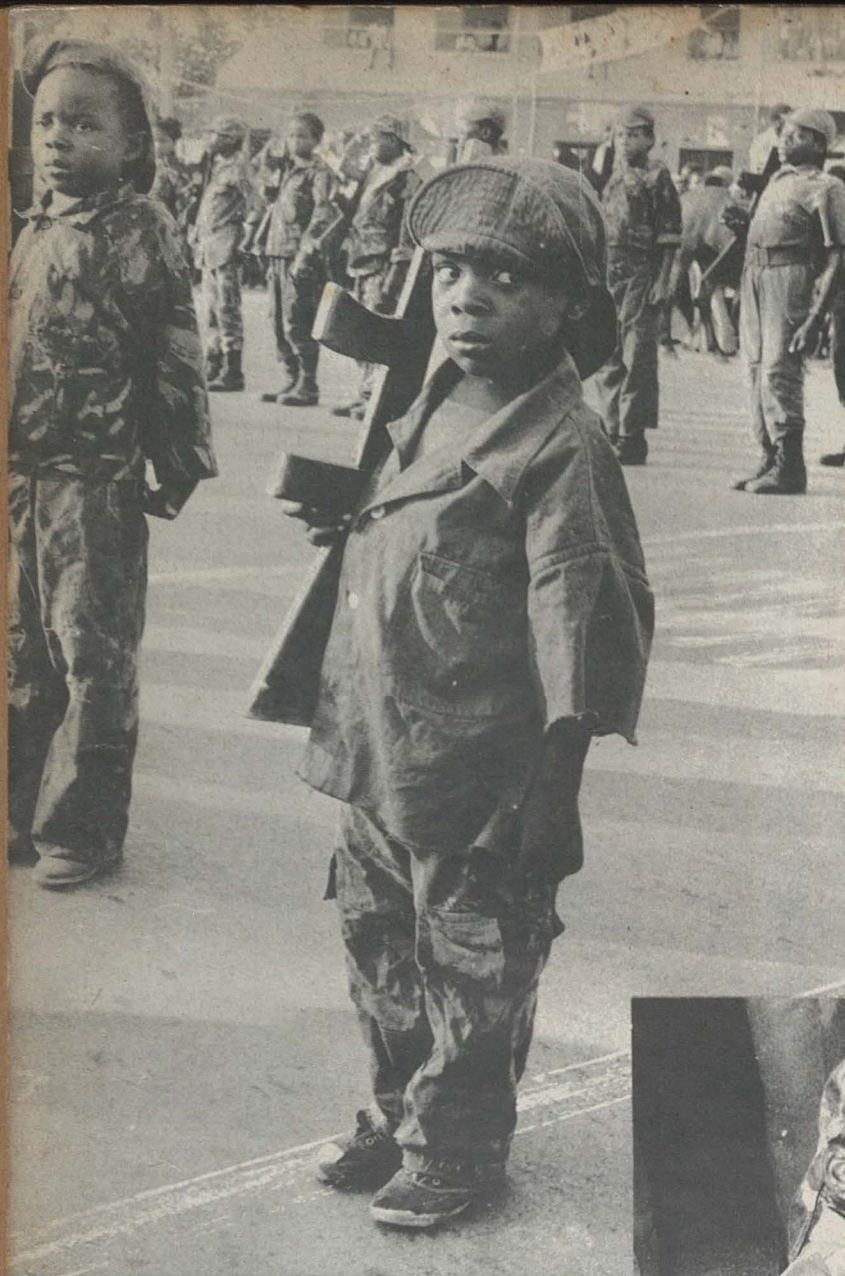
TERCEIRO MUNDO	1
ANGOLA: As dores do parto	2
Explosão numa Angola de alegria livre	10
Os princípios da nova República Popular de Angola	15
O M.F.A. e a transfer. do poder aos trabalhadores	18
VENEZUELA: Está parado o Processo Reformista ...	28
SOMÁLIA: Uma Revolução Singular	34
O Partido construído de baixo ainda espera denominação	41
No centro de Halanne a Revolução prepara seus quadros dirigentes	44
Os animais eram caçados a metralhadora em helicópteros	45
Uma Univer. surge do nada	46
Dois anos de Revolução Cultural: O que não ensinava aprendia	47
EQUADOR:: Análise do último golpe	52
Panorama tricontinental ...	58
Poder Popular e legalidade socialista (Cuba 1975) ...	61
CUBA 1975: O ano da Institucionalização	65
UJAMAA: Seis milhões de camponeses já agrupados em aldeias comunais	75
TANZÂNIA: A lentidão da Revolução é circunstancial, a tendência é a Radicalização	68
LIBANO: As falanges Fratricidas	79



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

Dramático nascimento de um novo Estado

Rosa Coutinho, exclusivo: «PORTUGAL E ESPANHA FORAM ABANDONADOS ÀS MÃOS DO FASCISMO APÓS A II GUERRA»



←
Este jovem «combate-
tente» foi, sem som-
bra de dúvida, a
personalidade mais
fotografada durante as
solenidades de inde-
pendência da nova
República Popular de
Angola». De facto, ele
representa a esperan-
ça de todo um povo
em seu futuro. Sua
metralhadora de ma-
deira rústica é um
símbolo de amor à
nova Nação que sur-
ge de armas na mão
diante de um imperia-
lismo agressivo que
agride o povo angola-
no com tropas mer-
cenárias. Este «ho-
menzinho» é bem um
símbolo do carácter e
da determinação de
um povo que marcha
rumo ao seu futuro de
liberdade e de paz. ↓

ANGOLA

**A LUTA CONTINUA,
A VITÓRIA É CERTA!**

*Com fé inquebrantável o jovem povo angolano
caminha em busca de sua total independência.*



TERCEIRO MUNDO

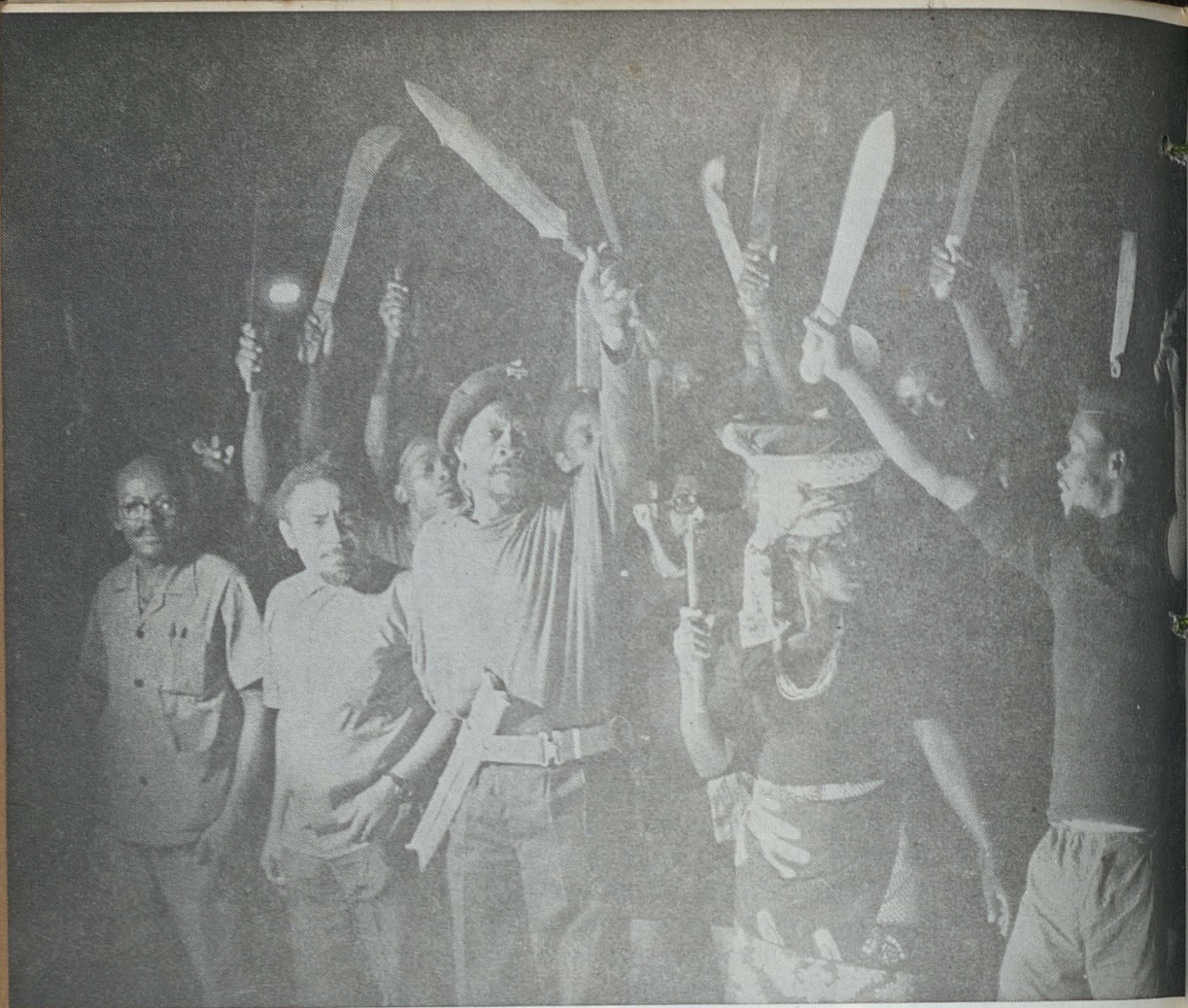
Esta revista, editada em Buenos Aires e destinada a cobrir um vazio quanto aos problemas do Terceiro Mundo, sai agora em seu primeiro número em língua portuguesa a fim de alargar a sua faixa de entendimento entre os povos sub-desenvolvidos e explorados, abordando sempre e com alta preferência e profundidade os problemas que afligem milhões de pessoas que buscam um lugar ao sol.

Ela tem a veleidade de ser um instrumento válido para que esses povos melhor se compreendam, desde que as soluções por uns encontradas sirvam de exemplo e de guia para os demais, evitando talvez que experiências ruinosas se repitam e que muitos governantes incidam nos mesmos erros pelos quais passaram e pagaram outras nações.

Seu Conselho de Direcção e a escolha cuidadosa de seus colaboradores e de sua temática, vão sempre ao encontro dos homens e dos movimentos que em todo o mundo expressaram o nacionalismo, a recuperação económica, a defesa dos recursos naturais, a criação de uma sociedade mais justa, a solidariedade e a unidade dessa vasta área geográfica e humana que compreende o chamado Terceiro Mundo, o qual se caracteriza pelo firme desejo de transpôr as inexplicáveis barreiras da incomunicabilidade e desconhecimento mútuo, alimentados entre elas pelo colonialismo cultural imposto pelas grandes nações.

Compreendido assim, o antagonismo principal de nosso tempo se manifesta pelos desígnios dos centros de poder capitalista em solidificar o seu domínio, de um lado, e a luta dos povos marginalizados e sub-desenvolvidos para alimentar as causas da exploração e dependência a que são submetidos pelos mesmos. Nesse antagonismo bi-polar, nossa opção pelos últimos, pelo Terceiro Mundo do qual fazemos parte, exige o respeito das diversidades que mostram entre si os movimentos de libertação, tanto ideológicas como estratégicas. Ao contrário, encarar o Terceiro Mundo através do enfoque doutrinário único, além de uma exibição gratuita de sectarismo, equivaleria a incorrer na modalidade menos representativa da rica diversidade de meios e de intenções terceiro-mundistas.

Assim, estamos determinados a que este veículo de comunicação entre os povos esteja sempre aberto a todas as correntes e a todas as ideias que germinam no vasto cenário dos povos que desejam vencer as suas dificuldades sectoriais, cada um buscando os seus próprios caminhos, dentro sempre de suas características nacionais, de suas tradições, de suas crenças, de seus ideais.



ANGOLA: AS DORES DO PARTO

Com seu território invadido pelo Zaire e a África do Sul, com suas riquezas ameaçadas e a sua liberdade em perigo, os angolanos proclamam e festejam o dramático nascimento de um novo Estado revolucionário, numa África Austral onde se trava a última batalha contra o colonialismo no continente.

Neiva Moreira

Nossos companheiros Neiva Moreira e Beatriz Bissio estavam em Luanda no dia da independência de Angola e analisam, aqui, aspectos relevantes desse acontecimento histórico, decisivo para a batalha de libertação da África. Igualmente presente na capital angolana, nosso colega Josué Guimarães, correspondente de jornais e rádios brasileiros em Portugal, aborda, especialmente para «Terceiro Mundo», os aspectos culminantes da proclamação.



Logo após assumir a Presidência da República Popular de Angola, Agostinho Neto recebe um abraço e um beijo de uma jovem angolana que, em lágrimas, saudava a vitória de um povo.

FNLA e UNITA não desfilaram, a 11 de Novembro, pelas avenidas de Luanda e Mobutu, que esperava ser a vedeta da «independência», teve de contentar-se em ouvir pelo rádio a proclamação realizada pelo MPLA e a explosão de júbilo do povo angolano. «A cigana os enganou», nos dizia um colega da televisão luandense.

A entrada de Holden e Savimbi e de zairenses e sul-africanos em Luanda era, no entanto, considerada segura nos países capitalistas. Desde Ambriz, o dirigente da FNLA lançava, na véspera, proclamações optimistas e arrogantes, enquanto o seu novo aliado da Unita anunciava, em Nova Lisboa, a liquidação do MPLA e o total desmantelamento das FAPLA — Forças Armadas Populares de Libertação de Angola — ou seja, o seu exército de libertação.

Ambos tinham, entretanto, as suas razões. As forças que, desde o Zaire, atacavam pelo norte a capital angolana, constituíam uma coluna poderosa, integrada por seis batalhões zairenses, além de um destacamento blindado, o chamado «Grupo Bravo», que enquadravam milhares de membros do ELNA — «Exército de Libertação Nacional de Angola» — braço armado do FNLA. Pressionando em uma área

limitada, cuja meta inicial era o controlo dos reservatórios de água de Kifangondo a menos de trinta quilómetros da capital, os invasores zairenses e seus aliados internos desencadearam, dias seguidos, uma barragem de artilharia das mais intensas de toda a guerra. «Muitas vezes estávamos a pouco mais de cem metros», nos dizia no Hospital Militar de Luanda, — onde chegavam diariamente cinquenta, sessenta e mais feridos das frentes de batalha —, um jovem artilheiro ferido.

O último assalto, durante quase todo o dia 10 de Novembro, começou pouco depois do amanhecer e durou até o fim da tarde. Um número considerável de blindados, canhões, material de guerra de todo o tipo, foi destruído ou capturado e os atacantes deixaram no terreno mais de 400 mortos ou feridos graves, além de numerosos prisioneiros. Muitos destes estavam a ser atendidos no Hospital Militar, tratados com os mesmos cuidados dispensados aos feridos do MPLA. «Aqui não há qualquer tipo de discriminação. Tratamos igualmente aos angolanos, aos portugueses e aos zairenses. Esta manhã lutamos horas seguidas para salvar a vida de um militar do Zaire, capturado na batalha de Kifangondo, atingido por um tiro de

bazuca e o mesmo ocorreu ontem com um português que combatia pelo FNLA e também foi feito prisioneiro», nos declarou o médico David Lerer, um voluntário brasileiro, veterano dos hospitais da Frelimo, e que agora presta sua colaboração à luta de libertação do povo angolano.

A heróica resistência dos combatentes da frente norte frustrou a ofensiva Zaire-FNLA, enquanto, a centenas de quilómetros, as FAPLA travavam outra decisiva batalha, expulsando e derrotando as forças que tentavam romper as linhas defensivas de Cabinda. A bandeira que ia à frente dos atacantes era a da FLEC — Frente de Libertação do Enclave de Cabinda — um inexpressivo grupo separatista com sede em Kinshassa, mas a força real era do exército do Zaire. Para o imperialismo, os dois objectivos eram fundamentais: em Luanda estava o poder político, enquanto Cabinda era a riqueza petrolífera ambicionada pelas multinacionais que movem a guerra.

Embora com menos segurança, também Savimbi prometia estar em Luanda no dia 11. A Unita é hoje, em Angola, a fachada nacional de uma vasta empresa multinacional, da qual participam não somente a África do Sul, mas portugueses ligados ao ELP — o chamado Exército de Libertação de Portugal — e mercenários de outras nacionalidades. Isso explica porque, sendo dos três sectores de luta o mais fraco e desorganizado é o que tem apresentado nas últimas ofensivas uma poderosa estrutura militar e um armamento mais sofisticado.

Partindo da fronteira da África do Sul, essa força tem exercido uma violenta pressão rumo norte, ocupando Sá da Bandeira, Moçâmedes, Benguela e Lobito. Nessa frente, além dos «Panhards» franceses, muito comuns na invasão de Angola, apareceram tanques pesados e uma eficaz combinação de helicópteros e artilharia, além de um forte destacamento motorizado, que deram ao ataque uma mobilidade excepcional.

O objectivo dessa ofensiva era cercar Luanda pelo sul, mas esse ataque foi também bloqueado. Embora o quadro estratégico não esteja — quando escrevemos — ainda perfeitamente claro, parece evidente que concentrando suas principais forças na defesa de Luanda e de Cabinda — o poder político e económico — as FAPLA viram debilitadas suas reservas ao sul e o único que podiam fazer, no momento, era reduzir a velocidade do ataque inimigo, enquanto preparavam uma contra-ofensiva que, nos meios bem informados da capital, se considera como certa.

Essa contra-ofensiva pode ser ajudada pelo facto de que, avançando com um ritmo que supera os limites de segurança, o agrupamento África do Sul/ELP/UNITA estendeu demasiadamente suas linhas, expondo-as não só aos

ataques de grupos guerrilheiros à retaguarda, já muito activos e com uma vasta experiência nesse tipo de luta, como à contra-ofensiva das forças regulares.

Diga-se de passagem que esses três campos de luta — região de Lobito-Novo Redondo, frente norte e Cabinda — não são os únicos onde se combate. No leste, os defensores de Luso, uma importante posição estratégica na estrada de ferro ao cobre, vem resistindo a duros ataques, enquanto na região de Uíge, se desenvolvia uma violenta batalha, que culminou com um vitorioso contra-ataque das FAPLA e a reconquista da importante base de Samba-Caju.

Arthur Queiroz, um militante revolucionário angolano, que trocou os cafés universitários de Paris pelo jornalismo engajado, nos revela numa reportagem de guerra publicada pelo «Diário de Luanda» quem são os integrantes dessa força inimiga: «Soldados em fuga — dois angolanos e os restantes zairenses, nos dão pormenores sobre as unidades mercenárias», escreve ele. «Cada uma é constituída por 250 homens, assim distribuídos: um máximo de cinquenta são angolanos, cem ou mais são zairenses e os restantes são portugueses, sulfricanos, israelitas e os comandantes a que chamam «instrutores» são chineses».

A configuração desse quadro militar leva a duas constatações preliminares: a primeira, é que a luta evoluiu de uma guerrilha para uma guerra e a segunda, é que a invasão de Angola é uma operação internacional.

Isso explica, em parte, os insucessos ocasionais do MPLA nas frentes de batalha. Assinados os Acordos de Alvor, o movimento de libertação de Angola estava convencido de que a fase propriamente militar estava superada e que, em aliança com os dois grupos, o MPLA iria começar a fase de reconstrução. Ocorre que, no caso do FNLA, inactivo durante todos os 14 anos de guerra de libertação, havia preparado no Zaire um poderoso exército superior a 20 mil soldados, que transferiu para Angola logo depois de instalado o Governo de Transição. Esse Exército está hoje em acção e é dotado de um poderoso material de guerra, em parte entregue pelo governo do Zaire e outro recebido da China ou dos Estados Unidos.

As FAPLA, depois da batalha de Luanda, quando os dois grupos — FNLA e Unita — foram daí expulso, começou um intenso trabalho de reconversão das unidades guerrilheiras em exército regular, mas esse trabalho está em pleno desenvolvimento. Muitos desses soldados estão entrando em duros combates, mais dos Centros de Instrução Revolucionária, que são as escolas militares das FAPLA, e é natural que, tendo de enfrentar um novo tipo de guerra, em que a artilharia e os blindados são elementos decisivos, necessitam de um certo tipo de adaptação.



Contrastando com a motocicleta brilhando de nova Polícia Militar, um jipe coberto de barro, recém-chegado da frente de batalha.

O abastecimento de armas é outro factor importante. Uma corrente contínua de material bélico fluiu para as forças invasoras e nem podia ser de outro modo, quando atrás delas as empresas multinacionais, os fabricantes de armamentos, os reaccionários de todo o mundo, se conjugam para apoiá-las. O MPLA está recebendo ajuda da União Soviética e outros países socialistas e conta com o fraterno auxílio das nações africanas progressistas. No futuro imediato, essa ajuda poderá forjar um invencível instrumento político-militar, capaz de garantir a integridade das fronteiras no novo Estado, expulsando do seu solo os invasores estrangeiros.

Não só a conversão de guerrilheiros em soldados regulares que devem travar também uma guerra convencional, como a aquisição, transporte e uso de novas armas, exigem planos, muito trabalho e tempo. Nas primeiras fases da guerra, o MPLA tem-se apoiado na clareza ideológica dos seus combatentes, no espírito patriótico, na decisão de lutar e no espírito de sacrifício. Esses factores serão decisivos na etapa que se vai abrir, mas esta será marcada,

sem dúvida, pela presença no campo de batalha de forças regulares — do novo exército nacional anunciado pelo presidente Agostinho Neto no solene momento da proclamação da independência — e por uma ajuda internacional que será crescente, à medida da necessidade de se enfrentar uma invasão externa. Essa é a conclusão que se tira não só da análise da evolução político-militar, mas de opiniões recolhidas em fonte autorizadas do MPLA e do novo governo.

O mais importante que se pode observar na Angola de hoje é que o povo sabe que trava uma dura luta e cruenta e que deve enfrentar com determinação o desafio do imperialismo. O clima é de responsabilidade, mas também de optimismo quanto ao futuro. «A longa luta do povo angolano contra o colonialismo termina sempre em vitória», declarou o presidente Agostinho Neto.

O facto da proclamação da independência ter sido realizada em Luanda, no dia e hora assinalados pelos Acordos de Alvor, num clima de entusiasmo e de mobilização popular armada, com a presença de numerosas delegações socia-

listas e de nações africanas, com embaixadores plenipotenciários de todos os países de língua portuguesa, menos Portugal, deu um relevo extraordinário ao nascimento do novo Estado. Mais que isso: mostrou que Angola não está só e tem amigos em todo o mundo.

Entre as ausências, seguramente as mais comentadas e criticadas foram as de Portugal e da Organização da Unidade Africana e, entre as presenças, a menos esperada foi a do governo brasileiro.

Portugal tem uma velha tradição de habilidade diplomática e capacidade negociadora. As actuais fronteiras do Brasil são, em grande parte, fruto dessa sabedoria secular. Quando se analisava o complicado panorama angolano, as dificuldades que Portugal enfrentava, era natural esperar que o governo de Lisboa buscasse uma fórmula de presença em Luanda que conciliasse seus compromissos diplomáticos, as responsabilidades da descolonização e os compromissos revolucionários do 25 de Abril. Até a última hora, em Luanda, esperava-se que algo acontecesse nesse sentido e o episódio final de um avião mandado retornar, já quase da capital, confundindo salvas de comemoração com tiros de guerra, serve para acentuar as frustrações de uns e a indignação de outros.

O mais suave que se ouvia naquela imensa multidão concentrada nas largas e bonitas avenidas da capital de Angola era que «Portugal cometeu um erro irreparável», que a «proclamação da independência» anunciada pelo alto comissário, almirante Leonel Cardoso, perante uma centena de jornalistas e a atitude surpreendente de Brasília contribuíram para acentuar.

Com efeito, soava inócuo escutar o almirante Cardoso declarar: «Proclamo solenemente, com efeito a zero de 11 de Novembro de 1975, a independência de Angola e a sua plena soberania». Bastava ver as ruas da capital e o que se passava a 10 metros do salão nobre do Palácio, onde o alto comissário lia sua proclamação, para se verificar que já não existiam bandeiras portuguesas, os últimos soldados que encerravam 500 anos de colonialismo se preparavam para embarcar, e, quase por um passe de mágica, uma Luanda branca e europeia se convertia, rapidamente numa cidade tão africana como Brazaville, Dakar ou Kampala.

O «Jornal de Angola», que era a velha «Província», que os portugueses liam todas as manhãs quase como uma Bíblia, perguntava o que representava a declaração do governo de Lisboa lida pelo almirante Cardoso: «fuga de responsabilidade ou ingenuidade política?»

Apesar de tudo, o tom dos responsáveis pelo governo e pelo partido era de moderação. Proclamada a independência, o presidente Neto declarou: «A República Popular de Angola

tratará com especial atenção as relações com Portugal e porque deseja que elas sejam duradouras estabeleçê-las-á numa base nova despida de qualquer vestígio colonial». Investindo o Primeiro Ministro Lopo do Nascimento e os demais ministros do gabinete da independência, o líder angolano voltaria ao tema, acentuando: «Esperamos que, com Portugal, apesar das ambiguidades actuais de sua política, possamos, finalmente, ter as desejáveis relações diplomáticas, que também é, tenho a certeza, o querer do povo português».

E ao Brasil, a que atribuir a rapidez com que o seu governo chegou a Luanda? A posição internacional do governo de Brasília é muito conhecida e há, não só em Angola como em toda a África, a convicção de que sectores influentes do regime brasileiro, que acolheram fraternalmente o general Spínola e os magnatas portugueses despejados de Portugal e das ex-colónias, estão ajudando as forças mercenárias que invadem Angola a partir da África do Sul. Por outro lado, entre o MPLA e o governo brasileiro há diferenças ideológicas tão fundamentais que não permitem qualquer tipo de confusão a respeito das posições de cada um.

No entanto, a decisão do Itamarati, reconhecendo o novo governo, mandando ao palanque o seu consul em Luanda, foi recebida em Angola e na África como um acto positivo. O general Geisel, e seu telegrama, dirigido ao «presidente Agostinho Neto — Luanda», assinala que «lamentando não poder assistir às cerimónias de proclamação da Independência de Angola, pela qual felicito Vossa Excelência e o Povo angolano, tenho a honra de comunicar-lhe que designei para representar-e nas mesmas, com a qualidade embaixador especial, o representante especial do Brasil, Ovidio de Andrade Melo».

O diplomata brasileiro foi dos mais assíduos nas comemorações e, no grande desfile popular-militar da tarde do dia 11, foi convidado a trocar sua cadeira de onde estavam os convidados oficiais para a tribuna de honra da qual falou o presidente Neto.

Essa atitude teve, além de outros, o efeito de destacar mais ainda a ausência de Portugal, o único país de língua portuguesa ausente naquele momento histórico.

A «OUA» E UM NOVO POLO DE PODER EM ÁFRICA

Um antecedente que produziu forte impacto em Angola e em toda África, foi a reunião, em Lourenço Marques, convocada pelo presidente Samora Machel, dos países ex-colónias de Por-



Este decidido soldado do MPLA marcha no desfile da Independência com o seu garboso e original passo, misto de marcial e de bailado, característica de um povo alegre por natureza.

tugal. O documento subscrito pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) e Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) anunciou o reconhecimento colectivo do novo governo angolano, o seu apoio total à luta de libertação desse país e fez uma enérgica denúncia da posição do governo de Lisboa. Na nota final volta a «condenar o comportamento do governo português no processo de descolonização de Angola, que criou as condições que possibilitaram a ocupação de parte do território angolano por parte de forças regulares de lacaios do imperialismo nomeadamente a África do Sul».

Essa reunião, além da importância política e militar que teve o seu desenvolvimento da resistência angolana à agressão externa, significou o nascimento na África de um novo polo de poder, formado pelos países de expressão portuguesa, irmanados pela luta comum contra o colonialismo e o neocolonialismo.

Em Luanda era público que, após essa decisão, uma torrente de ajuda fluiria para Angola, alterando, substancialmente, o panorama militar da luta. Fundamentalmente, foi notável a repercussão na África e também entre os angolanos que sentiram, objectivamente, que não estavam sós em sua brava resistência.

Enquanto isso ocorria em Lourenço Marques, a Organização de Unidade Africana desaparecia do mapa e o seu presidente, Idi Amin, tão pródigo em declarações anti-imperialistas, mas tão cauteloso ao tomar qualquer atitude que desagrade ao Zaire e à direita africana, omitia-se totalmente de um dos mais transcendentes marcos no processo de libertação de África.

Não se conhece sequer uma reacção justa à iniciativa do presidente da Somália, general Siad Barre, pedindo uma urgente convocação da OUA para examinar o caso angolano. Amin insiste em enviar a Angola uma força internacional que outra coisa não seria senão a repetição da missão da ONU no Congo (Zaire) que terminou por fortalecer a posição do bloco imperialista frente à rebelião patriótica de que Patricio Lumumba foi um precursor e mártir.

A missão da OUA que esteve em Angola teve oportunidade de verificar que são absolutamente verdadeiras as denúncias da presença da África do Sul e do Zaire na invasão do país, mas nada disso levou Amin a única atitude que lhe correspondia e que seria a de estar presente,

UMA FESTA A 25 KM DA BATALHA



Estes homens acabavam de regressar da frente de combate mais próxima apenas para dizer ao povo e aos dirigentes que os soldados estavam ali presentes, de coração.

lhor da sua juventude lutando e morrendo para que a nação vivesse, havia algo de épico naquele momento que nos tocou viver a 11 de Novembro de 1975 em Luanda. Era como se assistíssemos às dores do parto de uma nação que ganhava com o sangue e o sacrifício o seu

direito à vida. O nascimento de um novo Estado, derrubando uma das últimas bases do colonialismo e se mobilizando para derrotar, como no Egipto, na Coreia, no Vietnam, em Cuba, na Argélia, a desesperada contra-ofensiva do imperialismo.

como Siad Barre, seu antecessor em Lourenço Marques, às solenidades de proclamação do novo Estado em Luanda.

A iniciativa do presidente Sekú Turé, de Guiné-Conakri, propondo a demissão de Amin, pode não ser possível do ponto de vista regular, mas contribuirá muito para debilitar sua posição na presidência e alertar os países membros para as manobras que se realizam dentro da Organização.

A ausência da OUA não impediu que mais de trinta países já tenham reconhecido o governo de Angola dirigido pelo MPLA e que muitos outros o façam nos próximos dias. Momentos depois do presidente Neto ler sua mensagem de proclamação da independência, um embaixador especial do Congo (Brazaville) anunciava o reconhecimento do novo governo e informava ao povo que seu país havia declarado feriado nacional naquele dia em homenagem ao novo Estado.

Esse reconhecimento foi muito importante, não só pela posição ideológica do Congo, como pelo que significa como uma retaguarda segura dos combatentes angolanos. Em relação a Cabinda, um porta-voz de Brazaville declarou que o Congo entraria em acção se qualquer governo estrangeiro violasse a soberania de Angola em Cabinda e isso é uma séria advertência a Mobutu, ponta de lança das empresas petrolíferas na agressão àquela parte do território angolano.

INTERNACIONALIZAÇÃO DA GUERRA

Assistimos em Roma a uma conferência de imprensa de Paulo Jorge, membro do Bureau Político do MPLA em que denunciou a internacionalização do ataque a Angola. Esse tema passou a ser objecto de permanente análise em todas as chancelarias africanas e na própria imprensa mundial. A agressão está internacionalizada e há um sentimento muito arraigado entre as correntes progressistas e os países revolucionários de que seria, mais que um absurdo, uma apostasia permitir que dois Estados militaristas e dependentes do capitalismo internacional, África do Sul e Zaire pudessem atacar, impunemente, um país que apenas emergia à independência. É fora de dúvidas que além da ajuda da União Soviética e de outros países socialistas, das nações ex-colónias de Portugal,

Angola terá — como o Vietnam — a solidariedade militante dessa imensa área do mundo já libertada da tutela do imperialismo.

A África do Sul não se limita a ajudar a Unita, como o Zaire tem ambições muito superiores à da própria instalação de Holden em Luanda. Além dos interesses estrangeiros que defendem, ambos os governos têm reivindicações territoriais e económicas em Angola e, sobretudo, tentam impedir que o polo revolucionário, muito forte no início — Somália, Madagáscar, Tanzânia, Moçambique — se robustea no Atlântico Sul, uma área que os norte-americanos consideram como um lago doméstico.

Zaire quer substituir os empresários portugueses e África do Sul tem ambições geopolíticas mais definidas: quer assegurar um corredor estratégico que lhe permita controlar uma área que vai da Namíbia até Lobito. Nos dias subsequentes à invasão do sul pelas tropas da Unita, da África do Sul, do ELP e outros, a euforia dos primeiros dias, quando o FNLA e Savimbi recebiam as homenagens dos «aliados», foi substituída pela hostilidade aberta dos sul-africanos aos dois grupos e, através da Rádio do Sul de Angola, começou-se a falar na Ovambolândia — o que significa retirar de Angola o cunene e outras áreas habitadas por essa etnia, a mesma de Namíbia — e, também, os «vivas» à «Angola portuguesa».

Fazer um «batustão» com os ovambos é um velho sonho dos racistas de Pretória e se isso lhes fosse possível para assegurar o controlo de uma saída para o Atlântico mais no norte, na terminal da estrada de ferro do cobre, que une Angola à Zâmbia e ao Zaire, então a «inversão» que estão fazendo hoje seria altamente rentável.

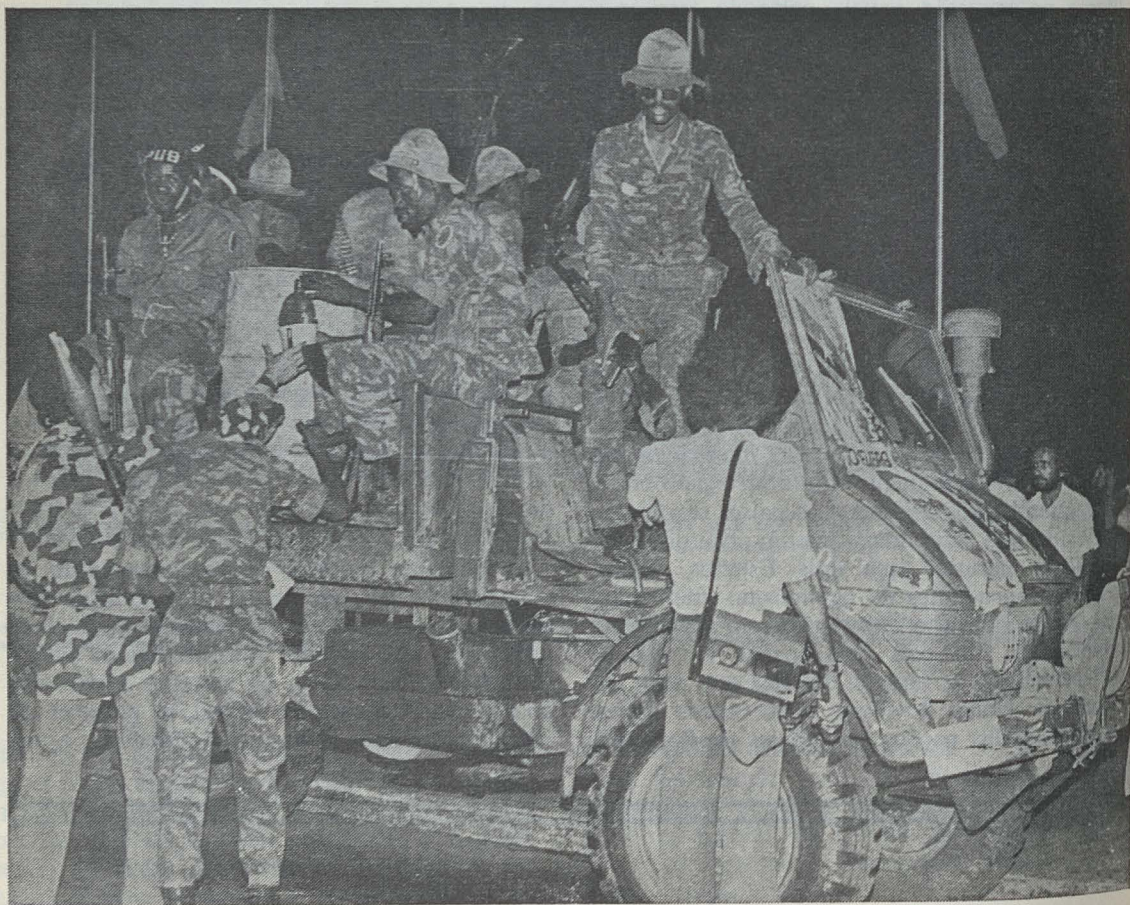
Todo esse remanescente do colonialismo e os redutos do racismo rodésio-sul-africano temem a irrupção, nessa decisiva área geopolítica, de uma Angola rica e livre, impulsionada por uma revolução popular de bases profundamente anti-imperialista. Não impediram, contudo, a proclamação da independência, como não conseguirão deter o processo revolucionário, através de uma guerra de agressão que, mais hoje mais amanhã, será vencida pelo povo angolano.

O momento histórico da proclamação da independência foi um marco não somente dos anseios de liberdade dessa jovem e valente nação, como um exemplo admirável para todo o Terceiro Mundo. Com os inimigos assediando as defesas exteriores da capital, as pressões diplomáticas e económicas se avolumando, o me-

EXPLOÇÃO DE ALEGRIA NUMA ANGOLA LIVRE

Apesar da guerra psicológica do inimigo mercenário, dos combatentes encarniçados a 30 km de distância da Capital, da falta de água e do prato único — o povo deu-se as mãos para comemorar a Independência de seu território, recebendo a chuva que caía como um sinal de boa sorte e de vitória final contra as forças externas que procuram desesperadamente manter as suas posições de domínio e de saque.

Por BEATRIZ BISSIO



Sabes, esta chuva pressagia felicidade. Também em Moçambique choveu no dia da independência. O povo diz que é a mensagem de nossos mortos».

Acabávamos de desembarcar no aeroporto de Luanda, nas vésperas da independência. O comentário era de uma das jovens militantes do PAIGC e o retrato de Amílcar Cabral. E, efectivamente, as celebrações decorreram num clima de alegria popular, vigilância revolucionária e organizadas demonstrações de mobilização por parte de uma vanguarda militante que cada dia mais se confunde com o povo.

Para outros a chuva simbolizava as lágrimas dos colonialistas que não se resignavam à perda irreparável de uma Angola tão rica. Presságio ou não, essas gotas foram o baptismo de uma jovem Nação, cujo nascimento pôs fim a quinhentos anos de colonialismo português em África.

Regressávamos a Angola um mês e meio depois de havermos partido. No aeroporto mesmo era visível a diferença com a situação que havíamos deixado em Luanda. Um enorme cartaz de Agostinho Neto, bandeiras do MPLA e uma sala de «VIPS» repleta de delegações visitantes recebidas por membros do Comité Político do Partido, demonstravam um absoluto controlo das forças populares num aeroporto que estava, então, sob a direcção portuguesa. A limpeza e a tranquilidade dos amplos corredores haviam deixado para trás as angústias e tensões dos meses que durou a ponte aérea para Lisboa, com a retirada dos portugueses. Saindo, continuava a mesma sensação de mudanças, acentuada pela presença nova da recém criada Polícia Militar angolana, com elegantes uniformes caqui e azul, que, identificando o carro oficial, davam passagem com «adiante camaradas».

Pela manhã, muito cedo ainda, apreciando pela última vez a bandeira portuguesa no mastro da importante fortaleza que domina a baía de Luanda, a população se dirigia a seus postos de trabalho. Também então fomos surpreendidos com uma significativa modificação: a cidade portuguesa que havíamos deixado — com o êxodo maciço da população branca e a afluência à zona asfaltada da população negra — havia-se transformado em uma urbe completamente africana. Os automóveis, que tanto enfiavam o trânsito luandense eram agora, sensivelmente, em menor número. Muitos estavam abandonados, geralmente sem pneus, recordando a fuga apressada de um dono com cargas de consciência ou que, depois de ter enviado um ou dois carros, não tenha encontrado maneira de burlar a legislação para poder enviar um terceiro para Lisboa.

Em lugar das antigas estátuas portuguesas, que o povo arrancou de seus lugares, os austeros pedestais ostentam hoje as coroas do

MPLA combinadas com criatividade. Surge assim uma decoração nova, sem dúvida muito mais de acordo com a sensibilidade popular angolana do que a fria fisionomia de um navegador do século XV ou de um colonizador. Também os nomes das ruas começam a mudar e os heróis do império lusitano são progressivamente substituídos pelos comandantes mortos durante os catorze anos de luta pela libertação.

Assim como no aeroporto da «ponte aérea» só ficou a recordação de algumas canalizações arrebitadas, na cidade as vitrinas vazias das lojas, antes cheias de artigos portugueses e importados, falam com muita expressividade de um processo de remoção de um passado secular e de um presente convulsionado, porém auspicioso.

Alguns ambientes populares, buliçosos neste dia da Independência, onde se ouve canções e se vê a presença de mulatos e se nota o andar cadenciado das mulheres, nos lembram desde logo a descendência latino-americana de Angola: o povo do Brasil.

Novos cartazes apareceram nas paredes, todos comemorativos da Independência e, concomitantemente, outros desapareceram. Nem uma referência à UNITA, nem uma só inscrição, das muitas que havia, da FNLA. O povo, em sua carinhosa preparação da Capital para o dia da grande celebração, fez desaparecer meticulosamente todo o vestígio daquelas presenças, sentidas unanimemente como inimigas. Da época em que em Luanda conviviam com o MPLA os que hoje o povo sente como descartados instrumentos do inimigo, só ficou a recordação do sacrifício de quinze mil vidas. Não fora a marca deixada nos grandes edifícios dos violentos duelos de artilharia travados dentro da cidade, alguém poderia dizer que Luanda sempre foi o baluarte inexpugnável do MPLA. Em rigor isso era verdade e ainda o é. Poucas vezes se viu um apoio popular tão expressivo a uma vanguarda política como o que se observa em Luanda com respeito ao MPLA. Percorremos vários musseques, algumas zonas distantes, ministérios, locais públicos. Todos literalmente cobertos de cartazes do movimento. Na maioria deles não falta o retrato sereno de Agostinho Neto. Em todos esses locais éramos sempre tratados como «camaradas» e em nenhuma só vez a saudação deixou de obedecer à tradição do movimento com um tríplice aperto de mão, os quais significam o lema de «Unidade — Trabalho — Vigilância».

Quando estava sendo aguardada em Luanda a representação da Organização de Unidade Africana, brigadas de voluntários dos musseques em poucos dias mudaram o aspecto da cidade abandonada e suja da época do êxodo. «E esses cartazes em francês foram escritos por eles para que os visitantes os compreendes-



O actual Primeiro Ministro Lopo do Nascimento, tendo ao lado um grande amigo e companheiro do MPLA, o ministro moçambicano Marcelino dos Santos. Era o abraço amigo de Samora Machel a Agostinho Neto e seu povo.

sem», comentava connosco Paulette Lopes, activa militante agora no Gabinete do Ministério de Informação. Assim, lê-se hoje em muitas paredes, «A bas le neocolonialisme», «A bas le FNLA et l'UNITA», «A bas le reaccion».

O povo vive um clima de festa e de alegria. Delegações estrangeiras haviam começado a chegar três ou quatro dias antes, preconizando um importante reconhecimento internacional ao governo do MPLA. Centenas de jornalistas de todas as partes do mundo — muitos deles amigos do MPLA desde os primeiros tempos — espalhavam-se pelos diversos hotéis. Um grupo de colegas progressistas já se haviam organizado para dar a sua ajuda à luta do povo angolano, instalando uma campanha para doar sangue aos feridos de guerra.

No Ministério da Informação os correspondentes recém-chegados vão recebendo as suas credenciais na medida em que a capacidade de trabalho de um eficiente grupo de funcionários permitia. Álbuns de fotografias do desenvolvimento da luta nos últimos meses passam de mão em mão. Nossos colegas mencionam o facto de que a imprensa teve a mais ampla liberdade de acção durante todas as solenidades, mesmo aqueles que, em lugar de mandar em suas crónicas factos concretos, preferiram lançar ao mundo ecos de «boatos» de todo o tipo que proliferavam em círculos de café.

Apesar de estar o país invadido, suportando uma divisão causada por uma descarada intervenção internacional, o povo continua vivendo a sua vida, embora sempre vigilante e atento. Uma solenidade de casamento colectiva, de oitenta casais, foi uma das notícias mais divul-

gadas nos dias anteriores do 11 de Novembro. A imprensa e os meios de comunicação dedicavam extensas análises a essas semanas decisivas da História do MPLA, comentando as atitudes burguesas e individualistas que se faz necessário combater dentro de cada um, exaltando uma nova moral revolucionária.

O clima de festa não reflectia, é bom que se diga, alienação. A frente Norte estava a somente 30 km da cidade e o povo seguia atento o desenrolar da luta. Internamente a vigilância se acentuava na medida em que se aproximava a data da Independência. «Há apenas 14 anos só os sonhadores tinham a convicção de que seríamos dirigidos por um Presidente angolano e estamos em vésperas de que isso se torne uma realidade. Porquê havíamos de estar pessimistas hoje? A luta continua, porém a vitória é certa», comentava para nós uma aguerrida militante dos velhos tempos, citando o lema do MPLA. Era um facto palpável que o povo sentia confiança em sua vitória e que, a partir disso, qualquer sacrifício era válido.

Nem uma só queixa ouvimos quando chegava ao fim o quarto dia de falta de água na cidade. «Estão chegando algumas gotas», era sempre a resposta quando perguntávamos sobre o problema. Era, na verdade, uma medida preventiva às vésperas do 11 de Novembro, quando a artilharia inimiga tinha por objectivo principal a represa de Quifangondo que abastece de água a Capital.

O povo estava muito acima dessas vicissitudes. Nenhuma menção, tão-pouco, para a escassez de alimentos. A ementa de prato único

já um hábito aceite pelos hotéis de maior categoria de Luanda e que ainda mantém a formalidade de apresentar a carta de preços na qual figura uma única opção. A cidade se compenetrara do clima bélico e as restrições naturais de uma guerra são aceites normalmente.

No dia 10 de Novembro a conferência de imprensa do Comodoro Leonel Cardoso foi o único «acto frio». Para os que, como nós, haviam tido o privilégio de estar presentes aos actos de Independência de Moçambique e, assim, admirar um facto histórico único, com aquelas boas-vindas com honras militares ao representante do Portugal, que na oportunidade foi o General Vasco Gonçalves, essa proclamação unilateral de Portugal, sem cerimónia, sem grandeza e sem glória, deixou a todos frustrados. Ao povo angolano, também.

Em contrapartida, foi emocionante o momento em que os últimos soldados portugueses se despediram de Angola. Primeiro deram um longo passeio pelas ruas de Luanda, com os braços erguidos, num adeus definitivo e emocionante à última colónia de Portugal na África. Logo após, já na ilha de Luanda, posando para as objectivas dos fotógrafos de várias nacionalidades, e recebendo aos que os iriam substituir a partir daquele momento: as Forças Populares de Libertação de Angola. Tinham a exacta noção de que o seu embarque, o do último contingente português em terras africanas, era o fim de cinco séculos de colonialismo.

— Então, agora vão engrossar as fileiras da contra-revolução em Lisboa — comentou um jornalista latin-americano a um dos comandantes de grupo.

— As fileiras da contra-revolução? Enganase. Da minha parte vou-me apresentar para lutar ao lado dos revolucionários — respondeu ele.

Nesse contingente sentia-se que esse era o espírito dominante. «Enquanto estivemos aqui fizemos o possível para ajudar no processo de descolonização», comentava um deles que se despedia de um amor angolano que não poderia levar consigo. Não nos ocultou, também, o seu desgosto por outros que, integrados hoje nas fileiras de mercenários ou actuando nos sectores de direita dentro de Portugal, voltaram a sua frustração por uma realidade irreversível destruindo instalações de edifícios públicos de Luanda, sabotando o próprio Hospital Militar e destruindo equipamentos que hoje seriam vitais para a população angolana e para as dezenas de feridos que diariamente chegam das frentes de batalha.

Quando caía a tarde do último dia de colonialismo, notava-se no ânimo de muitos que acreditavam nos rumores propagados pela reacção externa a grande incógnita: se realmente o MPLA seria capaz de declarar a In-

dependência com o controlo absoluto da situação. O povo já se dirigia organizadamente para o Largo 1.º de Maio onde se realizariam as solenidades e as festas. O programa era cumprido normalmente e os tão alardeados bombardeios da cidade não se concretizavam.

Nesse cair de tarde a população teve múltiplas emoções, mas sem dúvida uma das mais inesquecíveis foi a primeira transmissão oficial da televisão angolana. Um esforçado grupo de jovens, organizados por Luandino Vieira, escritor militante da primeira hora, conseguia colocar no ar, no dia mesmo da Independência, um programa especial feito durante a reunião, em Lourenço Marques, dos países africanos da língua portuguesa que no dia anterior haviam anunciado o seu incondicional reconhecimento do MPLA como único governo legítimo de Angola. A seguir, filmes directos da própria frente de combate, emocionando o povo que assistia às imagens através de 400 aparelhos distribuídos por todas as comissões de bairros dos musseques, em sedes de organizações desportivas e núcleos de organizações de base. A televisão angolana nascia como um poderoso instrumento revolucionário de comunicação de massas.

Nos bairros periféricos que não dispunham de meios de transporte para alcançarem o local das solenidades, foram colocados alto-falantes e estrados com mastros de bandeiras para que a proclamação de independência fosse realizada em cada um desses locais. O mesmo acontecia nas zonas rurais mais afastadas. Desde cedo que as crianças tratavam de colocar cartazes e faixas coloridas pelas casas e arruamentos, ajudados por suas mães e irmãs que pintavam letrados e frases revolucionárias. Um dos mais difundidos era sobremaneira significativo: «Devemos fazer a guerra para terminar com a guerra». Curiosamente, em muitas dessas proclamações populares a meia-noite não foi esperada, mas mesmo assim foram até mesmo mais formais do que a própria cerimónia central: o povo procurou uma bandeira portuguesa para realizar o seu arriamento enquanto com solenidade hasteava a nova bandeira do seu povo.

No Largo 1.º de Maio os lugares começavam a escassear. Os pioneiros, que há tanto tempo se haviam preparado para tal ocasião, desfilavam mais erectos do que nunca, orgulhosos de suas armas de fabricação caseira, sempre com os uniformes velhos e rotos sobrando dos seus bracinhos delgados e arrastando com dificuldade e graça às grandes botinas militares que haviam herdado dos mais velhos. As mulheres, enquadradas no OMA — Organização das Mulheres Angolanas — entoavam hinos revolucionários e canções de outras nações de língua portuguesa. Poucos minutos depois da meia-noite os primeiros combatentes,

armados de catanas — como símbolo da primeira etapa de luta — acenderam a «Chama Eterna», enquanto Agostinho Neto chegava ao palanque oficial em meio de grandes aclamações de um público que se espalhava pelo imenso largo.

Milhares de tiros lançados ao ar pelas FAPLA, com balas traçantes que se cruzavam nos céus, gritos de júbilo, abraços, canções e lágrimas, estremeceram o coração de todos os que ali se comprimiam. Um minuto de silêncio pedido pelo Presidente em memória dos mortos pela liberdade e pela independência foi o mais sentido tributo a todos os companheiros ausentes e que não mais podiam viver aqueles dramáticos e emocionantes momentos. Muitas de suas esposas e mães choravam e eram amparadas por pessoas amigas.

A República Popular de Angola nascia marcada pelo júbilo popular, pela unidade de combate aos inimigos e pelo sacrifício comum e colectivo que os engrandecia sobremaneira.

Subiu ao mastro central a Bandeira negra e vermelha: negra como o continente africano; vermelha como o sangue dos que haviam tombado. Pela primeira vez foi cantado o Hino Nacional que apenas poucas horas fora dado a conhecer, e o Presidente Agostinho Neto, emocionado, delineava em seu discurso as principais directivas políticas que o Movimento Popular de Libertação de Angola adoptava como plano de governo.

De forma improvisada, o Presidente convoca o povo a reunir-se no Largo do Palácio do Governo logo após o encerramento das soleni-

dades, já madrugada alta. Pela noite a dentro o povo deu vazas à sua alegria, com danças, canções e passeatas cheias de entusiasmo, até que nascia o primeiro dia de plena vitória contra o colonialismo. As tensões vividas, o cansaço acumulado, as responsabilidades diariamente assumidas pareciam desaparecer nos semblantes do reduzido grupo de dirigentes do Movimento que teve a direcção da luta e da instalação do novo Estado. Muitos dos ideais que os haviam levado a empunhar as armas estavam-se convertendo em esplendorosa realidade, embora seja difícil e longo o caminho que os separa da vitória definitiva.

As celebrações tiveram um ponto culminante às 11 horas do dia 11, quando a Câmara Municipal e em nome do «Bureau» Político do MPLA, Lúcio Lara investiu Agostinho Neto como primeiro Presidente constitucional da República Popular de Angola, e mais de vinte nações — as primeiras vinte — reconheciam o novo Estado e seu governo. A presença dos países africanos progressistas, os países socialistas, Vietnã do Sul, são saudados calorosamente pelo povo.

Nessa tarde, no desfile popular pela Avenida do Catete, novas emoções nos aguardavam. A maior delas quando as FAPLA saúdam o Presidente. Não era um desfile tradicional. As Forças que ali marchavam estavam mobilizadas e combatiam poucas horas antes na frente de batalha a poucos quilómetros. Foi esse factor que deu à Independência de Angola uma densidade histórica que se percebia facilmente.

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

Ó Pátria nunca mais esqueceremos
Os heróis de 4 de Fevereiro
Ó Pátria nós cantamos os teus filhos
Tombados pela nossa independência.

HINO NACIONAL

Honramos o passado da nossa história
Construindo no trabalho o homem novo.

Angola, avante, revolução
Pelo Poder Popular
Pátria Unida, liberdade,
Um só povo uma só Nação!

Levantemos nossas vozes libertadas
Pela Glória dos Povos Africanos
Marchemos combatentes angolanos
Solidariedade com os Povos oprimidos
Orgulhosos lutemos pela paz
Com as forças progressistas do mundo.

Angola avante, revolução
Pelo Poder Popular
Pátria Unida, liberdade,
Um só povo uma só Nação!

OS PRÍNCÍPIOS DA NOVA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

Uma Nação que nasce ativa e independente, quando ainda em seu território os inimigos de seu povo travam luta aberta e feroz contra os desejos mais sentidos de seus filhos. Uma independência proclamada ao som do trovejar da artilharia mercenária que procura um meio de obstruir o caminho ansiosamente buscado por milhões de homens e mulheres que acabam de quebrar os grilhões de tantos séculos de colonialismo.

— Por JOSUÉ GUIMARÃES —

Em meio à euforia mais do que justa da multidão que se comprimia no Largo 1.º de Maio, ao aproximar-se a zero hora do dia 11, que neste ano entrava na história de Angola, tínhamos ainda na lembrança a enfermaria principal do arruinado Hospital Militar de Luanda onde dezenas e dezenas de jovens combatentes jaziam em camas sem lençol e nem cobertas, na sua maioria soldados atingidos por obuzes e granadas.

Quando o grande momento chegou, ao ser hasteada no mastro principal a nova bandeira da República Popular de Angola, negra e vermelha, tendo ao centro meia roda dentada, uma catana e uma estrela nas cores amarelas, vários daqueles rapazes morriam levando no coração o firme desejo de curar as horrendas feridas e retornar à frente de batalha, cerca de 25 quilómetros de onde estávamos em meio da imensa multidão.

O Presidente Agostinho Neto, com voz firme e serena, iniciou dizendo: «Em nome do Povo Angolano, o Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola — MPLA —, proclama solenemente perante a África e o Mundo a independência de Angola». E mais adiante diria que «correspondendo aos anseios mais sentidos do povo, o MPLA declara o nosso país constituído em República Popular de Angola». Soldados eufóricos dispararam as suas metralhadoras para os céus da nova Nação Africana, numa explosão de júbilo que interrompe por alguns minutos a fala presidencial.

«Força galvanizadora e de vanguarda de nosso povo, o MPLA inicia heroicamente na madrugada de 4 de Fevereiro de 1961 a insurreiçāo geral armada do Povo Angolano contra a dominaçāo colonial portuguesa. O longo caminho percorrido representa a História heróica de um povo que sob a orientaçāo unitária e correcta da sua vanguarda, contando unicamente com as próprias forças, decidiu combater pelo colonialismo para asfixiar a nossa luta, o da brutalidade de opressão e do terror imposto plo colonialismo para asfixiar a nossa luta, o Povo Angolano, guiado pela sua vanguarda revolucionária afirmou de uma maneira irrefutável a sua personalidade africana e revolucionária».

Novo matraquear de armas automáticas, enchendo os céus de riscos luminosos, pela primeira vez assinalando a grande alegria de uma vitória conquistada a duras penas e sem que nas alças de mira houvesse um inimigo a ser abatido pela necessidade de abrir caminho para a liberdade. «As FAPLA, braço armado do povo, sob a firme direcção do MPLA, constituem um exército popular do nosso povo. Preparadas na dura luta de libertação nacional contra o colonialismo português e armadas da teoria revolucionária continuam a ser um instrumento fundamental da luta anti-imperialista. Às FAPLA, como força libertadora da República Popular de Angola, caberão defender a integridade terrível do país e, na qualidade de exército popular, participarem ao longo do povo na produção para a grandiosa tarefa da Reconstrução Nacional. Angola é um país sub-desenvolvido. Devemos ter uma profunda consciência do significado e consequências deste facto. Os índices tradicionalmente usados para definir o sub-desenvolvimento são plenamente confirmados em Angola. Eles dão a imagem profunda da miséria do povo angolano. Mas dizer que o nosso país é sub-desenvolvido não basta, é necessário acrescentar imediatamente que Angola é um país explorado pelo imperialismo, que gravita na órbita do imperialismo. Estas duas componentes conjugadas — o sub-desenvolvimento e a dependência — explicam porque razão a economia angolana

é tão profundamente distorcida, com um sector dito «tradicional», ao lado do sector de ponta e regiões retardatárias cercando os chamados «polos de desenvolvimento». Mas elas explicam também toda a crueza da injustiça das relações sociais. Pondo um ponto final ao colonialismo e barrando decididamente o caminho neo-colonialista, o MPLA afirma, neste momento solene, o seu propósito firme de mudar radicalmente as actuais estruturas, definindo desde já que o objectivo da reconstrução económica será a satisfação das necessidades do povo».

OS OBJECTIVOS DO MPLA

Prosseguindo em sua fala, diz Agostinho Neto: «No entanto, tendo em conta o facto de Angola ser um país em que a maioria da população é camponesa, o MPLA decide considerar a agricultura como a base, e a indústria como factor decisivo do nosso progresso. O Estado Angolano terá assim a capacidade de resolver com justiça o grave problema das terras e promoverá a criação de cooperativas e empresas estatais no interesse das massas camponesas. As actividades privadas, mesmo as estrangeiras, desde que úteis à economia da Nação, serão em seu nome protegidas e encorajadas, tal como estabelece o Programa Maior do nosso Movimento. A República Popular de Angola estará aberta a todo o mundo para as suas relações económicas. Aceitará a cooperação internacional com o pressuposto indiscutível de que a chamada «ajuda externa» não deve ser condicionada ou condicionante. A longa história do MPLA demonstra à evidência que como força dirigente da República Popular de Angola jamais trairá o sagrado princípio da Independência Nacional».

E mais adiante: «A República Popular de Angola tratará com especial atenção as relações com Portugal e porque desejam que elas sejam duradouras, estabeleçê-las-á numa base nova despida de qualquer vestígio colonial. O actual contencioso com Portugal será tratado com serenidade para que não envenene as nossas relações futuras».

A GUERRA INTERNA

Abordando os problemas internos da nova Nação, disse seu primeiro Presidente: «A República Popular de Angola reitera solenemente a decisão de lutar pela integridade territorial de Angola, opondo-se a toda e qualquer tentativa de desmembramento do país. A República Popular de Angola considera tarefa prioritária, vital e inalienável, a expulsão dos exér-

citos zairenses, Sul-africanos e dos fascistas portugueses, assim como a dos fantoches angolanos e mercenários de várias origens que constituem as forças conjugadas do imperialismo na agressão ao nosso país». E mais adiante: «A República Popular de Angola reafirmará o propósito inabalável de conduzir um combate vertiginoso contra o analfabetismo em todo o país, promover e difundir uma educação livre, enraizada na cultura do Povo Angolano. O Estado realizará todos os esforços para instituir à escala nacional uma assistência médica e sanitária eficiente dirigida fundamentalmente às massas camponesas até agora privadas desse direito pelo colonialismo. Preocupação dominante do novo Estado será também a abolição de todas as discriminações de sexo, idade, origem étnica, racial ou religiosa e a instituição rigorosa do justo princípio «...a trabalho igual, salário igual».

Sobre a unidade africana, diz Agostinho Neto: «O povo de Angola, sob a orientação de sua vanguarda revolucionária, o MPLA, exprime a sua solidariedade militante para com o povo da África do Sul na sua luta contra o regime racista que o oprime. Reafirma a sua solidariedade combatente e militante com os povos de Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e com as suas vanguardas revolucionárias, FRELIMO, PAIGC e MLSTP, companheiros das horas difíceis da nossa luta comum. Reafirma a sua solidariedade militante e combatente com o povo de Timor dirigido pela sua vanguarda revolucionária FRETILIN. Reafirma a sua solidariedade com o povo Palestino na sua justa luta pelos direitos nacionais contra o sionismo».

E sua histórica proclamação, interrompida constantemente pelo entusiasmo da grande massa que se comprimia naquela memorável madrugada do dia 11 de Novembro de 1975, foi encerrada com as palavras: «A bandeira que hoje flutua é o símbolo da liberdade, fruto do sangue, do ardor e das lágrimas, e do abençoado amor do povo angolano. Unidos de Cabinda ao Cunene, prosseguiremos com vigor a Resistência Popular Generalizada e construiremos o nosso Estado Democrático e Popular. Honra ao Povo Angolano. Glória eterna aos nossos heróis. A Luta continua — a Vitória é certa».

A LEI CONSTITUCIONAL

Em seu artigo primeiro, diz a nova Lei Constitucional: «A República Popular de Angola é um estado soberano, independente e democrático, cujo principal objectivo é a total libertação do Povo Angolano dos vestígios do colonialismo e da denominação e agressão do im-

perialismo e a construção de um país próspero e democrático, completamente livre de qualquer forma de exploração do homem pelo homem, materializando as aspirações das massas populares».

Diz em seu Art. 3.º: «As massas populares é garantida uma ampla participação no exercício do poder político, através da consolidação, alargamento e desenvolvimento das formas organizativas do Poder Popular».

Lê-se no seu Art. 5.º: «Será promovida e intensificada a solidariedade económica, social e cultural entre todas as regiões da República Popular de Angola, no sentido do desenvolvimento comum de toda a Nação Angolana e da liquidação das sequelas do regionalismo e do tribalismo».

Art. 7.º: «A República Popular de Angola é um Estado laico, havendo uma completa separação entre o Estado e as instituições religiosas. Todas as religiões serão respeitadas e o Estado dará protecção às igrejas, lugares e objectos de culto, desde que se conformem com as leis do Estado».

Art. 11.º: «Todos os recursos naturais existentes no solo e no subsolo, as águas territoriais, a plataforma continental e o espaço aéreo são propriedades do Estado, que determinará as condições de seu aproveitamento e utilização».

Art. 16.º: «A República Popular de Angola não adere a qualquer organização militar internacional, nem permite a instalação de bases militares estrangeiras em território nacional».

Art. 20.º: «Todos os cidadãos, maiores de 18 anos, com excepção dos legalmente privados dos direitos políticos, têm o direito e o dever de participar activamente na vida política, votando e sendo eleitos ou nomeados para qualquer órgão do Estado, e desempenhando os seus mandatos com inteira devoção à causa da Pátria e do Povo Angolano».

Art. 22.º: «No quadro da realização dos objectivos fundamentais da República Popular de Angola, a lei assegurará livre expressão, reunião e associação».

Art. 23: «Nenhum cidadão pode ser preso e submetido a julgamento senão nos termos da lei, sendo garantido a todos os arguidos o direito de defesa».

Em seu penúltimo artigo, diz a Lei Constitucional: «Serão revistos todos os tratados, acordos e alianças em que Portugal tenha comprometido Angola e que sejam atentatórios aos interesses do Povo Angolano».



A BANDEIRA NACIONAL

O novo pavilhão da República Popular de Angola tem duas cores, dispostas em duas faixas horizontais: vermelho na parte superior; preto na inferior. O vermelho representa o sangue derramado pelo povo angolano durante o longo período de opressão e na luta de libertação nacional. Representa também a própria revolução. A cor preta representa o continente africano.

Ao centro da bandeira vemos um segmento de roda dentada, que representa a classe operária; uma catana, símbolo da classe camponesa e da produção agrícola; uma estrela, símbolo do internacionalismo e do progresso. Esses símbolos estão nas cores amarelas, representando também as riquezas naturais do nascente país africano de língua portuguesa.

O M. F. A. E A TRANSFERÊNCIA DO PODER AOS TRABALHADORES



O Almirante Rosa Coutinho, destacado líder da revolução portuguesa, concedeu a uma equipa da editoria internacional de «Terceiro Mundo» uma entrevista em que abordou temas de grande actualidade, como a descolonização e o futuro do Movimento das Forças Armadas.

A entrevista se realizou em Lisboa, no gabinete do Almirante, no Conselho da Revolução, que ele integra como representante da Marinha. Embora a entrevista não aborde alguns aspectos da posição de Portugal em relação à independência de Angola, a análise de fundo que Rosa Coutinho faz desse e de outros problemas da descolonização deixa claro o seu pensamento sobre o tema como se apresentava no momento e os desdobramentos posteriores ao 11 de Novembro.

O almirante Rosa Coutinho é um expositor fluente e preciso, em cujas palavras se define uma linha ideológica coerente com o pensamento progressista das correntes mais avançadas do Movimento das Forças Armadas de Portugal.

TERCEIRO MUNDO — Almirante, Portugal foi dos últimos países a enfrentar o processo de descolonização, a partir de 25 de Abril e o fez arrostando sérios problemas. O mais dramático — para não falar de Timor — foi e está sendo o de Angola. Em que medida o senhor relaciona a descolonização com o movimento revolucionário português, já que esses dois processos parecem tão ligados?

ALMIRANTE ROSA COUTINHO — Devo dizer-lhes que a minha opinião, desde sempre a mesma de outros que analisam a revolução portuguesa — é que o movimento do 25 de Abril teve como objectivo principal — e determinante — dar fim às guerras coloniais, encontrando para elas uma solução política. Esta resolução é, realmente, a que marca o movimento desde o seu início e é aquela que consegue traduzir e consagrar toda a opinião pública portuguesa. Portanto, há que reafirmar mais uma vez que, embora aparecendo aos olhos do mundo como uma revolução destinada a derrubar o fascismo português, a queda desse regime aparece como necessário para dar fim às guerras coloniais. E é por isso mesmo que a opinião unânime do povo português se congrega imediatamente à volta dos objectivos da revolução do 25 de Abril.

As guerras coloniais duravam, como sabem, há quase treze anos, com incidência principal na Guiné, Angola e Moçambique, e cada vez mais se verificava que elas não apresentavam solução. Cada vez mais se patenteava que a teimosia dos governantes fascistas só podiam conduzir esse país à ruína. E ainda: cada vez mais, tanto o exército como o povo verificavam que os objectivos para os quais esta guerra era conduzida não serviam os interesses de Portugal. De uma maneira geral se pode dizer que o colonialismo português era um colonialismo intermediário.

T. M. — Como a própria economia portuguesa...

R. C. — Exactamente. Portugal continuava a ser uma colónia da Europa e, por sua vez, tinha colónias na África. Se os senhores verificarem quais as grandes companhias que exploravam as colónias portuguesas, encontrarão que, normalmente, não se davam sequer o luxo de mudar de nomes. Em Moçambique e em Angola as companhias eram inglesas, americanas, holandesas, suíças, etc., servindo Portugal apenas de intermediário nesse colonialismo e se tornando odioso perante o povo português e a história. O povo português sofria o sacrifício de uma guerra colonial, cujas despesas atingiam a 40 % do orçamento, depauperando progressivamente a Nação para que os lucros continuassem a seguir para as grandes companhias representativas do capitalismo internacional. Esta tomada de consciência foi progressiva e nela aparece como um factor de-

terminante a posição do exército, sempre utilizado e sempre traído pelos políticos portugueses. Pessoalmente estou convencido de que em 1974, com o descambar de posições militares em algumas regiões, como era o caso da Guiné-Bissau e o espectro, o fantasma da Índia, — ou seja, da ocupação pela União Indiana dos antigos territórios de Goa, Damão e Diu em 1961 — se apresentou mais uma vez perante o exército português e a lição tirada, a essa altura, foi que os erros cometidos pelos políticos e governantes portugueses iam, novamente, ser pagos pelo próprio exército, que chegaria a uma situação militar insustentável para depois ser acusado de falta de coragem perante o inimigo.

T. M. — Almirante, em Moçambique e Angola e, também, aqui em Portugal, ouvimos muitas vezes de portugueses a acusação de que a responsabilidade do que chamam a derrota era das forças armadas, o que seria uma evidência da sua tese.

R. C. — É evidente que em Angola e Moçambique a situação não era exactamente igual. O problema que se apresentava como uma reedição do caso da Índia era o da Guiné. Em Moçambique já estava bastante degradada a situação militar, mas em Angola não. Foi uma das razões porque a descolonização de Angola se tornou mais difícil do que a dos outros territórios. Em Angola não havia uma situação militar crítica. Portanto a sua descolonização foi feita à base dos princípios enunciados pela revolução de 25 de Abril e não porque, militarmente, a situação fosse insustentável.

Ora bem, exactamente esse espírito revolucionário, essa revolta do exército contra um sacrifício que, mais uma vez, os governantes iam-lhe impor, associada a razões de diversas naturezas, até de reivindicações específicas dentro do próprio quadro de oficiais, e a um certo desgosto que os próprios meios capitalistas ditos avançados...

T. M. — Uma espécie de burguesia industrial...

R. C. — ...Sim, burguesia industrial avançada que começava a mostrar um certo desgosto com relação a um regime que não lhe permitia libertar-se das teias burocráticas e desenvolver um tipo de capitalismo absorvente — tudo isso se congregou para que o 25 de Abril surgisse. Faço-lhes notar até que isso mostra, de certo modo, que o espírito revolucionário não nasceu da mesma forma dentro de todos os ramos das forças armadas, embora no 25 de Abril se tenham congregado para o mesmo fim.

Isto que lhes acabo de explicar é, principalmente, um facto derivado das guerras coloniais, com incidência no exército. Na Marinha, o espírito revolucionário tem tradições diferen-

tes. Há uma tradição antiga que vem dantes da instalação da República em Portugal.

T. M. — Permitimo-nos interrompê-lo para uma observação. Em quase todo o mundo capitalista, as marinhas são em geral conservadoras senão reaccionárias. A que atribui o espírito radical da marinha portuguesa?

R. C. — Não digamos radical. A marinha portuguesa sempre teve uma tendência democrática, frente a um regime fascizante e essa tradição vem de longe. Ela teve um papel preponderante na instalação da República em Portugal. Foi a única força armada que tomou posição contra a participação de nosso país ao lado de Franco na guerra civil espanhola.

T. M. — A tiros?

R. C. — Inclusivamente com uma revolta de navios de guerra que foi afogada aqui no Tejo, em 1937. Essa tradição naval portuguesa pode ser, talvez, atribuída ao facto de ter a marinha um contacto mais amplo com os países estrangeiros e, portanto, maior abertura ao mundo em relação a outras forças que se mantinham num país tradicionalmente isolado. Tem, assim, uma raiz diferente.

O que quero dizer é que no 25 de Abril o espírito revolucionário dos vários ramos se associou para um objectivo comum.

T. M. — E a aviação?

R. C. — A aviação seria aquele ramo em que o espírito revolucionário teria menos tradições. A aviação é, aqui em Portugal, uma corporação relativamente nova. E sendo assim nela houve maior facilidade de modernização, de acesso para os oficiais jovens, enfim, menor envolvimento até nas guerras coloniais onde a aviação não estava em contacto directo com o inimigo, como o exército.

T. M. — ...Embora bombardeassem muito...

R. C. — Sim, bombardeavam, mas não se viam. No entanto, a aviação tem em seu seio oficiais progressistas e, naturalmente, também aderiu à revolução, embora não fosse uma força determinante.

T. M. — E o movimento dos capitães, como foi surgindo nesse contexto a que o Almirante se refere?

R. C. — Não se esqueçam de que o movimento dos capitães se iniciou praticamente na Guiné, em plena guerra colonial. Não foram os oficiais que voltaram, mas se iniciou lá, e transferiu-se em seguida para Portugal. Enfim, há muito nessa intervenção das forças armadas, nesta revolução portuguesa, digamos, de um elemento que existiu nos tempos da antiga Roma: eram os exércitos que regressavam os que produziam os golpes de estado. A chamada revolta dos pretorianos.

T. M. — Os patriotas impregnaram ideologicamente os seus adversários, o que também não seria a primeira vez na história. E aqui há um detalhe, objecto de muita especulação,

NÃO SE ESQUEÇAM DE QUE O MOVIMENTO DOS CAPITÃES SE INICIOU PRATICAMENTE NA GUINÉ, EM PLENA GUERRA COLONIAL.

que mereceria ser esclarecido: em que medida o espírito dos movimentos de libertação e a realidade do ambiente onde lutavam, principalmente em Guiné, influíram nos jovens que iriam, depois, fazer o 25 de Abril?

R. C. — Também influuiu. É evidente que na luta e em contacto diário com populações que ansiavam pela sua liberdade, esses militares portugueses chegaram, facilmente, à conclusão de que estavam a combater por uma causa injusta. Embora a sua perspectiva não fosse tão global, embora não se consciencializassem de que eram instrumentos do imperialismo, entendiam que estavam a combater irmãos de outras raças que aspiravam à mesma liberdade que seu próprio povo em Portugal também reclamava. Era fácil fazer a comparação. Como se sabe, o povo em Portugal vivia em um estado bastante subdesenvolvido em comparação com o nível de outros países europeus. Essa comparação tornava-se dramaticamente simples. Muito naturalmente compreenderam a luta que empreendiam contra os habitantes das colónias era contra os mesmos princípios que, em Portugal, também, necessitavam ser instalados. Essa associação de ideias levantou uma revolta, naturalmente não muito politizada, emocional, inspirada por razões práticas, éticas, que caracterizam, de certo modo, a revolução portuguesa.

Foi um movimento feito por gente mais preocupada com a justiça do que com as ideologias políticas.

T. M. — Almirante, como esse movimento que se inspirou em razões éticas rapidamente evoluiu no sentido de uma definição socialista, sobretudo depois dos fracassados contra golpes da direita?

R. C. — Sim, mas não foi rapidamente. A revolução portuguesa cujo objectivo principal foi a libertação das colónias, teve como objectivo natural a libertação do próprio povo português. Até porque seria injusto libertar outros povos e não o seu próprio povo. Nessa libertação tanto dos outros como do próprio povo português, surgiu uma definida barragem dos interesses capitalistas portugueses, associados a capitalistas estrangeiros, que tentaram empalmar a própria descolonização portuguesa, transformando-a num sistema neocolonialista. Se analisarmos bem o livro do general Spínola, — «Portugal e o futuro» — verificamos que não é uma descolonização real que se preconiza,

senão uma descolonização condicional, uma concepção ultrapassada que daria origem a um neo-colonialismo em que Portugal apareceria outra vez como intermediário.

Foi na luta contra esses interesses, contra essa oposição interna, constante, que só veio a ser derrubada em 28 de Setembro com o afastamento do general Spínola, foi na luta contra os interesses que a seguir se mostraram, representados principalmente pela banca nacional, que, directa ou indirectamente, dominava cinquenta por cento das empresas do país, que a revolução portuguesa encontrou a sua vocação socialista. E devo fazer notar que essa vocação socialista só se revela, praticamente, a partir do dia 11 de Março, quando Spínola tentou o seu último golpe reaccionário para travar a revolução.

A partir de então se nacionalizou a banca e as companhias de seguros, nacionalizaram-se as grandes empresas portuguesas e começou-se a definir, oficialmente, já não uma via socialista da revolução portuguesa, ou seja, o caminho para a construção de uma verdadeira sociedade socialista em Portugal.

Demorou algum tempo até encontrar essa vocação. Não foi imediata. E foi quando a revolução portuguesa encontrou esse caminho que a sua base social de apoio naturalmente se restringiu. Quando se tratou de acabar com as guerras coloniais, pois, noventa e nove por cento da população estavam de acordo. Quando se começou a construir uma sociedade socialista, os privilegiados internos e aqueles que não tendo os olhos abertos para a política não compreendem de que lado estão os exploradores e os explorados, se retraem e reduzem a base social de apoio à revolução.

T. M. — Almirante, este fenómeno é o mesmo que ocorreu e está ocorrendo no Perú. Quando dos primeiros actos da revolução, de afirmação da soberania nacional com a reconquista de riquezas básicas do país, como o petróleo, e o apoio à revolução foi de 95, 99 % da população. Ficou contra ela um irrelevante sector das classes chamadas altas e da tecnocracia, que estava agarrado aos interesses do capital estrangeiro. Já na segunda fase, caracterizada pela reforma agrária, o apoio diminuiu, mas a resistência não foi tão dramática porque os que perdiam os seus latifúndios esperavam poder fazer inversões na indústria ou na intermediação, sem limites de lucros. O problema se apresentou à revolução quando foram decretadas as comunidades laborais e a propriedade social e se estimulou a criação de uma poderosa confederação de trabalhadores agrários e a socialização da imprensa. Aí, as classes dominantes aliadas ao imperialismo perderam a serenidade e até tentativa de golpe já houve no começo deste ano. Quanto mais avança um processo revolucionário, mais difícil se vai tor-

nando o caminho e é isso o que está ocorrendo em Portugal, conforme suas palavras há pouco.

R. C. — A medida em que um processo revolucionário avança no caminho realmente socialista, é evidente que a base social de apoio se reduz.

T. M. — E então se justifica historicamente sua tese de que as revoluções não são feitas pelas maiorias, senão em seu favor.

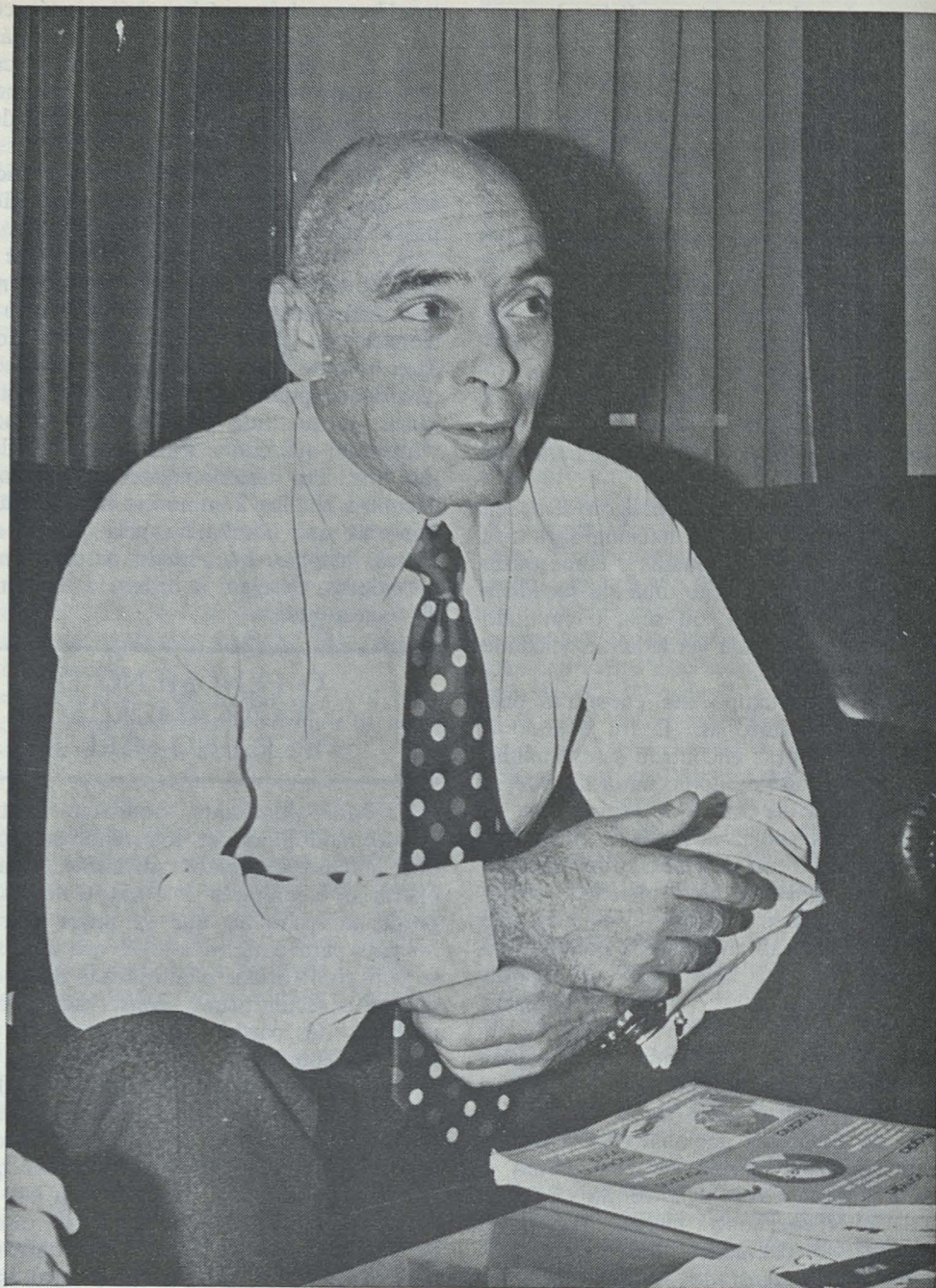
R. C. — Exactamente, embora o que se chamou de tese não tenha sido propriamente uma tese senão uma explicação do papel do revolucionário no quadro de uma revolução. Quer dizer, o que expliquei foi que o revolucionário tem de se preocupar mais com a justiça dos ideais porque luta do que pelo número dos votos com que conta. Portanto, não é de admirar que, em determinadas circunstâncias se encontre aliadas a minorias mais esclarecidas, minorias que combatem pela justiça social e não a maiorias que, sendo naturalmente conservadoras, desejam a ordem e a manutenção do «statu-quo».

O FENÓMENO DA RADICALIZAÇÃO OPERÁRIO-MILITAR

T. M. — Almirante, aqui em Portugal, a grosso modo, nota-se um fenómeno peculiar: uma intensa e rápida radicalização das bases operárias e militares — e não é necessário reportar-se senão ao que se passa diariamente no país para comprová-lo — que não se preocupam com formas eleitoralistas de poder, enquanto o sector médio, conservador, se agarra ao barco dos partidos. Como o senhor explicaria esse fenómeno?

R. C. — Considero isso natural. Durante cinquenta anos ou quase, Portugal viu-se impedido de integrar-se no sistema político geral europeu, baseado numa democracia que, em relação ao fascismo, já constituía um grande avanço. É evidente que esse anseio, esse desejo de copiar o que se passava em outros países da Europa se encontrava mais entre as classes mais viajadas, mais lidas, as que mantinham mais contactos internacionais, que iam à França, à Inglaterra, à Suécia. Isso não acontecia com a generalidade do povo. O povo trabalhador português não faz turismo, não tem dinheiro para fazer turismo. Esse não tinha tendências a copiar as democracias europeias.

T. M. — Pareceria, no entanto, que esse povo, a que se refere o Almirante, embora não tendo o ideal da democracia do tipo europeu ocidental, não tem, também, uma consciência socialista. Em que medida os militares que fizeram a sua opção na guerra, sobretudo em contacto com a realidade colonial e os movimentos de libertação, actuaram para que o seu



O Almirante Rosa Coutinho, do Conselho da Revolução, quando falava a «Terceiro Mundo», numa entrevista de grande lucidez e actualidade.

próprio povo também fizesse com ele essa mesma opção socialista?

R. C. — O encontro da revolução portuguesa com a sua definição socialista é, por assim dizer, accidental. É uma consequência do desenvolvimento do processo, das próprias oposições que a reacção lhe apresenta e do reconhecimento de que só poderia libertar-se completamente, descolonizar-se internamente através da construção de uma sociedade socialista. Mas, aí, há que começar a puxar o processo

português para uma integração a nível mais vasto, isto é, a crise capitalista europeia, definida principalmente a partir de 1975, gerou na Europa do sul, principalmente nas zonas mediterrâneas, reacções sociais que os regimes de democracia partidária parecem incapazes de solucionar. Pode-se dizer que nessa região do mundo, uma região sensível, regista-se uma espécie de fenómeno magmático em relação às tensões sociais. Há pressões subterrâneas por toda a parte, principalmente em Portugal, Es-

panha, França, Itália, Jugoslávia, Grécia, Turquia, enfim, dando volta, na Argélia, Marrocos, Tunísia, — tensões sociais que o sistema de democracia parlamentar, copiado dos anglo-saxões, se mostra incapaz de resolver, embora em alguns países, como na Itália, esse processo já conte com trinta anos de experiência.

Essas tensões sociais constituem, como disse, essa pressão magmática que só espera uma oportunidade para se revelar. Em Portugal, a revolução que teve como objectivo acabar com o sistema colonialista, trouxe consigo a fractura social que deu origem ao aparecimento desse fenómeno vulcânico, ou mais precisamente, da vinda à superfície das tensões subterrâneas. Mas que o mundo não se engane: isso apareceu em Portugal, mas pode aparecer na Espanha, na Itália ou na Grécia. Só está à espera da ocasião propícia.

T. M. — Da fissura.

R. C. — Sim, da fissura.

T. M. — O Almirante, que é um analista desses fenómenos magmáticos, que país europeu considera mais sensível a essas pressões? O que indica o seu «radar»?

R. C. — É evidente que a pressão mais aguda se regista em Espanha.

T. M. — Quer dizer que a pressão maior é na área ibérica?

R. C. — Sim. E aí tenho feito várias vezes acusações às chamadas democracias ocidentais — minha geração sentiu isso e talvez a geração dos capitães não o tenham sentido — de que Portugal e Espanha foram deixados abandonados às garras do fascismo em seguida à II Guerra Mundial por conveniência egoística daqueles países. Quando vejo, presentemente, uma Alemanha, uma França, uma Bélgica, uma Inglaterra também preocupadas com a democracia eleitoralista em Portugal, considero que isso é uma plena demonstração de hipocrisia, pois nos últimos cinquenta anos — mais precisamente nos últimos trinta — não se preocuparam com a existência na península ibérica de regimes fascistas, totalmente anti-democráticos. Actuaram por egoísmo, pelo que consideram a sua segurança e pelo interesse de um processo de colonialismo disfarçado que a Europa do norte sempre tem praticado, nos últimos dois séculos, em relação à Europa do Sul. Portanto essa «ternura» com a democracia ibérica é completamente hipócrita.

O DOMÍNIO IMPERIALISTA E A VIA ELEITORALISTA

T. M. — É evidente, almirante, que essa tertura entre aspas não é casual, senão um método de acção muito mais profundo. Esses europeus

a que o senhor alude não estão somente desejando uma presença democrática em Portugal, mas tentam, através de todos os métodos, influenciar a evolução portuguesa para o socialismo, que procura fugir ao neo-socialismo desses países como a Alemanha, Inglaterra, em certo sentido a Escandinávia, dominados por regimes aparentemente progressistas. Como vê o senhor essa situação?

R. C. — Bem, esse fenómeno não se passa somente em relação a Portugal. A acção do sistema capitalista e do imperialismo económico, que é seu filho natural, não visa somente esse pequeno país, mas se estende a todo o mundo. O sistema não tem pátria. O capitalista é igual, na sua maneira de pensar, seja inglês, libanês ou suíço. É o sistema em si mesmo e não a pátria de origem dos capitalistas o que está em causa. Verifica-se que, como emanção de um capitalismo que atingiu o seu principal desenvolvimento nos países de tradição anglo-saxónica, o capitalismo internacional, o imperialismo tem por base, embora não exclusivamente, a dominação de outros países. E os países latinos, para não falar de outros, os asiáticos, africanos, etc., têm sofrido esse tipo de dominação, ao ponto do Mediterrâneo, há mais de dois séculos ter, permanecido um mar de dominação da língua inglesa.

T. M. — Um «marevostum» em vez de «mare nostrum»...

R. C. — Uma das formas que um país ou um bloco tem para impor sua dominação. Tem-se verificado que o sistema de democracia do tipo partidário gerado no desenvolvimento das civilizações anglo-saxónicas tem sido, por assim dizer, imposto a países a cuja psicologia não corresponde. A Latinidade de uma maneira geral tem sofrido com a importação forçada de um sistema de democracia parlamentar que apenas motiva determinados sectores de suas elites burguesas e que serve de dominação indirecta a esse capitalismo internacional.

Sinto que há necessidade da Latinidade se libertar da opressão que tem vindo a sofrer e sinto também que o ambiente mundial é propenso a essa libertação. Em todos os sectores progressistas em que tenho falado, representantes de países latinos, sejam eles mediterrâneos, europeus, sejam da América Latina ou de influência da latinidade na África, tenho encontrado expressa essa necessidade de libertação nacional, de conquista de uma independência real, através da construção de sistema que sejam independentes do partidário parlamentar anglo-saxão. E aí a revolução portuguesa está a realizar uma experiência nova. Não é que haja uma preocupação de originalidade, mas o sucesso da dinâmica da revolução portuguesa está a permitir uma tentativa honesta de encontrar novos caminhos para uma socie-

dade socialista libertadora da opção estrangeira.

É evidente — e em muitos países se encontra essa realidade — que o orgulho de independência nacional que acompanha esse tipo de revolução condiciona à descrença quanto aos modelos existentes. Isso é lógico, é natural. Seria absurdo estar a vetar um fato de tipo inglês para, por exemplo, aplicar a países latinos um fato de tipo eslavo. Temos que encontrar, há-de se encontrar para cada país um facto apropriado ao seu contexto político, a sua maneira de ser.

T. M. — O senhor visitou há pouco Cuba, Panamá e Perú. São três expressões de experiências progressistas latino-americanas. Entre elas há certas linhas comuns, mas são distintas pois atendem às realidades de cada país. Há na América Latina um sentido comum de luta revolucionária e anti-imperialista, mas cada um de nossos países tem suas metas próprias, que decorrem de suas realidades e aspirações nacionais, de sua própria idiosincrasia.

R. C. — Isso é lógico. Não se pode esperar, por exemplo, que no Brasil toda a gente use chapéu do Panamá. Mas essa procura de um tipo de socialismo verdadeiro — e digo socialismo verdadeiro porque não se vai julgar o estágio actual das sociais democracias como uma sociedade socialista...

R. C. — Com muito boa vontade podem ser consideradas como um primeiro passo no caminho do socialismo. E um passo bastante atrasado que só é possível em países de desenvolvimento económico elevado, onde as naturais expressões de luta das classes trabalhadoras sejam apaziguadas pela concessão de benefícios sociais. É, portanto, uma forma de socialismo falso porque as classes trabalhadoras continuam a não ter o poder nesses países, mas simplesmente o seu anseio de luta está apaziguado. As classes trabalhadoras comportam-se um pouco como animais domesticados.

T. M. — Para citar uma afirmação do presidente Samora Machel, em recente entrevista à nossa revista, o conforto corrompe e isso pode estar a se passar nesses países.

R. C. — Claro. Mas é evidente que esse caminho próprio só é possível enquanto esses países puderam dominar as fontes de matérias-

-primas produzidas pelos países mais atrasados. De qualquer forma, nesta procura do que costumam chamar o socialismo latino, mas que pode ter outra denominação que possa definir essa nova forma. Portugal encontrou na espontaneidade da criação popular uma determinante que vale a pena ser experimental: que é estruturar a criação de uma sociedade socialista em organizações populares de base, fundadas espontaneamente pelos trabalhadores de uma mesma fábrica, os moradores de um mesmo bairro, os habitantes de uma mesma aldeia. E temos assim, espontaneamente, criados em Portugal Conselhos de Trabalhadores, Comissões de Trabalhadores, Conselhos de Aldeias, Comissões de Moradores, associações que se formam entre gente que se conhece e que, nessa forma de organização, repudia o partidário político. Não é que cada um deles não possa ter o seu pensamento político, a sua ideologia, mas como é gente que se conhece, que sabe, ao fim e ao cabo, o que é que cada um fala, permite encaminhar essas organizações populares de base para um tipo de democracia directa, em que não tenha tanto lugar a propaganda falsa do eleitoralismo. O eleitoralismo permite por vezes que uma pessoa seja eleita através de uma máquina de propaganda montada.

T. M. — Mas esse tipo de organização cria, por sua vez, a necessidade de um passo futuro, porque, até agora, elas estão desligadas umas das outras, vivendo a sua própria problemática, mas perdendo a visão global do próprio processo revolucionário e da condução política.

R. C. — Mas isso é natural. Ouçam, essa é a forma. A participação directa do povo na vida política nacional, a sua integração num sistema democrático verdadeiro em que a democracia pode ser exercida dia a dia e não apenas de três ou de quatro em quatro anos, com a colocação de um voto nas urnas, essa participação tem, como primeiro objectivo, a resolução de problemas que directamente lhe dizem respeito. Nós não vamos esperar, naturalmente, que o Conselho de Aldeia comece a discutir, prioritariamente, o problema da integração de Portugal no espaço europeu. Seguramente, começará pelo exame das próprias necessidades locais, se uma escola ou um orfanato terá de ser feito primeiro; em que poderá contribuir, com o seu esforço, para o problema de abastecimento de água; como resolver o problema da energia eléctrica; etc. Não vai, a não ser que adopte uma conduta puramente idealista, discutir problemas de nível mundial. Mas a democracia faz-se exactamente praticando e aprendendo, e os homens e mulheres que começaram a discutir eses tipo de problemas nos Conselhos de Aldeia podem chegar a tratar, em assembleias de nível mais elevado, temas de natureza muito mais vasta, actuando com pro-

**O M. F. A. ABRIU A PORTA À
REVOLUÇÃO PORTUGUESA.
À REVOLUÇÃO SOCIALISTA.
ATRAVÉS DELA, O POVO POR-
TUGUÊS FLUIU COM LIBER-
DADE.**

priedade e sem submissão a partidos políticos.

T. M. — Gerando um canal de comunicação a nível nacional?

R. C. — Assim esperamos. De resto, poderíamos dizer que essa é uma maneira científica de fazer socialismo porque não parte de um pressuposto e entra na base experimental.

O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS

T. M. — Almirante, voltando a um tema anterior: a revolução portuguesa produziu um impacto mundial, principalmente entre os europeus, sobretudo por essa combinação militar-civil impulsionando o processo de mudanças. Mas para eles foi também um problema angustiante a perspectiva de uma aliança de esquerda que incluisse no mesmo bloco socialistas e comunistas. Não lhe pareceria que, além dos problemas gerais, os europeus ocidentais estão a travar aqui a sua batalha, ou seja, ajudando a impedir ou a destruir essa aliança para que não lhes seja, nos seus respectivos países, um «mau exemplo»?

R. C. — É verdade. A revolução portuguesa constitui, nesse aspecto, um «mau exemplo», porque fará desencadear nas organizações militares que dela têm conhecimento o desejo de, também em seus países, representar o braço armado do povo e não um instrumento de opressão sobre o mesmo povo.

T. M. — Uma espécie de gendarme silencioso da burguesia...

R. C. — Isso mesmo. Mas há aqui a notar um aspecto peculiar da revolução portuguesa. O papel específico, o papel histórico — estou convencido de que ficará realmente na história — do M.F.A., ou seja, o Movimento das Forças Armadas como força política motora da revolução, atenua-se à medida que termina a razão que lhe deu origem, isto é, as guerras coloniais e que, a nível interno, no território nacional, a força revolucionária das massas trabalhadoras está necessária e progressivamente a substituir a força revolucionária do M.F.A..

O M.F.A. abriu a porta à revolução portuguesa, à revolução socialista. Através dela, o povo português fluiu com liberdade. Mas as Forças Armadas portuguesas não podem pretender continuar a dirigir o processo. A força revolucionária passou, como não podia deixar de ser, para as mãos das classes trabalhadoras que, rapidamente — e isso é um facto — se politizaram. Politizaram-se no bom sentido, não no sentido partidário. Politizaram-se no sentido de adquirir uma consciência de classe e uma consciência de que serão determinantes «como força produtiva» do futuro do país.

T. M. — É animador saber que esse tipo de conceito parte de um almirante.

R. C. — Às Forças Armadas portuguesas cabe o papel de garantir a continuidade da revolução, mas já não de conduzi-la. E esse papel continuará a ser muito importante porque haverá sempre a tendência a usar essas mesmas Forças Armadas como repressora da revolução. Compete às Forças Armadas portuguesas recusar esse papel fascizante e acompanhar o povo na revolução, que as próprias classes trabalhadoras estão a conduzir.

ANGOLA E A REVOLUÇÃO PORTUGUESA

T. M. — Pareceria, Almirante, que, nesse esquema, a fase intermediária que a revolução portuguesa está agora a viver, seria a mais difícil. É a etapa em que as Forças Armadas estão a compreender que o seu papel está limitado no tempo e preparam-se para a transferência do poder, mas em que as classes trabalhadoras, os sectores oprimidos da sociedade, despertaram mas ainda não estão em condições de organização e força para assumi-lo. Neste momento a direita está no entanto, preparada para dar o golpe.

R. C. — Estamos presentemente nesta fase crítica, que atinge o seu ponto culminante com o processo de independência de Angola.

T. M. — Por que o senhor estabelece uma relação tão íntima entre a independência de Angola e a situação portuguesa?

R. C. — Angola foi, sempre, a jóia da colonização portuguesa, e no processo de descolonização foi esse o problema mais complicado. Complicado porque essa jóia é a mais rica. É aquela que desperta a maior cobiça internacional. Sabemos que, muitas vezes, as influências que se procuram exercer e as pressões feitas externamente sobre a revolução portuguesa são uma espécie de namoro da mãe para conquistar a filha. Muitas dessas preocupações tem como meta — e Portugal é uma espécie de trampolim — o grande centro de recursos estratégicos e energéticos que Angola representa.

A crise política actual portuguesa agudiza-se exactamente pela independência de Angola. Portugal está internamente a sofrer o reflexo desse acontecimento. O imperialismo não desistiu em Portugal, mas não desistiu mais em relação a Angola, cuja posse lhe é muito mais importante.

T. M. — Quer dizer, almirante, que pensariam em usar Portugal já não para impedir, mas para reter a independência de Angola?

R. C. — Reter é impossível. A data de 11 de Novembro foi definitiva. O povo angolano já demonstrou — e está a demonstrar ao mundo uma capacidade de auto-libertação, à qual o imperialismo vai ter muita dificuldade em se

A CULTURA ANGOLANA ESTÁ TODA LIGADA AO MPLA — AFIRMOU ROSA COUTINHO.

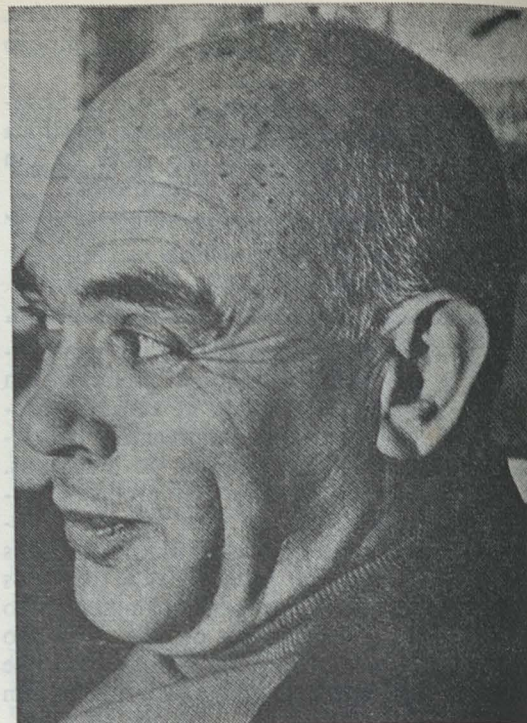
opor. No curto espaço de seis meses, a situação política em Angola clarificou-se. Os movimentos começaram a revelar qual a sua verdadeira natureza. Enfim, para quem não conhece, nem viveu com o povo de Angola, para quem não falou com os dirigentes dos vários movimentos, é fácil pôr no mesmo pé um MPLA, uma UNITA e uma FNLA. Para quem os conhece, a coisa é completamente diferente. Tenho dito, por exemplo, que a libertação de um povo, a conquista de uma independência, a sua definição como nacionalidade, não podem ser feitas pura e simplesmente à base de forças militares. Pois a FNLA não tem sido mais que isso: uma força militar a serviço de um imperialismo bem definido que passa pelo Zaire. Quanto à UNITA, movimento com uma certa base interna, visto que há que reconhecer que foi um movimento nacionalista angolano, a sua demonstração de incapacidade na ocupação de Huambo, principalmente de total inabilidade para se transformar de um papel militar em um poder político-administrativo, praticamente a destruiu aos olhos do povo angolano e, no seu devido momento, do mundo.

Nenhum desses dois movimentos de que falei tem qualquer substratum cultural. Já disse — e repito aqui — que praticamente fiz uma aposta para que me indiquem qual o escritor, o poeta, o compositor, o músico, qual o pintor que a FNLA ou a UNITA podem apresentar como seus partidários. Não têm. A cultura angolana está toda ligada ao MPLA. E como considero que a independência e a nacionalidade de um país têm de ser feitas com base no substratum da cultura e não somente na força das espingardas, sustento que o MPLA se apresenta, no momento, sobretudo depois de demonstrar uma extraordinária capacidade realizadora, na administração dos territórios que realmente ocupa — e que são a maior parte de Angola — como o único movimento representativo do povo e capaz de fazer da Angola o grande país que ela há-de ser.

T. M. — Almirante, temos estado em diferentes oportunidades em Luanda. O que ali se passa — a rápida organização da cidade nas difíceis condições de uma guerra a algumas dezenas de quilómetros — confirma a sua tese. É totalmente diferente do caos que é, por exemplo, Nova Lisboa, sob a ocupação da UNITA.

R. C. — Pois é, quem não acredita que vá ver.

T. M. — Sim, nós vimos.



R. C. — Em Angola muitos conhecem o seu pensamento, a sua tese, mas consideram que a massa não é devidamente compreendida em amplos sectores da opinião portuguesa.

R. C. — A nível governamental, como a nível popular, há muito desconhecimento da realidade de Angola. Duma maneira geral, o colono branco revelou-se anti-MPLA, e tomou essa posição porque sentiu que era aí que residia o verdadeiro perigo. A independência estava aí. E, por hostilidade ao MPLA, terminou por se unir à UNITA, a maior parte, e, alguns à FNLA, que é um movimento racista. Isso por pura reacção, por uma espécie de sentimento de anti-descolonização, não por ideologia. Evidentemente que essa foi uma das grandes contradições do processo de descolonização de Angola, que espero que seja ultrapassada.

T. M. — Bastaria comparar a situação nas áreas dominadas pelo MPLA e nas que estão nas mãos da FNLA e da UNITA.

R. C. — Pelas informações que tenho do que se está a passar em Luanda, Lobito, Benguela, Moçâmedes, Sá da Bandeira, Nova Lisboa, etc., sei que os angolanos de raça branca compreenderam que, com a UNITA e FNLA, Angola seria um caos. Mesmo os que não gostam do MPLA estão a compreender que só com ele Angola será um país.

PORTUGAL E OS NÃO ALINHADOS

T. M. — O senhor está confiante no futuro da revolução portuguesa e crê que esses mo-

mentos difíceis são circunstanciais — as dores do parto — ou problemas sem solução?

R. C. — Estou inteiramente confiante no futuro da revolução portuguesa.

T. M. — E como vê a sua repercussão internacional?

R. C. — Espero da evolução da própria Europa, da América Latina, da África, passos muito importantes e úteis para a revolução portuguesa. Actualmente não há nenhum acontecimento no mundo que, através de vagas mais ou menos reflectidas, não se venha a projectar nos outros países. A revolução portuguesa, por pequenina que seja, já projectou impacto grande que o Terceiro Mundo sentiu e, enfim, que despertou uma solidariedade de que fui testemunha em Lima, na Conferência dos Países Não-Alinhados.

T. M. — A propósito, Almirante, como foi recebido na família dos não-alinhados? Foi tratado como um deles?

R. C. — Na sua grande maioria, sim. Os não alinhados constituem uma amálgama pouco uniforme e entre eles há ainda países que são puras pontas de lança do capitalismo no seio dos outros. Não foi, evidentemente, desses países que recebi a maior compreensão e simpatia. Mas eles são poucos já. E estão cada vez mais isolados. Da grande maioria dos países que realmente estão a lutar pela sua independência e dignidade nacionais, e ainda da totalidade dos Movimentos de Libertação, quer fossem da Namíbia ou Porto Rico, senti uma solidariedade franca, amiga para com a revolução portuguesa. E isso foi uma das coisas que trouxe orgulhoso como português, no meu regresso da Conferência de Lima.

T. M. — Por outra parte, esse comportamento face à revolução portuguesa aumenta as responsabilidades das correntes terceiromundistas de Portugal. Não lhe parece?

R. C. — Essa solidariedade é muito importante. Infelizmente, como alguns interesseiros fizeram notar cá no país, dessa solidariedade não vêm empréstimos, monetários mas um país vale pela sua força interior e pelo seu trabalho, pela sua identidade com aqueles que estão a lutar do mesmo lado da barreira.

T. M. — Voltando ao tema Portugal-Angola, perguntaríamos se, na sua opinião, depois da independência angolana, a direita consideraria perdida sua presa mais importante.

R. C. — Não sei. Isso vai depender do conjunto de factores da própria independência, da maneira como a mesma se processará. Angola ainda tem duras batalhas a travar, terá que afirmar mais uma vez, com o sangue de seus filhos e o sacrifício de seu povo, o seu desejo de libertação total.

Aqui alargaria um pouco o raciocínio, explorando um tema que me está a preocupar

e sobre o qual tenho meditado. Se compararmos a descolonização que a revolução portuguesa deu origem com outros tipos de descolonização realizadas no passado, verificamos que há uma diferença fundamental. De uma maneira geral, quase que se pode dizer que a maioria das descolonizações foram feitas sob conceitos materialistas. Houve países que descolonizaram porque concluíram que era mais desfavorável manter a guerra colonial, sustentar exércitos em operação, do que dominar economicamente, através da instalação de um sistema neocolonialista, os países teoricamente descolonizados. Isso se pode explicar pelo facto de haverem sido regimes de direita que procederam à descolonização, os quais, de uma maneira geral, procuraram instalar nos países descolonizados também regimes de direita, porque só dessa forma as relações neocolonialistas poderão ser estabelecidas entre o país colonizador, onde impera esse tipo de regimes, e o que, aparentemente independente, ficou a ele realmente subordinado.

Esse é o panorama geral da descolonização africana, e até da descolonização latino-americana. No caso português apresenta-se um aspecto diferente, um desejo de descolonização impulsionado por uma revolução de esquerda, apta a uma correcta compreensão dos novos sistemas também de esquerda que se instalavam nas suas ex-colónias. Assim foi na Guiné, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e, esperamos que também o seja em Angola. Essa originalidade vai produzir, pela primeira vez, uma descolonização em que a esquerda não se sente frustrada. O que se verificou, por exemplo, na descolonização francesa foi que os homens que mais se bateram na França pela descolonização, os homens de esquerda, sentiram-se frustrados pela maneira como a descolonização se processou e acabaram por nem sequer ter lugar — se quisessem ir — nesses países descolonizados. Como esquerdistas não seriam aceites. O que se está a passar em Portugal com as antigas colónias portuguesas é uma lição nova, que está a dar como resultado uma imediata solidariedade entre o país colonizado e o país colonizador. Nós queremos que, no futuro, um moçambicano, um guineano, um angolano, se sintam em Portugal como em sua própria casa, como um português se poderá sentir nos seus países independentes, com regimes progressistas que, na base de uma independência completa, assegurem entre si uma solidariedade cultural, social, económica e até ideológica. Essa é uma das coisas mais bonitas da história moderna.

T. M. — Como o senhor está falando em termos de futuro, é de esperar que esse novo tipo de relação entre países independentes, conduzidos por sistemas progressistas, também se estenda a muitos outros no mundo.

VENEZUELA

ESTÁ PARADO O PROCESSO REFORMISTA

Neste artigo vamos encontrar os principais dados para um jugamento dos caminhos que se abrem para a Venezuela, ao mesmo tempo em que procura facilitar a compreensão dos verdadeiros rumos pelos quais deverão ser conduzidos os destinos do país. Sobre tudo, o problema crucial do petróleo que jorra de suas entranhas e que se constitui no mundo de hoje um factor preponderante de decisões que estão intimamente ligadas às condições de vida de todo um povo e as bases mesmas de sua própria independência nacional.

Não é arriscado afirmar que a incerteza e a volubilidade são sinais dos tempos que correm. Estes pressupostos são vitais para tentar uma visão panorâmica, uma apanhado geral da Venezuela 1975.

Neste singular país sul-americano da área do Caribe, o ritmo de desenvolvimento da economia, a mobilidade social, o espectro político, as harmonias e os conflitos internos e externos são resolvidos pelo duplo recurso da política de exploração e exportação de petróleo e pelo regime de apropriação e tributação dos excedentes económicos gerados por essa indústria.

O petróleo representa 90 a 94 % das exportações venezuelanas (exportações de óleos e/ou derivados), que em 1975 atingirão a ordem de 10 750 milhões de dólares; gera mais de 60 % dos impostos internos directos que o Estado recebe; é — juntamente com a indústria do ferro — o único sector da economia de crescimento dinâmico que supera a taxa inter-anual de 7 % (nos demais sectores, excluído o de serviços, o crescimento é decididamente moroso, inferior aos 4 % inter-anuais registados no último lustro); permite a acumulação de todos os excedentes de inversão da economia nacional, além de suprir o abastecimento interno de produtos agrícolas, cobrindo o gigantesco défice de produção desse sector; alimenta o fluxo monetário, que por sua vez permite um activo fluxo comercial interno e externo; embora gere directamente poucos empregos (30 mil postos, no máximo), indirectamente oferece ao Estado os recursos para que este se constitua no primeiro agente empregador da economia nacional, o que permite dissimular a baixíssima taxa de geração de emprego dos sectores primário e secundário (o sector fabril emprega ao todo cerca de 240 mil operários e técnicos). Em suma, a economia e a sociedade em seu conjunto movem-se ao ritmo da exploração petrolífera.

Por outro lado, a ciência e a técnica da administração da riqueza petrolífera. A condição de exportador directo de hidrocarburetos determinou as características estruturais do Estado venezuelano. Converteu-se no paradigma do Estado Administrador, por oposição ao Estado Produtor. Também o tornou um Estado dádivo e onipresente, criando uma espécie de estatismo de inspiração liberal.

O Estado venezuelano foi durante 40 anos — e o é na actualidade — o motor principal da inversão pública e privada. Financia a investigação agrícola e industrial, financia a experimentação, financia a produção e finalmente financia a venda interna e externa. Financia directamente — mediante a abertura contínua de grandes linhas de crédito — e indirectamente, mediante a isenção de impostos e/ou a subvenção de insumos.

Pelas razões referidas — e outras que delas derivam — pode-se afirmar que o centro nevrálgico, o coração mesmo da controvérsia política nacional é o debate sobre a forma que assumirá o processo de nacionalização da indústria petrolífera. A decisão de nacionalizar a indústria do petróleo e derivados, e a modalidade sob a qual se efectuará essa decisão comportam a opção de uma estratégia de desenvolvimento a longo prazo, ou seja, um modelo de sociedade.

A história da controvérsia que se travou a esse respeito merece ser resumida, porque oferece as linhas que permitem identificar os diversos sectores políticos e núcleos de interesse, ao mesmo tempo que facilita a compreensão dos verdadeiros rumos que se abrem para a Venezuela do futuro.

Carlos Andrés Pérez — e seu partido, Acción Democracia — que chegou ao governo a 9 de Dezembro de 1973 virtualmente plebiscitados (com 49 % dos sufrágios), tinham mantido durante a campanha eleitoral e mesmo anteriormente (ao tempo do governo democrata-cristão de Rafael Caldera), uma posição ambígua relativamente ao problema do petróleo. Na verdade, esta atitude do futuro presidente não foi exclusiva nem arbitrária. Todos os partidos, excepto os da esquerda marxista, concordaram em afastar o tema do petróleo da disputa eleitoral, ponderando que tratava-se de um ponto de maior importância para os interesses históricos e superiores da nação. Não era sensato nem oportuno lançá-lo à liça partidária, nem submetê-lo a manipulações demagógicas. A tese geral a respeito do assunto *petróleo* foi formulada mais ou menos nestes termos: «chegado o momento se adoptará a solução mais conveniente para o país». Além disso, estabeleceu-se uma concordância tácita no sentido de adoptar decisões sobre esta matéria com base num amplo consenso nacional, qualquer que fosse a tendência de tais decisões.

Logo após o seu triunfo, Carlos Andrés Pérez anunciou ao país quais seriam os critérios directivos do seu governo em matéria de indústrias fundamentais, em particular as do ferro e do petróleo. Este plano foi descrito na nota «Venezuela: a hora das reivindicações nacionais» (publicada em TERCEIRO MUNDO n.º 4, da edição espanhola), nos seguintes termos: «O projecto, tal como é formulado, passa pela conformação de uma estreita aliança entre a classe trabalhadora organizada (sindicalizada) e a burguesia nacional, daí que o esquema económico conjuntural inclua tanto a renacionalização dos sectores mais rentáveis e dinâmicos da produção e dos serviços, como uma optimização da distribuição interna da renda, condições insubstituíveis para a formulação de uma estratégia verdadeiramente nacional. Não é outro o sentido das medidas que o

governo de Caracas apresta-se a pôr em prática: reversão da indústria petrolífera, nacionalização da indústria do ferro, «venezuelanização» de sectores económicos chaves, como o siderúrgico, as comunicações, as indústrias energético-eléctricas, as do leite, etc.».

Desde que assumiu o governo, Carlos Andrés Pérez não perdeu oportunidade de advertir ao empresariado nacional de que na Venezuela impõe-se uma radical e urgente democratização do poder económico para reverter o agudo processo de concentração capitalista «que incessantemente aumenta o abismo entre uma ínfima oligarquia exageradamente enriquecida e as maiorias nacionais correlativamente pauperizadas».

A proposta original do governo apontava para a formação de uma espécie de capitalismo de Estado com mobilidade social. O Estado controlaria as indústrias fundamentais (extractivas de matérias-primas) e «de ponta», regulando o desenvolvimento da pirâmide sem intervir a nível de pequena e média empresa, a não ser como agente regulador, e fixando os objectivos gerais da estratégia de desenvolvimento global. Os excedentes financeiros e a instrumentalização tributária — entre outros recursos — garantiriam para o sector público o controlo dos aspectos chaves da economia.

Pois bem. A execução desta estratégia passa pela liquidação do sector monopolístico que regula o ritmo de desenvolvimento económico e por uma política externa de afirmação soberana sobre os mecanismos de comércio exterior, assim como uma reinserção do país dentro do quadro de nações capitalistas da América Latina. Em outras palavras, é evidente que dentro da estratégia global dos Estados Unidos em relação a esta área não se esperava nem se espera uma Venezuela a fazer o seu próprio jogo.

É indispensável salientar que graças à providencial (para a Venezuela) crise energética, este país capitaliza anualmente excedentes financeiros da ordem dos 5 mil milhões de dólares, isto é, 50 % do seu ingresso total. Por sua vez, os onze principais membros da OPEP elevam essa eventual margem de aforro ou inversão autónoma a 60 mil milhões de dólares anuais, e tais montantes configuram uma situação absolutamente nova no âmbito económico do Hemisfério. A política de concentração económica sofre um rude golpe e abre-se uma brecha crucial para impulsionar, à escala planetária, um movimento orgânico de reivindicação do preço das matérias-primas. E isto sem contar que emerge um novo poder financeiro — com capacidade de financiamento externo — capaz de alterar radicalmente os ter-

mos com que até então as metrópoles haviam manejado o concerto de relações com os países em vias de desenvolvimento (recorde-se, por exemplo, que o F.M.I. condiciona seus créditos ou seus «stand by» à aceitação de planos económicos padronizados que, em essência, não visam senão manter as situações que levaram à concessão dos créditos e a pleiteá-los novamente no futuro).

Em outras palavras: nenhum país latino-americano que possa dispor de um excedente de 5 mil milhões de dólares anuais pode permanecer isolado, ao menos desde a perspectiva norte-americana.

Pode-se supor que os Estados Unidos não «suportaram» a ascensão vertical e acelerada dos preços do petróleo sem ponderar esta margem de risco.

O técnico da OPEP, Nicolás Sarkis, que é «expert» em economia petrolífera, afirma em um trabalho divulgado recentemente (transcrito pelo jornal «Le Monde» em sucessivas edições do mês de Julho) que os Estados Unidos deram impulso à elevação dos preços petrolíferos para acelerar as inversões em fontes energéticas substitutivas e para que o nível médio do óleo se situasse em 10 a 12 dólares por barril, que é o custo de produção para activar a exploração de xistos do seu próprio território, com o que contornariam a delicada situação de dependência energética que enfrentam actualmente (importam 9 milhões de barris diários).

A teoria de Sarkis coincide parcialmente com a de outros analistas europeus que vêem na elevação dos preços do petróleo uma subtil manobra yanque para tirar competitividade aos seus aliados e adversários europeus e assim melhorar sua oscilante balança de pagamentos, que acusou um défice preocupante entre os anos de 1972 e 1974.

É de supor que estas linhas de raciocínio não são arbitrárias e que o jogo escapou um tanto às mãos dos estrategistas de Washington (os países exportadores aproveitaram a conjuntura e ultrapassaram os limites ópticos previstos para o aumento). Ao mesmo tempo é fácil concluir que os Estados Unidos não contemplaram passivamente toda a crise energética sem tomar precauções, não quanto ao problema energético em si mesmo, mas quanto às suas derivações no campo económico geral.

QUEM TEM MEDO DE VIRGÍNIA WOOLF?

O programa reformista venezuelano não se pode realizar sem levar em conta estas ponderações mais simples. É isto que Carlos Andrés Pérez parece perceber com muita clareza, a julgar pelo rumo que imprimiu à sua gestão no curso dos últimos meses.

A primeira grande surpresa ocorreu quando o Presidente enviou ao Congresso o projecto de lei de nacionalização petrolífera.

O Poder Executivo rejeitou de plano essa variante e introduziu uma nova proposta basicamente similar à original, mas estabelecendo taxativamente as áreas sobre as quais poderiam ser celebrados contratos associativos com empresas públicas ou privadas nacionais ou estrangeiras: o processamento petroquímico, o transporte internacional, a comercialização, a exploração de jazidas situadas fora do território nacional e a exploração de jazidas de óleos pesados, que requer uso intensivo de tecnologia e processos pouco difundidos. A verdadeira chave da proposta oficial está neste último ponto: o projecto possibilitaria a constituição de empresas mistas para a exploração da Faixa Petrolífera do Orenoco, um imenso reservatório de óleos pesados que, segundo as estimativas realizadas, comporta cerca de 70 mil milhões de barris (a maior jazida do continente e talvez do mundo), com o que a indústria extrativa pode continuar operando ao ritmo actual durante um século.

O Executivo argumentou ampla e inteligentemente em defesa da conveniência de flexibilizar o instrumento jurídico nacionalizador para cobrir qualquer eventualidade que o mercado energético mundial pudesse deparar. No meio da controvérsia, o ex-Vice Ministro de Minas e Hidrocarburetos, Fernando Baez Duarte (que exerceu as funções durante os primeiros 15 meses do actual governo), difundiu um trabalho sobre o regime de exploração petrolífera (que inclui empresas mistas) em países como a Argélia, Líbia, Arábia Saudita, Iraque e Irão.

O estudo de Baez Duarte afirma. «não me encontro entre os que se opõem por princípio a qualquer tipo de empresas mistas. Isto depende das circunstâncias de modo, tempo e lugar». Oferece ainda a seguinte impormação:

Na Argélia, o Ministro da Indústria e Energia, Belaid Abdesselam e o Vice-Ministro Casel informaram a Baez Duarte que o objectivo de seu país é obter o controlo absoluto da exploração de petróleo por meio da empresa nacional SONATRCH, mas isto — segundo Baez Duarte — «não impediu a participação de empresas estrangeiras em várias fases da indústria, a começar pela pesquisa de petróleo. Nesta actividade e de acordo com a lei de 12 de Abril de 1971, a SONATRCH tem uma participação de 51 % nas concessões feitas às companhias PETROBRÁS (Brasil), SUNOIL (Estados Unidos), C.F.P. (França), HISPANOIL (Espanha), DEMINEX (República Federal da Alemanha) e COPEX (Polónia), num total de 95 000 km.

Na fase de produção, as empresas britânicas foram totalmente nacionalizadas, mas com empresas francesas existem associações chamadas eufemisticamente «joint ventures».

No campo dos serviços, existem convénios (empresas mistas) com ALFOR (geofísica), ALGEO (engenharia de reservas e serviços geológicos) e ALCORE (medida e instrumentação de poços). Em liquefacção e comercialização de gaz existem convénios com a SONEMNS, a ALOCEAN e a ALECAL.

Na Líbia, Baez Duarte foi recebido pelo Ministro do Petróleo, Sr. El-Mobruk, o qual lhe informou que ali ainda operam as transnacionais... «porque precisamos delas nas fases de comercialização e de tecnologia, embora naturalmente limitemos suas ambições». Actualmente a Líbia controla 74 % do óleo produzido, pois nacionalizou totalmente a British Petroleum e a Teeaco Chevron, embora tenha ficado só com 51 % nas demais empresas. Segundo Baez Duarte, «os dirigentes líbios preferem continuar assim, já que o Estado tem o controlo e além disso as companhias são obrigadas a comercializar todo o petróleo, incluindo o óleo nacionalizado. O objectivo é formar pessoal líbio em número e quantidades suficientes.

No Iraque, o vice-ministro venezuelano teve uma entrevista com o Ministro do Petróleo, Sr. Tayeh Abdel Karim e com o vice-ministro Fadel Chalabi, os quais lhe informaram que se para o bem do Estado foi decidido não utilizar mais essa modalidade no futuro, há entretanto contratos em execução com a PETROBRÁS, do Brasil, e com a INDIAM OIL COMPANY, da Índia, bem como com a ELFERAP, de França. Por outro lado, a British Petroleum ainda não está totalmente nacionalizada.

A oposição de centro e de esquerda venezuelana continua a afirmar que esses antecedentes não são válidos para justificar empresas mistas neste país, porquanto diferentemente de todos os Estados árabes, a indústria petrolífera venezuelana já tem mais de meio século com activa participação de técnicos, operários e executivos nacionais, que estão em condições de continuar normalmente as operações, logo que partam as concessionárias. As associações gremiais e profissionais do ramo ratificaram essa certeza e acrescentam que não se coloca nem a curto nem a médio prazo a necessidade de utilizar tecnologia sofisticada para operar as jazidas em produção, as quais têm uma vida activa não inferior a onze anos, ao ritmo da exploração actual (2,5 milhões de barris diários).

Em pleno debate parlamentar sobre a modalidade final da nacionalização, uma concordância dos partidos de oposição (exceptuando-se apenas o perezismo, já comprometido em votar pelo projecto oficial) contropôs um projecto de lei em que se considerava a possibilidade de celebrar contratos associativos com empresas privadas ou públicas, mas excluindo expressamente de tal possibilidade os trabalhos de ex-

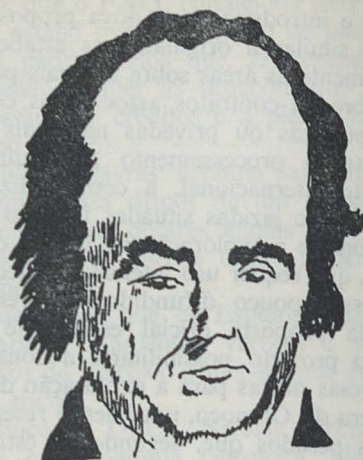
ploração, exportação ou comercialização do petróleo que futuramente se extrairá da Faixa do Orenoco. O Poder Executivo e a bancada governista rejeitaram essa iniciativa com os mesmos argumentos com que haviam defendido originalmente o art. 5.

Pouco depois, o próprio Presidente Pérez informava a um grupo de dirigentes de grêmios do sector petrolífero que durante o resto do seu mandato não se constituiriam empresas mistas, o que vem a reforçar a suposição de que as mesmas se organizarão somente quando se fizer necessário explorar a Faixa (situada ao norte do rio Orenoco, na costa oriental da Venezuela, com uma extensão aproximada de 600 quilómetros de largura por 66 de comprimento).

Independentemente das verdadeiras razões que levaram o governo de Caracas a dar essa virada cautelosa, bem como da verdadeira utilização que se dará ao princípio vagamente formulado sobre a possibilidade de firmar novos acordos com as empresas petrolíferas (em todos os casos os convênios associativos, qualquer que seja a sua forma, devem ser autorizados pelo Congresso), parece fora de dúvida que o governo de Pérez conteve seus arroubos nacionalizados de alguns meses atrás. Neste caso particular (o da indústria petrolífera) é possível supor que Carlos Andrés haja considerado ainda imaturas as possibilidades de efectuar vendas de petróleo de governo para governo — modalidade praticamente desconhecida até fins de 1973, quando se verifica o embargo árabe à Europa Ocidental e aos Estados Unidos —, caso em que seria indispensável alguma forma de acordo com as companhias de petróleo que controlam o mecanismo de comercialização habitual com um zelo de «Costa Nostra». Contudo, tratando-se precisamente da indústria petrolífera, o recuo tem implicações muito mais profundas do que uma simples manobra diversionista ou um movimento táctico. Vejamos porquê:

O problema-chave da indústria petrolífera e de sua projecção sobre o esquema económico global — no qual está implícito uma via para o desenvolvimento e um modelo de sociedade — passa por dois níveis fundamentais: a curto prazo, a apropriação dos excedentes que essa indústria gera e, a longo prazo, o regime de exploração, a política de reservas e a política de processamento de óleos para incorporar-lhe «valor agregado» (o que supõe uma intensiva exploração industrial que requer mediana e alta tecnologia).

A curto prazo o que se apresenta para a Venezuela é a necessidade de obter o máximo excedente possível e ao mesmo tempo que esse excedente seja capitalizado básica ou exclusivamente pelo Estado, que é quem deverá financiar o «arranque» industrial e agrícola do país.



O nível de preços do petróleo no mercado mundial é muito oscilante: em 1936 o óleo era vendido a pouco mais de meio dólar o barril (a Venezuela recebia 6 centavos de dólar pela participação fiscal). Em 1950 o preço nos mercados internacionais havia subido ao nível de 2 dólares (e a participação fiscal não alcançava a 1 dólar), mas dez anos depois, em 1960, a cotação havia descido a 1,90 dólares e somente em 1970 recuperou seu nível de 1950, isto é, 2 dólares. Em fins de 1972 e começos de 1973 o óleo de baixa densidade (com relativamente pouco impureza de enxofre e vanádio) era cotado entre os 3 e 4,5 dólares por barril. Nos fins deste último ano chegou-se a arrematar petróleo líbio a 17 dólares por barril e desde há seis meses o preço se veio estabilizando entre os 11 e 13,50 dólares por barril. Como é possível determinar o nível de preços que terá o óleo em 1980? Em contrapartida, há um dado certo: as necessidades financeiras do Estado, tanto em despesas como em inversões, são constantemente crescentes. Não há possibilidade de descenderem, ao menos enquanto se processa a fase de acumulação primitiva para montar uma complexa, moderna e eficiente estrutura produtiva.

Enquanto a Venezuela não contar com uma poderosa indústria petroquímica (na qual um barril de petróleo de 12 dólares possa gerar «valor agregado» quatro vezes superior), o nível do seu ingresso está obrigatoriamente vinculado ao nível de venda do óleo ou dos primeiros derivados e à relação entre o preço de venda e o custo de produção. Actualmente o petróleo venezuelano tem um custo médio de produção de 1 dólar por barril (contra alguns petróleos

do Golfo Pérsico que chegam a ser produzidos a um custo de 10 centavos de dólar por barril) e a isto é preciso acrescentar que agora a incidência das taxas de amortização é muito baixa no caso venezuelano, porquanto durante os últimos anos as transnacionais paralisaram virtualmente o fluxo de inversões face à iminente reversão de bens e equipamentos para a propriedade do Estado, o que em princípio deveria verificar-se somente em 1983, mas foi antecipado pela actual lei de nacionalização.

Qual será o custo de produção na Venezuela dentro de três ou quatro anos? Qual será então o preço do óleo no mercado mundial? Que margem de utilidade líquida restará para alimentar a crescente voracidade fiscal, considerando-se óptimo o actual nível de produção? (a este ritmo, as reservas tendem a esgotar-se perigosamente e acrescenta-se uma sobre-oferta que compromete o nível dos preços, conforme o declararam os membros da OPEP).

Estas perguntas de difícil resposta são indispensáveis para estabelecer a margem de participação e o montante das utilidades que remunerarão os consórcios nas eventuais empresas mistas. Cada factura que o Estado pague às suas associadas representará uma diminuição de ingresso e utilidade e talvez exigirá um leve aumento de produção para compensar os dividendos distribuídos. Porém, à maior produção corresponde menor preço, e o cálculo vicioso torna-se insuperável. Isto sem contar, desde já, com o verdadeiro «papel» que desempenharão as empresas associadas, sabendo-se que poucas são as que trazem efectivamente a «tecnologia» que dizem trazer (é famoso o caso de certas empresas argentinas que se associaram à Y.P.F. para um secretíssimo e supostamente refinado processo de «recuperação secundária» de jazidas esgotadas, que finalmente não foi senão a injeção de água com alguns catalizadores minerais, que aliás foi a própria empresa pública que injectou, embora as suas «associadas» o tenham cobrado).

Além do mais, se em 60 anos de associação com as empresas petrolíferas o Estado venezuelano não logrou acesso a um suficiente manejo da técnica e das chaves da indústria, por que haveria de consegui-lo na formação de futuras associações? Do contrário é preciso concluir que, para a Venezuela, foi, é e continuará sendo impossível controlar efectivamente a indústria petrolífera.

Vozes altamente qualificadas, entre as quais as dos ex-ministros de Minas e Hidrocarburetos, Juan Pablo Pérez Alfonso e Hugo Pérez la Salvia, garantem que o país não necessita de tecnologia, financiamento nem qualquer

assessoramento para operar a indústria do petróleo em todas as suas fases, seja actualmente, seja no futuro. Mais ainda, afirmam que nacionalizar para constituir empresas mistas é uma palhaçada, uma nacionalização falsa.

À margem, mas em decorrência do tipo de nacionalização que se adopte no caso do petróleo, emerge o problema da disposição dos excedentes gerados pelo petróleo. É neste ponto que a Venezuela reclama uma mudança revolucionária.

Se o país não consegue mobilizar suas forças produtivas, se continua importando mil milhões de dólares anuais de alimentos de origem agrícola (em 1978 serão 2 milhões de dólares), se continua o ritmo desenfreado de importações sumptuárias e a indústria nacional continua relegada à condição de montadora de partes importadas, seja qual for o destino da indústria petrolífera o rosto e o coração da sociedade venezuelana não mudarão. Os mecanismos de sujeição aos centros imperialistas de poder variarão formalmente, mas não de se perpetuar. Fundamentalmente, nada se terá modificado e resultará simplesmente uma progressão matemática: a um maior ingresso corresponderá maior consumo e maior renda para a estrutura económica monopolista.

Do contrário a Venezuela terá que tomar um rumo substancialmente diverso do que tem seguido nas últimas décadas. Quando menos, terá de completar um processo de substituição de importações, o que significa que terá de assumir com bastante atraso a receita «capitalista» como terapia de emergência para deter a tremenda drenagem de petrodólares que representam as actuais importações. Correlativamente, propõe-se um desenvolvimento sério e orgânico de indústrias de base, particularmente das ligadas ao sector petroquímico e ao ferro.

Modificar as pautas da produção e do consumo de um país em pleno auge económico, mesmo num ritmo reformista, não é tarefa simples nem imediata. Muito menos para um governo de base social heterogénea como o de Carlos Andrés Pérez, que deve conciliar exigências eleitorais, compromissos com a base popular, a pequena, média e alta burguesia. O controlo de situações concretas e conjunturais requer uma ampla margem de manobras para fazer marchas e contramarchas, quase sempre defensivas, e sobretudo quando a abundância de petrodólares amplia o campo para os acenos políticos, a história ensina que entre *dribling* e *dribling* é fácil perder o objectivo. Em Agosto de 1975 o reformismo democrático da Venezuela está consideravelmente mais anémico e confuso do que há um ano atrás.



As milícias populares, um dos mais importantes e activos pilares da Revolução, têm como missão principal a defesa do processo e o esclarecimento político da população.

SOMÁLIA: UMA REVOLUÇÃO SINGULAR

Dos ENVIADOS ESPECIAIS

Um audaz processo socialista liderado pelas Forças Armadas numa aliança com os trabalhadores e intelectuais, realiza-se num país islâmico, com uma população de 60 % de nómades.

NÃO É SÓ NO PLANO ECONÓMICO QUE SE ACENTUA A TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE SOMALIANA. PODE-SE DIZER QUE TODAS AS INSTITUIÇÕES DO PAÍS ESTÃO SENDO CRIADAS SEGUNDO O NOVO MODELO POLÍTICO-ECONÓMICO E TRANSFORMADAS.

Ainda que nos últimos tempos fossem muito frequentes as notícias sobre a Somália, quase sempre relacionadas com a situação geo-política do Oceano Índico, diziam muito pouco sobre a profunda experiência socialista que ali se desenvolve. Assim, não é estranho que mesmo pessoas mais familiarizadas com os temas africanos se surpreendam com o que se passa nessa velha Nação, cuja posição estratégica a coloca numa das áreas críticas do mundo, na decisiva «rota do petróleo».

Entretanto, a História da Somália não começou ontem. Num continente dividido pela multiplicidade de idiomas, a exacerbação tribalista e as guerras religiosas, a velha «Terra do Perfume» dos tempos faraónicos conseguia uma notável unidade cultural e uma grande homogeneidade étnica. A partir do ano 700 d.c., quando desembarcaram em suas costas os primeiros portadores da mensagem do Alcorão, ganharia progressivamente uma unidade religiosa que a converteu, nos tempos modernos, num país cem por cento islâmico. Em toda essa extensa trajectória histórica, a Somália não construiu, por assim dizer, um Estado nacional na actual acepção histórica. Mas era evidente que no quadro de uma divisão administrativa que a realidade determinava, os sultanatos somalinos mantinham-se fiéis aos factores essenciais que lhe asseguravam a estrutura de uma Nação. Seus estilos de Justiça e os hábitos das decisões colectivas nas Assembleias (Shir) ajudaram na criação de tendências democráticas do povo.

Esse país, importante para as nações capitalistas em seus planos de expansão mercantil, e ele mesmo rico em recursos, com uma costa húmida e em grande parte fértil, não poderia escapar à divisão imperialista. Os ingleses chegaram às suas costas em 1885, ocupando a parte setentrional que se chamaria depois de Somália Britânica, e o sudoeste do país, a que designariam como NFD (Northern Frontier District), na fronteira com Kénia. Em 1889 chegaram os italianos, instalando-se na região de Brava, Merca, Mogadíscio, ampliando paulatinamente seu domínio. Três anos os franceses haviam ocupado um enclave do que é hoje Djibuti, enquanto a Etiópia, na mesma

década (1897), entrave no espólio ocupando Ugadén, onde hoje moram cerca de dois milhões de somalianos. A exemplo de outros países africanos, a Somália resistiu aos invasores. Desde o fim do século passado até 1922, quando foi morto pela aviação britânica, o Sheik Mohamed Abdullah Hassan, notável poeta e precursor das modernas tácticas da guerra de guerrilhas, comandou um eficaz movimento de libertação nacional que combatia simultaneamente os ingleses, os italianos e os etíopes. Os focos de resistência que, com maior ou menor êxito persistiam, convergiam em 1943 — já em plena guerra — para a fundação do Movimento dos Jovens Somalianos, que terminou por conduzir, em sua última etapa, para a independência. Antes que esta tenha sido reconhecida pelas grandes potências, as Nações Unidas confiaram aos italianos por dez anos a administração da Somália), sigla que os somalianos traduziam como «ancore fascisti italiani a Somalia».

Em 1960, quando a Somália conquistava sua independência, (a Somália Britânica se manifestou plebiscitariamente pela união com a ex-Somália italiana enquanto Ugadén, Djibuti e o Distrito norte cedido ilegalmente pela Inglaterra ao Kénia em 1962 continuavam divididos da mãe pátria) o novo estado encontrava uma herança de pilhagem económica e de opressão colonial. A euforia da liberdade durou pouco. Os homens responsáveis pelo governo logo se revelaram instrumentos do neo-colonialismo e o país se afundava em divisões tribais, no caos económico e numa corrupção delirante. Nos territórios ocupados continuava, no entanto, a luta dos patriotas pela reunificação. Numa tentativa de dominar a insurreição somáli em Ugadén Etiópia atacou a Somália em 1965, dispondo de um exército de cerca de 40 mil homens, já então preparados e armados pelos ingleses e norteamericanos. Um incipiente exército nacional de dois mil homens, fundado em 1960, resistiu à invasão, enquanto, em plena guerra, o governo surgido da independência seguia sua invariável política de entrega do país e de exploração das massas populares. O partido dos Jovens Somalianos — que em determinado momento chegou a aglutinar mais de duzentos mil aderentes e foi um grande fer-

mento revolucionário — tinha sido abafado por uma nascente burguesia «compradora» e isolada de suas bases populares.

O neo-colonialismo, comandado desde Roma, Londres e Washington, se empenhava em manter na Somália uma fachada democrática numa África autoritária e caótica». Mas, na verdade, era uma democracia «for exportation». Internamente eram roubos, crimes, opressão e a sistematização da entrega das riquezas econômicas do país. Em 1969 existiam 84 partidos, fomentados segundo um plano que procurava exacerbar o tribalismo. As denominações convencionais já se haviam esgotado. Os partidos agora se chamavam «Do Milho», «Do Camelo», e em uma divisão dos partidários do velho dromedário alcoranista, já se organizava o «Partido do camelo e seu filho».

A VIRAGEM DA HISTÓRIA

«Delineava-se então uma situação insuportável, que alcançava o seu limite máximo. À falta de uma classe trabalhadora bem organizada, de uma estrutura verdadeira e própria de estudantes e camponeses, e da massa em geral, a esperança de uma salvação nacional estava no Exército, ainda que estivesse em parte contaminado pela situação geral do país», declarava o Coronel Ali Mattan Hasci, membro do Conselho da Revolução em seu trabalho «Somália ontem e hoje».

Mas, que exército?

Em primeiro lugar era uma força pouco armada, que apenas começava a receber alguns armamentos soviéticos, depois que se tornou evidente que as potências ocidentais não confiavam nele suficientemente para equipá-lo adequadamente. Entretanto, era ali que estava em gestação a resistência nacional. De um modo geral seus quadros procediam da velha polícia colonial, que havia sido mandada a Roma para seu aperfeiçoamento. Seu comandante era o General Daud Abdullah Hersi, que faleceu posteriormente, e seu sub-Comandante, o General Mohamed Siad Barre. Esse oficial já não era desconhecido para os patriotas somalianos. Em 1966 havia concedido, com risco de sua própria posição, uma entrevista ao diário italiano «L'Unità», na qual declarou que o novo exército nacional estava «unido ao povo não só para defender a fronteira, como também para lutar pelo seu progresso político e social». E proclamou: «Todo aquele que queira manter o povo na pobreza e na ignorância é nosso inimigo».

Mas não será só do povo que o General Siad Barre se estava tornando conhecido. Também dos inimigos, externos e internos, da Somália. Em 1968, em uma reunião em Nairobi, a Agên-



O Presidente Siad Barre, chefe do Conselho Revolucionário Supremo da Revolução somaliana.

cia Central de Informações dos Estados Unidos, em combinação com a «burguesia compradora» de Mogadíscio, tinha decidido eliminá-lo fisicamente, mas antes de recorrer a esse recurso extremo, o governo de então tentou a velha manobra política de convencê-lo a aceitar um posto diplomático em qualquer parte do mundo, ou um curso de especialização militar na União Soviética. Siad Barre respondeu ao então Primeiro Ministro que ele não era diplomata e que tinha muitas especializações militares.

Os acontecimentos se precipitaram no mês de Outubro de 1969. No dia 15 foi assassinado o Presidente da República, Dr. Abdel Rashid Ali Sharmake, e uma onda de terror se abateu sobre o país. Em uma dramática assembleia de militares o general Siad Barre declarou: «Somos filhos de nômades e camponeses e devemos defender nossa classe». Em 21 de Outubro, o povo da Somália despertou com as pro-

clamações revolucionárias da rádio Mogadíscio. Perguntamos ao Coronel Jibril — colaborador há 22 anos de Siad Barre — se o movimento armado se teria dado mesmo sem o assassinato do Presidente da República. «Sim. Estou seguro. Havia chegado o momento».

O novo diário do Exército «Combatente», analisando o processo político militar somaliano escrevia: «No interior do exército todas as castas da população provenientes de diferentes regiões do país, todos os representantes de grupos étnicos e sociais se misturam e começam a dar-se conta de que são membros de uma só família nacional». E analisando o desenvolvimento do papel das forças armadas no processo político, declarava que «o exército terminou por sentir-se investido de uma missão histórica, de um papel de vanguarda, que o obriga a superar os interesses individuais, para representar à Nação inteira».

Pouco conhecido e escassamente pressentido, a verdade é que esse carácter de classe humilde do exército somaliano o inclinaria a uma posição política revolucionária e a uma progressiva aliança com a inteligência frustrada, pronta para a rebelião, e que se colocou ao lado dos militares no mesmo dia em que tomaram uma posição nítida, como observa o escritor italiano Luigi Pestalozza em sua excelente crónica da revolução somaliana.

Teriam os revolucionários do ano de 69 plena consciência do que estavam fazendo? «Sim», — nos disse um oficial da guarnição de Mogadíscio — A maior frustração do general Siad Barre e de seus camaradas foi ver que o governo surgido com a independência se transformava num instrumento neo-colonialista e da burguesia nacional em formação, traíndo as aspirações revolucionárias do povo».

E eis aqui uma constatação histórica sugestiva. No Egipto os Oficiais Livres surgem quando o movimento progressista do partido Wafdistas se perde na politicagem e no entreguismo. Enquanto que no Peru as Forças Armadas quase unanimemente apoiam o governo centro-esquerdista de Belaunde Terry, que não tardou a defraudar suas esperanças. O mesmo sucederia, anos depois, a alguns milhares de quilómetros, com o movimento político-militar somaliano.

Fracasso? Ou incapacidade das correntes esquerdistas liberais de produzir uma mudança fundamental? Esse é um tema para uma análise futura.

No caso somaliano, o decisivo é que o sector militar vitorioso via claramente que, dentro dos esquemas liberais, que no caso do país eram neo-colonialistas, não havia solução para os problemas nacionais. O exército teria não só que derrubar um governo, mas teria também que organizar o processo de mudanças. «O exército constitui hoje a vanguarda revo-

lucionária, porque todos os seus elementos provêm das massas populares, as quais, por seu turno, constituem a vanguarda da revolução», declara o general Siad Barre. Outro líder militar, o general Mohamed Ali Samantar, um dos actuais vice-presidentes da República e Ministro da Defesa, recentemente num discurso na Universidade de Mogadíscio excluiu a possibilidade de todo tipo de aliança com qualquer tipo de burguesia nacional, e disse que o poder da Revolução se apoia exclusivamente «em uma aliança entre as Forças Armadas, os trabalhadores e os intelectuais revolucionários» e que «se missões particulares cabem a cada uma dessas forças, em seu conjunto elas assumem vastas tarefas gerais que derivam de sua responsabilidade de guia da Nação».

Definindo a composição das forças ideológicas que integram o processo revolucionário na Somália, disse o general Siad Barre: «A era do jogo duplo terminou. As coisas devem ser hoje claramente definidas. Os socialistas, os nacionalistas e os progressistas, constituem politicamente a esquerda. A burguesia é a direita».

AS ETAPAS DA REVOLUÇÃO

O processo revolucionário somaliano se caracterizou por duas fases: a primeira, definida por amplas nacionalizações que permitiram ao governo o controlo dos principais meios de produção, dando-lhe os meios para uma implantação planificada e eficaz. Na Somália o nasserismo tem simpatias muito profundas, mas se observa uma preocupação de vigilância para impedir que se reproduzam aqui aquilo que foi o erro fundamental de Nasser, ou seja, a ilusão de conciliar os interesses populares com uma burguesia profundamente relacionada com os interesses externos e, do mesmo modo, impedir que se crie uma casta tecno-burocrática que foi a ruína de outros processos revolucionários nascidos de movimentos nacionalistas poli-clasistas.

Quando, um ano depois da revolução, o governo sentiu que havia condições para um passo adiante, anunciou o começo da etapa propriamente socialista. Em 21 de Outubro de 1970, o Presidente do Conselho Revolucionário Supremo, Mohamed Siad Barre, proclamou: «Nos declaramos solenemente e resolutamente um Estado socialista, definindo o socialismo como a ideologia mais humana e a mais de acordo com as necessidades do homem». E, para a Somália, «a única eleição possível para conduzi-la a um rápido desenvolvimento económico e social».

Ao nosso tempo, recomendava «a prudência constante e quotidiana para evitar os passos em falso e as precipitações nefastas».

Desde então, a revolução somaliana tem sido muito cautelosa e tem avançado com firmeza. Virtualmente o que resta de propriedade privada aí não tem peso na economia do país. Mas existe, sobretudo no sector agrário. O governo está desenvolvendo uma imensa campanha de cooperativismo que deve confluír, no futuro, para grandes fazendas colectivas de autogestão. Essa política é atentamente seguida. «Preferimos convencer os camponeses e vencer suas resistências tradicionais pelo exemplo. Posso lhes dizer que cem por cento dos camponeses nas áreas em que actuamos se sentem atraídos pelas novas formas de economia socialista», nos declarou Mohamed Abukar, director do Departamento de Cooperativas do Ministério da Agricultura.

Qual é o limite da propriedade privada na nova economia somaliana? O próprio general Siad Barre explica: «A propriedade privada é autorizada na medida em que não prejudica o povo. Por que vemos estatizar cinquenta camelos dos quais vive toda uma família somaliana? Cinquenta camelos não constituem um risco de exploração».

Não se pode considerar a criação de uma sociedade socialista na Somália tomando como base os padrões pré-existentes. O que há de extraordinário nessa experiência é que, simultaneamente, está reconstruindo uma Nação e implantando um modelo socialista. Todo o problema económico da Somália poderíamos resumir-lo dizendo que é um dos vinte e cinco países de menor desenvolvimento do mundo, segundo dados das Nações Unidas, onde a renda per capita não vai além de cinquenta dólares.

O governo revolucionário está atacando o atraso em todas as frentes. Seu esforço principal está se concentrando na agricultura. Somália tem cerca de oito milhões de hectares cultiváveis e apenas menos de um milhão estavam sendo aproveitados, e, assim mesmo, inadequadamente.

O êxito mais importante da batalha agrícola é, entretanto, a diversificação das culturas. Com a colaboração cubana se está desenvolvendo a agro-indústria açucareira. Avança a instalação de uma nova usina com a qual se pensa alcançar o autoabastecimento e produzir excedentes exportáveis. Antiga importadora de milho, Somália, no ano passado, já produziu 20 % para exportação, enquanto diminuiu a participação privada nas plantações de bananas e aumenta a estatal.

Em matéria de indústrias, o Plano Económico prevê a instalação daquelas que representam a substituição de importações ou o processamento de matérias primas exportáveis, como carnes, frutas, etc. Começa-se a realizar um grande esforço para organizar em cooperativas os três mil pescadores do país e a montar



Jovem nâmada da Somália, com penteado típico de casamento.

uma estrutura industrial capaz de capturar 750 mil toneladas de pescado no Índico e 500 mil no Mar Vermelho, montante previsto pela FAO. O Presidente do Banco de Desenvolvimento Económico, Mahamud Jama, nos disse que o Plano Nacional de Desenvolvimento é muito realista, evitando projectos fantasiosos. Assinalou também que o financiamento desse plano se baseia prioritariamente nos recursos internos, e que 70 % dos créditos são outorgados às empresas públicas.

AS MUDANÇAS

Não é só no Plano Económico que se acentua a transformação da sociedade somaliana. Pode-se dizer que todas as instituições do país estão sendo criadas segundo o novo modelo político-económico e transformadas. Um exemplo disso é o que se passa com a Justiça, que deixou de ser uma instituição para os ricos e os poderosos. Há muitas inovações, mas uma delas revela a nova condição da Justiça. Em cada vila ou distrito, os julgamentos funcionam com três juizes: um técnico, nomeado pelo governo, e dois eleitos pela comunidade, através da Secção Política, sendo em muitos casos mulheres. Depois de eleitos estes recebem um curso sobre as linhas gerais da legislação, e as decisões judiciais são tomadas por maioria de votos.

Além de uma ampla legislação sobre economia, finanças, administração pública, códigos, etc. as mudanças mais importantes neste campo são as relacionadas com a igualdade

de direitos para ambos os sexos. A mulher já não pode ser repudiada pelo marido segundo a velha praxis alcoranista, e, pela primeira vez num país muçulmano, se institui o divórcio, que pode ser solicitado por qualquer dos cônjuges, assegurando-se a completa protecção dos filhos.

É natural que uma mudança dessa profundidade haja provocado grandes resistências numa velha sociedade sobre cujas tradições actuavam os interesses antinacionais e antirevolucionários. Em muitas oportunidades o governo definiu a doutrina da revolução como o socialismo científico. A segunda carta da revolução declara enfaticamente que a partir de 21 de Outubro de 1970, a República Democrática da Somália adopta o socialismo científico como seu sistema.

Como é natural, os adversários da revolução procuraram o terreno mais fácil para contra-atacar e foi o da pretendida contradição entre o islamismo e o socialismo. Em diferentes oportunidades, os principais líderes da Revolução insistiram na tese de que o socialismo e o islamismo não são incompatíveis. «Consolidando a fé no Islam, reforçamos nossa revolução e aplicamos o socialismo», dizia o diário do governo «Estrela de Outubro».

A resistência dos sectores ultra-reaccionários às mudanças sociais evoluiu em determinado momento até um claro intento subversivo e pelo menos dez «sheiks» foram submetidos a juízo e condenados à pena capital. Era evidente a influência de alguns sectores reaccionários estrangeiros, particularmente árabes, que tencionavam utilizar a religião como instrumento anti-revolucionário.

A situação hoje está mudada. Em seus sermões, os «sheiks» passaram a dar ênfase àqueles aspectos do Alcorão passíveis de um justo entendimento do socialismo e, em geral, a temática dos mesmos é discutida previamente com o Ministério de Justiça e Assuntos Religiosos. Um jovem director de pouco mais de trinta anos, Abdullah Musa Yussuf, que condena os assuntos religiosos do Ministério, disse-nos que «a intenção de dividir o povo e sublevá-lo contra o socialismo através do Islão fracassou totalmente. A igreja já não pode ser usada como instrumento político».

O governo somáli é acusado frequentemente de estar perseguindo a religião. Mas não é verdade e, mais do que isso, seria até uma falta de sentido comum. Se é exacto que a nacionalização da educação também afectou as escolas alcorânicas mantidas pela Arábia Saudita, isso não significou uma medida anti-religiosa. A Arábia Saudita mesma está construindo no centro do Mogadíscio — com o beneplácito do governo — uma das maiores mesquitas do mundo islâmico, ao lado da qual funcionará uma universidade alcorânica.

Frequentemente nos perguntam se não há uma burguesia nacional na Somália. De início se deve acentuar que este é um país muito modesto onde não há gente endinheirada. A revolução alcançou o poder quando começava a criar-se o sector privilegiado dos exportadores e importadores e impediu que ele crescesse, tornando sua existência impossível. «Aqui está proibido ser rico e os salários mesmos, honestamente, não permitiriam a ninguém tornar-se rico. Se uma pessoa começa a mostrar tendências à acumulação financeira, ou aparece com um tipo de vida que a sua receita não justifica, é logo advertido de que não se tolera que prosiga nesse caminho. Se resiste, então usamos contra ele a legalidade revolucionária» — declarava-nos Musa Gure, director de informações do governo e um dinâmico militante revolucionário.

Mogadíscia é uma cidade de peões. Seja em suas arborizadas avenidas ou em seu encantador bairro comercial, onde as construções de tipo árabe nos lembram os mercados de Damasco, o peão é o rei. Os automóveis são de um reduzido número e, de modo geral, são oficiais ou diplomáticos. Mas esses mesmos, que em todos os países ostentam desafiantes carros de alto preço, são muito mais discretos na Somália.

O que se poderia chamar no país de «burguesia exploradora» do período neo-colonial, quase todos estrangeiros, saiu da Somália e o que resta nada representa, virtualmente, no país. Isso não significa que não há sectores contrariados, seja entre os «sheiks» seja entre os grupos remanescentes da economia colonial, os quais não se conformam em haver perdido o poder. Perguntamos ao General Siad Darre se não considerava que a campanha norte-americana contra o seu governo se destinava a alimentar uma oposição interna. «Certamente, mas nosso povo está vigilante contra isso», contestou ele.

Realmente, há na Somália um grau de vigilância popular que é exercido de mil maneiras. E não há dúvida de que o país está atravessando um dos seus melhores períodos de mobilização popular e de coesão patriótica.

Perguntámos a um dirigente da Secção Política se ele não acreditava que grupos militares e outros pudessem intentar derrubar o governo. «Poder, sempre podem, mas não nos parece sensato tentá-lo, tal é o apoio popular à revolução».

A GRAVITAÇÃO GEO-POLÍTICA

Se a situação interna se mostra bastante consolidada, não são desprezíveis as manobras norte-americanas e de seus aliados europeus

que tendem a desestabilizar o governo revolucionário. A Somália tem uma posição geo-política complexa e não é tranquilo o seu problema fronteiriço. Como já assinalamos o país se compõe de cinco regiões, «as cinco pontas da estrela de sua bandeira»: a ex-Somália italiana, a ex-Somália britânica reunificadas por decisão plebiscitária; o Distrito fronteiriço do Norte, cedido pelos ingleses a Kénia em 1962, a Região de Ogadén, ocupada pela Etiópia em fins do século passado e a Costa dos Somalis (Djibuti), que ficou com os franceses, após a distribuição bismarquiiana da África. As populações das três regiões ocupadas equivalem ao território actual da Somália independente. Falam o idioma somali, mantêm suas tradições culturais e se consideram a si mesmos naturais da Grande Somália. O governo manobra com muita cautela este problema, mas nem o povo nem seus dirigentes renunciam à ideia da reunificação.

«Não só não renunciamos a esse objectivo nacional, ligado à nossa própria existência como Nação, como estamos certos de que a Somália será reunificada» — disse o chanceler Omar Arte Ghalib.

Todos observam com muita prudência o desenrolar da situação na Etiópia, cujo governo até agora não aceitou iniciar negociações com a Somália sobre o Ogadén. Apesar de ser um governo reaccionário, e sumamente influenciado pela Inglaterra e pelos Estados Unidos, Kénia poderia eventualmente analisar num prazo não muito distante o problema do Distrito Norte. Quando ao Djibuti, o governo francês não demonstra procurar uma solução justa. O porto é decisivo para o controlo do Golfo de Adén e, consequentemente, da rota do petróleo. E isso faz com que a França — cujo governo se jacta de não ser colonialista ao mundo inteiro — continui colonialista em Djibuti. Os dirigentes da oposição nesse território e os da Frente de Libertação da Costa dos Somalianos, que protagonizaram recentemente o tão comentado episódio do sequestro do embaixador francês na Somália, nos disseram que a sua meta era a independência.

— E depois? — perguntamos.

— Bem, o povo decidirá.

— E quais são os sentimentos do povo?

— Naturalmente que somos e nos sentimos somalianos, porém a decisão política será do povo, depois da independência.

— O governo francês disse que não concede a independência ao Djibuti porque isso levaria a uma guerra entre a Etiópia e a Somália, inclusive pelo estrangulamento que isso criaria para a economia etíope.

— Nada disso é verdade. Etiópia não terá o problema dos portos. Outros países mediterrâneos solucionam essa situação através de acordos bilaterais. Quanto à guerra entre a

«O QUE QUEREM, NA VERDADE, É DESTRUIR A BASE SOCIALISTA DA NOSSA REVOLUÇÃO»

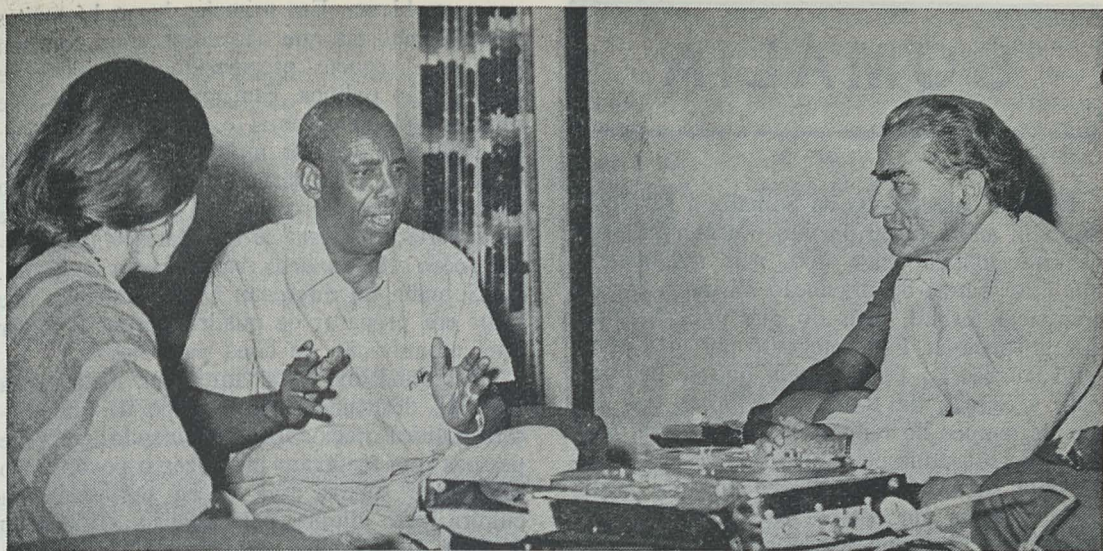
Etiópia e a Somália é uma invenção da diplomacia francesa para tentar adiar a independência que hoje ou amanhã conseguiremos.

Esses problemas, ligados à reunificação nacional e à posição estratégica da Somália, criam no campo externo, um panorama menos tranquilo do que a situação doméstica. Do outro lado do Golfo de Adén, o Yemen do Sul é um país socialista e, como a Somália, é independente e não alinhado. Isso significa que o Pentágono considera-se inseguro nessa área. Sua campanha para fazer cer ao mundo que há uma base soviética em Berbera (Somália) é parte de toda essa operação geo-política para dominar o Índico e encobrir seus propósitos expansionistas e o aumento do poderio militar nesse oceano.

Com outros jornalistas internacionais, em Julho último, visitamos Berbera e vimos que há ali um campo militar cujas instalações poderão, amanhã ou depois, serem dotados de armamento comprado na União Soviética, na Europa Ocidental ou onde seja. Mas é total e absoluta a soberania somaliana. O Pentágono está construindo uma gigantesca base em Diego Garcia; os franceses mantêm com um alto nível de eficácia sua base de Djibuti e os ingleses podem utilizar as instalações de Mombaça, em Kénia, ao sul da Somália, sem levar em conta, ainda, que os norte-americanos têm sua base Canew, na Eritreia. Como exigir que a Somália não se ocupe de sua defesa nacional? A história da «base soviética» de Berbera, é uma espécie de operação «Quero-Quero», uma conhecida ave dos pampas da América do Sul que costuma pôr os seus ovos num lugar e vai logo cantar num outro bem distante. Os norte-americanos puseram o seu «ovo» em Diego Garcia e agora cantam em Berbera.

«O que eles estão buscando não é uma base soviética em Berbera, que sabem não existir. Na verdade o que querem é destruir a base socialista de nossa revolução» — declarou-nos o Coronel Abdelkader, secretário da Secção Política do Conselho Revolucionário Supremo.

De qualquer maneira, seja pelo «mau exemplo» de sua profunda revolução socialista, ou pela importância de sua posição geo-política, o facto concreto é que a Somália é hoje um país sob a mira do imperialismo. Isso explica a permanente campanha e os esforços das potências ocidentais buscando derrubar o seu governo e destruir a sua nascente revolução.



Siad Barre concede palpitante entrevista exclusiva aos jornalistas que, em nome do «Terceiro Mundo», percorreram há pouco vários países da África, do Médio Oriente e da Europa.

O PARTIDO CONSTRUÍDO DE BAIXO, AINDA ESPERA DENOMINAÇÃO

A estrutura da Secção Política,
aparelho orgânico da Revolução
na Somália.

SOMÁLIA

Poderia parecer que na Somália a revolução não tem ainda o seu partido e nem uma organização política desse tipo, mas realmente o que falta é uma denominação ou um nome e a aparência formal, mais do que uma estrutura que já funciona. Está integrado por uma denominada «Secção Política» em que se transformou a Secção de Relações Públicas dos primeiros tempos do regime. A importância desse aparelho se traduz pelo facto de que está directamente subordinado à Presidência da República, e actua em colaboração com o Comité Político do Conselho Revolucionário Supremo.

O Secretário Geral da Secção Política é ao mesmo tempo membro do Conselho da Revolução e do Comité Político do Conselho. O actual titular da Secção é o Coronel Abdelkader Hagi Hohamed, um oficial muito competente que soma à flexibilidade diplomática e um talento especial para comunicar-se com as massas a uma coerência ideológica da qual não se separa. Estivemos juntos em muitas oportunidades, numa delas com centenas de policiais que estavam frequentando um curso de capacitação ideológica. O que vimos ali foi um quadro que parecia insólito em muitos países do Terceiro Mundo. Os discursos, as canções e uma representação teatral, sempre com a participação dos policiais, giravam em torno da aproximação com o povo, a luta anti-imperialista e a maneira como um guardião da ordem pública pode aplicar em suas tarefas quotidianas o socialismo científico.

O coronel foi o orador principal. Em seu discurso abordou temas que são comuns à oratória revolucionária da Somália: as manobras do inimigo para dividir o povo e, sobretudo, a tentativa de usar a religião como um instrumento contra-revolucionário. Aliás, esse era um dos pontos fortes de temática da peça de teatro. A revolução somaliana mobiliza em alto grau os cantores, os poetas, os artistas, para transmitir a sua mensagem ao povo. É a própria linguagem usada pelo secretário da Secção Política era directo, gráfico, com alguma nota de bom humor. Ele dizia a seu auditório, quase todo ele uniformizado, que às vezes a revolução tem que avançar como as serpentes, mas o principal é avançar sempre e não perder o rumo.

Perguntamos ao Coronel Abdelkader como explicava que a revolução somaliana ainda não tivesse sua organização política constituída.

— Você terá que ter a paciência de escutar uma breve informação para entender bem o

nosso problema. Em primeiro lugar, há muitos países socialistas que não começaram com um partido e seguem preparando suas bases de organização política. Em nosso caso saímos de uma sociedade colonial e, quando isso acontece, há que destruir muito antes de começar a construir. Em várias nações do Terceiro Mundo a luta foi conduzida por uma Frente de Libertação e esta se transformou num partido, com seus quadros retemperados na guerra. Na Somália foi diferente. O que tínhamos que fazer era preparar os quadros antes de impor uma organização de cima para baixo.

O colonialismo usou aqui uma metodologia especial, destruindo todo o tipo de organização política nacional e eliminando grupos e pessoas que tentavam mobilizar o povo. Como sabia que somos uma nação unificada pela cultura, pelo idioma, pela religião e pelo estilo de vida, dividiram-na por três ocupantes: Inglaterra, Itália e França, obrigando o povo, em cada uma das regiões, a falar o idioma do colonizador e adaptar-se a seu modo de vida. Como não tínhamos um alfabeto próprio e não nos podíamos comunicar oralmente através de fronteiras artificiais, tornava-se difícil e complexa a tarefa da organização política. A meta era dividir-nos para que, no futuro, quando nos tornássemos independentes, não tivéssemos unidade. Quando queríamos ir de uma parte para outra do continente africano, tínhamos que passar por Londres ou Roma. Era uma maneira de controlar-nos, saber onde andávamos, quando não intentavam lavar o nosso cérebro.

— Esse é o panorama pré-revolucionário. E depois?

— A primeira etapa da revolução caracterizou-se por uma profunda política de nacionalizações. Ela tinha em si mesma uma grande importância política e económica, mas tinha também um resultado didáctico: o povo começou a compreender que a revolução enfrentava os seus opressores e tinha o poder para entregar propriedades e empresas dos colonizadores.

— Já com uma plataforma socialista?

— Não. A definição socialista veio um ano depois, com a segunda carta da revolução.

— Quando entende que o povo da Somália começou a considerar que havia uma revolução a sério?

— Veja, saímos de um período de frustrações e de enganos que caracterizou os governos posteriores à independência. O povo, naturalmente, desconfiava do governo. Houve muitos momentos em que a nossa gente pôde verificar que — através de actos e não de palavras — estávamos fazendo uma revolução e não um simples golpe de Estado, que havíamos realmente dado. Diria que o episódio de nossas linhas de navegação foi muito expressivo. Nossos barcos só podiam viajar para os países que

os norte-americanos permitiam. Por exemplo, não podiam ir a Cuba, Vietnã do Norte e Coreia do Norte. O governo decidiu liquidar essa dependência e nossos barcos vão agora onde o interesse nacional exige. Os norte-americanos, então, nos disseram que não dariam mais ajudas. Na verdade, assim o fizeram, porém ninguém morreu por causa disso. O povo identificou essa atitude do governo da revolução como uma medida socialista. E compreendeu que era o socialismo que melhor lhe convinha.

OS CENTROS E AS METAS

A secção Política está integrada por vários sectores: trabalhadores, jovens, feminino, regional, ideológico, relações exteriores, cooperativas, relações públicas, propaganda e imprensa e milícia popular.

Em cada distrito funciona um Centro de Orientação e este, por sua vez, tem várias ramificações segundo as necessidades da área em que actua. Cada Ministério, cada serviço, cada empresa conta com um Comité de Trabalhadores. Estes se integram em 82 Comités de segundo nível, matriz dos sindicatos. Essas entidades convergem na Casa dos Trabalhadores,

que funciona como um centro de trabalhadores. Os comités profissionais actuam em estreito contacto com os Centros de Orientação. Hoje não há cidades, vila, distrito, ministério, fábrica ou empresas, e em certo sentido até quarteirão, em que não haja um órgão político. Em todos se reproduz a organização nacional, integrando sectores da comunidade como jovens, mulheres, camponeses, etc. Em Mogadíscio há catorze Centros, nos catorze distritos da cidade, que são extraordinários núcleos de actividade vicinal, com uma impressionante capacidade de mobilização popular. «Em duas horas mobilizamos toda Mogadíscio» nos declara o coronel Abdelkader. «Em trinta minutos todo o distrito de HawlBadag estará mobilizado», nos disse Abdullahi Aden Elmi, presidente do Centro de Orientação local.

O coronel Abdualkader fala com entusiasmo da maneira como a organização coordenada pelo Birô Político se estendeu a todo o país e de sua extraordinária capacidade mobilizadora, comprovada nas campanhas de auto-suficiência, de alfabetização, de contenção das dunas, etc. Assinale-se que também as pessoas sem capacitação profissional estão organizadas em seus comités. Cabe ao Centro não só orientá-las politicamente, mas também encontrá-lhes trabalho. N. M.



Os nómades constituem parte importante do povo da Somália e estão sendo incorporados, progressivamente, ao processo de transformação da sociedade através da Revolução.

NO CENTRO HALANNE A REVOLUÇÃO PREPARA SEUS QUADROS DIRIGENTES

Perto do Aeroporto de Mogadíscio, sobre a costa do Índico, encontra-se o centro que prepara os quadros da administração do governo revolucionário, e que leva o nome de um patriota somaliano que morreu na luta contra o colonialismo, o «Centro de Adestramento Halanne». Utilizado durante a administração italiana como campo militar, ostentando então o nome de um repressor, Botego, uma das primeiras medidas do governo encabeçado pelo general Barre foi convertê-lo em lugar de adestramento de funcionários, estudantes e militares. Entende-se por adestramento uma preparação política profunda e completa, que habilite aos que passaram por suas aulas a actuar como quadros do processo em qualquer actividade. O treinamento estritamente militar, que recebem civis e militares, dá-se em um campo especializado, que não é o Halanne.

Nesse centro todos os professores são militares, e um deles, o Director, o Coronel Aden Abdullahi Nuh, nos explica que «o objectivo é a capacitação socialista dos militantes». Passaram pelas aulas do Centro Halanne todos os ministros da Somália, todos os embaixadores, altos funcionários e oficiais. Os estudantes que terminam o curso secundário devem passar seis meses internados no Centro antes de integrar-se em qualquer actividade, ou seja prosseguir os estudos universitários ou começar um trabalho produtivo.

O programa de ensino inclui história, doutrinação político e adestramento físico e militar. Não há distinção de sexo nas tarefas. Completados esses seis meses, passam ao Serviço Nacional, que compreende um ano no interior do país, em tarefas que vão desde o ensino em zonas nómades e agrícolas à vacinação maciça, participação nos trabalhos voluntários e recenseamento de populações, segundo as necessidades. Uma vez concluído o Serviço Nacional, o jovem pode optar pelas Forças Armadas, a Universidade ou trabalhar para o Estado. É o Ministério de Defesa o encarregado de estudar cada caso e influir na decisão do jovem, de acordo com as atitudes que haja demonstrado no passado.

Também devem passar pelo Centro Halanne todos os estudantes que regressam ao

país depois de terem-se especializado no exterior, seja na Inglaterra, Itália, União Soviética ou qualquer outro país socialista. «Devem somalizar-se», nos explica o Subdirector, Major Omar Abdurahman, recordando-nos uma frase do Presidente Siad Barre: «Não devemos ser nem pró-italianos, nem pró-ingleses, nem pró-soviéticos, nem pró-norte-americanos, devemos ser pró-somalianos». Também os embaixadores vêm periodicamente a cursos de actualização, continua explicando-nos o Major Abdulle, enquanto caminhamos por uma ampla biblioteca, muito bem provida de todo o tipo de literatura política com especialização socialista.

No transcurso da visita dialogamos com um grupo de estudantes que participavam nos cursos e que insistiram em que visitássemos os dormitórios, totalmente sob seus cuidados, onde poderíamos ver os desenhos com que haviam decorado as paredes.

«Este é o mapa da África. Como vê, pintamos de uma cor diferente os países ainda colonizados. Se não contarmos Moçambique, Guiné-Bissau e Angola, que já passam a etapa de Estados independentes, poderá observar que além dos três territórios de África Austral (África do Sul, Namíbia e Rodésia) só o Sahara espanhol e Djibuti faltam ser descolonizados. É um exemplo gráfico da vitória dos povos africanos». «Neste outro poderá ver o Presidente Sadat na reabertura do Canal de Suez, e cremos que também representa claramente um vitória na luta dos povos árabes; e nesse outro Che Guevara, um símbolo com o qual queremos nos identificar com a luta de nossos irmãos latino-americanos.

Em toda a volta do dormitório os cartazes nos ensinam que nosso mundo é o finaliza nosso anfitrião.

dos povos que lutam pela sua liberdade»

Nesses cursos participavam também, misturados, funcionários civis e um grupo de professores secundários que aproveitavam assim as férias anuais. Em suma, das classes que visitamos, em que se estudava o processo económico da Somália, um estudante escolhido ao azar, nos explicou sintética mas muito claramente porque a Somália só poderia alcançar a independência económica por um caminho socialista.

OS ANIMAIS ERAM CAÇADOS A METRALHADORA EM HELICÓPTEROS

**HOJE, NA SOMÁLIA, A CAÇA ESTÁ
PROIBIDA, MAS ASSIM MESMO
MUITAS ESPÉCIES ESTÃO A SE
EXTINGUIR.**

A defesa do meio ambiente — da flora e da fauna, prioritariamente — preocupa a muitos países que actualmente estudam e aplicam leis limitando a acção depredatória da caça indiscriminada ou a exploração lucrativa das plantas. A Somália é um dos países que mais avançou nesse sentido. Tem a legislação mais moderna no que se refere à defesa da riqueza animal e vegetal, e uma das medidas mais radicais do governo foi decretar terminantemente proibido todo o tipo de caça em seu território nacional.

A necessidade dessa legislação é facilmente compreensível se se levar em conta os anos em que o colonialismo, e depois da independência, o neo-colonialismo, dizimaram irresponsavelmente a riqueza animal do país, ao ponto de ter feito desaparecer definitivamente algumas espécies. Empregavam as armas mais modernas contra os animais, que na região do baixo Giuba eram caçados de helicópteros, com metralhadoras. A comercialização de peles de leopardo, por exemplo, estava perfeitamente organizada desde Kisimayo, na região equatorial da Somália, e a de maior riqueza em animais, a Mombasa, em Kénia, ao sul.

A campanha de conscientização do povo somaliano sobre o que significava essa caça na devastação fabulosa de um património nacional começou na década de sessenta, quando a revista «Tribuna», editada em Mogadíscio, passou a ter influência em alguns círculos e levantou denúncias concretas sobre o problema. Mas foi somente depois da revolução de Outubro de 69 que se decretou a legislação protecctionista.

Criou-se então o Instituto Nacional para os Parques Nacionais e a Defesa da Fauna, cujo director é o Dr. Andre Romani, um italiano de nascimento, graduado em leis, ciências diplomáticas e ciências naturais, com um passado de luta antifascista e que hoje, aos sessenta e cinco anos, com mais de quinze vividos na Somália, e tendo adoptado a nacionalidade somaliana, convertendo-se ao islamismo, é mais africano que europeu.

— Professor, quais são as tarefas que desenvolve o Instituto dirigido pelo senhor? — perguntamos, aproveitando uma visita do Dr. Romani a Mogadíscio, para informar sobre a actividade que desenvolve ao Conselho Revolucionário Supremo.

— O Instituto depende directamente da Presidência da República e está encarregado da defesa da fauna e da constituição de um parque nacional em Kisimayo. Em seu trabalho está capacitado a estabelecer contactos científicos com todas as partes do mundo. Está projectada também a criação de um centro científico aberto aos estudiosos de todos os países para investigações zoológicas, bacteriológicas, etc. Também, naturalmente, esperamos que este parque se converta em uma atracção turística importante, ainda que não seja este o objectivo com que foi criado.

— Economicamente tem importância para o país?

— Sim, é claro. Com uma planificação ecológica de protecção ao meio ambiente, a magnífica fauna somaliana aumentará sensivelmente e isso significa que a comercialização das peles e das presas dos animais — uma vez

UMA UNIVERSIDADE SURGE DO NADA

O esforço para criar um ensino nacional e para desenvolver ao máximo as potencialidades do país em matéria de educação, conduziu naturalmente as autoridades da Somália a propor a criação da Universidade, plano que se concretizou em 1970. «Nasceu do nada», nos explicou um professor que encaminhou o processo desde o início. «Não havia edifícios, nem laboratórios, nem professores, os poucos docentes com que contávamos eram todos estrangeiros». Se no ensino secundário ainda há professores egípcios, russos, alemães, italianos e ingleses, como não repetir-se, e mais agudamente, a falta de quadros a nível superior? No curso secundário, as metas para 1978 é que todo o corpo docente seja somaliano, para o que se está trabalhando com o maior afinco dentro dos Institutos para que seja cumprido o objectivo e nesse ano completem o curso 900 professores.

No caso da Universidade, essas metas são a mais longo prazo. Por enquanto se considera um grande êxito da Revolução o facto dos estudantes que terminam o curso secundário não precisarem continuar seu curso especializado no exterior. Todas as carreiras podem ser cursadas no país.

A Itália tem um importante convénio com a Somália neste campo, pelo qual a

maioria do pessoal docente universitário depende do governo italiano, do qual recebe seus vencimentos. Assim, a Universidade somaliana tem maiores possibilidades de utilizar os recursos estatais para aperfeiçoar a infra-estrutura e o nível de investigação sem desviar praticamente nada para salários. «Trabalha-se em estreita colaboração com o pessoal somaliano e os alunos, aos quais mais nos une uma relação de amizade do que o vínculo tradicional entre professor e aluno», afirmava Liliana Mammino, uma jovem italiana de 27 anos, que lecciona Termodinâmica e Biofísica, especialidades que cursou em vários países.

Os esforços começam também nesse campo a dar frutos. Em 1976 saíram da universidade os primeiros setenta médicos, que farão clínica geral. «Os problemas imediatos de nosso país necessitam de especialistas em alta cirurgia. Se não tivermos especialistas, talvez morram cem pessoas num ano. Mas se não tivermos clínicos gerais, se não tivermos quem cure a malária, morrerão cem mil. A opção é assim muito clara», nos exemplificava didacticamente o Director da Faculdade de Medicina. «A especialização está definida pelas nossas necessidades».

mortos por causas naturais e não por caça — será realizada pelo Estado.

O Parque está sendo organizado na zona do baixo Giuba, que confina com o Oceano Índico, povoada por elefantes, girafas, gazelas, antílopes, avestruzes, etc. No planalto de Cumbi, perto do local, se projecta construir um observatório para animais, como elemento importante para os estudos científicos.

A lei que proíbe a caça já começa a dar resultados alentadores. Aumentaram os elefantes, as girafas e algumas espécies de antílopes. Nesse momento se calcula que haja em toda a Somália somente dez mil elefantes, tal foi a depredação anterior. O Instituto actualmente trabalha num filme sobre a vida do elefante, numa co-produção com técnicos italianos.

— Sabemos que várias espécies desapareceram. Terá o senhor algum plano nesse sentido, professor?

— Efectivamente desapareceram totalmente várias espécies, como as zebras, a variedade de leopardo somaliano, um grande antílope conhecido por «Cudo Mayori», enquanto que o leo-

pardo diminuiu sensivelmente. Para uma etapa futura a direcção do Instituto projecta o repovoamento de certas zonas com zebras importadas do Kénia, e com outros animais trazidos de diferentes lugares. Também planejam um centro de domesticação de elefantes e do «búfalo caffo». Por isso pediremos o apoio da UNESCO, desde que tenhamos todo o nosso trabalho sistematizado.

— Teve alguma repercussão a legislação somaliana em outros países africanos?

— O problema da extinção das espécies pela caça indiscriminada está preocupando a muitos governos africanos, aida que alguns, por corrupção e procura de lucros exorbitantes ainda permitam o comércio maciço, como por exemplo o do marfim dos elefantes. Imagine que hoje um elefante vale uns 35 mil dólares. Mas progridem as organizações de parques, como o do Congo e do Camerun, que são muito bons, os de Uganda e Tanzânia que são muito bem cuidados e outros que estão sendo planificados em Moçambique. Fortalece-se a consciência de que esta é uma riqueza única e exclusivamente da África.

DOIS ANOS DE REVOLUÇÃO CULTURAL: O QUE NÃO ENSINAVA, APRENDIA

Com um novo alfabeto, a nação inteira e sobretudo os jovens voluntários, venceram um desafio secular.

Que é um professor? Alguém que sabe mais que os outros. Que é uma sala de aulas? Qualquer lugar onde as pessoas possam estudar, protegidas do sol e da chuva. Estas «definições de emergência» reflectem didacticamente a mobilização de homens e de recursos à campanha de alfabetização realizada na Somália nos últimos anos. «Na Somália ou se ensina ou se aprende», declarou o Presidente Siad Barre no lançamento da campanha. E assim foi. Liquidar em dois anos o analfabetismo que chegava à incrível proporção de 99 %, todo o espaço, fechado ou aberto, com um mínimo de resguardo, foi declarado sala de aula e todo aquele que sabia alguma coisa, declarado professor.

Conscientes de que o domínio cultural, tanto quanto o político e económico foram a herança do colonialismo que a revolução estava desafiada a superar, o governo começou pela mais elementar: declarar que a língua somaliana, um idioma nacional que unificou o povo da Somália, teria um alfabeto. Língua de origem milenar, a dos nómades somalianos foi transmitido oralmente ao longo da história desse povo. Jograis do este africano, os nómadas recolheram e transmitiram em suas poesias e canções o legado secular, mas o colonialismo impôs à Somália dividida o inglês e o italiano como idiomas oficiais e, por conseguinte, utilizados na educação.

Escolhido o alfabeto latino para a escrita somaliana, e decretado este o único idioma oficial, começou em Novembro de 1973 a campanha para democratizar a educação. Somente em quatro meses todos os funcionários civis e militares do governo aprenderam a ler e a escrever em seu próprio idioma e a Somália estava assim em condições de lançar uma cam-

panha de alfabetização maciça que, dadas as condições locais, não tem precedentes na história humana.

Considerado pelas Nações Unidas um dos 25 países de menor desenvolvimento do mundo, a Somália ainda hoje está marcada pelo nomadismo, tem em suas escolas um elevado número de professores estrangeiros que suprem a falta de quadros nacionais, recém em 1970 criou uma universidade, e somente 1 % da sua população desfrutou do privilégio de estudar e sempre em escolas que ensinavam em inglês, italiano ou árabe.

Em 1974 todas as escolas fechadas e os professores e estudantes da classe intermediária e secundária se dispersaram pelas 14 regiões do país para alfabetizar às populações. No primeiro ano, 400 mil pessoas foram alfabetizadas, mais do que o foram durante todo o colonialismo que em dezenas de anos somente havia ensinado a ler e a escrever a 320 mil pessoas, e em idioma estrangeiro. Em Fevereiro de 1975, finalizada a tarefa, um milhão e quatrocentas mil pessoas haviam sido alfabetizadas. De 99 % de analfabetismo, o país conseguiu a cifra recorde de mais de 95 % de alfabetizados. A educação maciça começa pelos centros urbanos, mas o maior esforço é concentrado no ensino simultâneo de camponeses e nómades. Não é só a escrita e a leitura do idioma somaliano o que se ensina, mas também o ensino básico — matemáticas, história, geografia. Dos 400 mil alfabetizados no primeiro ano, 18 mil concluíram nesse espaço de tempo o ensino básico e a percentagem não foi maior porque os recursos humanos sempre estiveram prioritariamente voltados para a alfabetização maciça.

«Foi muito difícil, ao princípio, convencer aos pais. Sobretudo quando as filhas eram

Com um novo alfabeto, a nação inteira e sobretudo os jovens voluntários, venceram um desafio secular

mulheres. Tinham medo das feras nas noites em que teriam de dormir ao ar livre; e os professores se sentiam sobrecarregados com a responsabilidade de entregar sãos e salvos em seus lares os adolescentes que passariam nove meses seguidos vivendo no campo ou entre os nómades». Gabriela Warsame, uma italiana de Bologna que chegou à Somália casada com um somaliano e com uma filhinha de meses, professora de italiano no curso superior, nos contava que depois dessa experiência seus alunos voltavam amadurecidos, e até podendo dizer-se que purificados das deformações que, ainda mesmo em um clima revolucionário como o que inunda Mogadíscio, sempre se adquirem na vida da cidade. Geralmente voltavam vestidos à maneira nómade, e dessa forma desfilaram pelas ruas da capital, quando seu país foram ao seu encontro.

«Convivendo com os nómades aprendemos a valorizar a vida, conhecemos a adversidade no contacto com as populações flageladas pela seca e recebemos aulas de cultura somaliana como nenhum professor de Mogadíscio nos poderia dar», nos contava uma adolescente que tinha ido dar aulas no norte.

FOMOS A UMA GUERRA

Não é difícil imaginar o enorme deslocamento de gente que supõe o encerramento de escolas a nível nacional, por um ano, para que alunos e professores se transformassem em alfabetizadores no campo, no deserto e na cidade. Não houve nenhuma família camponesa ou nómades que não recebesse um «filho adoptivo» da cidade e foram poucas as famílias de Mogadíscio, Hargeisha, Marca, Kisimayo e outras cidades, que não enviaram um dos seus para ensinar.

«Os primeiros três meses foram difíceis. Começamos pelas cidades. Ensinávamos nas ruas, sobre a areia, sem bancos e sem material. Todo o espaço maior que quatro por quatro era utilizado para sala de aula e era habitual que o entusiasmo dos alunos não permitisse a interrupção das aulas nem sequer durante os fortes aguaceiros, tão comuns na região. Ainda que pareça estranho, uma das coisas que tivemos que vencer foi o costume de mulheres e homens

não estudarem juntos. Nós não podíamos fazer essa distinção, assim crianças, adolescentes, velhos, mulheres e homens, sentados na areia, estudaram juntos», comentava Mariana Affi Ali, que participou da campanha em zonas agrícolas do baixo Shabelle a 130 quilómetros da capital, dirigindo um grupo de alunos-mestres.

Em um povoado de Kurirole, não possuindo mais de dois mil habitantes, alojada em uma casa de camponeses, como todos os outros, Mariana começava sua jornada de alfabetização às oito horas da manhã com os pastores que iam aos arredores do povoado dar de beber aos animais e, enquanto isso, estudavam. Prosseguia às 10 horas, com os meninos da zona. Retomava a tarefa às duas da tarde com os agricultores que voltavam do campo, e às quatro ensinava às mulheres que já tinham terminado os trabalhos de casa. Finalizava com o último grupo, às oito da noite, quando os comerciantes e vizinhos de pequenos povoados próximos recebiam sua aula e se despediam até o dia seguinte.

Durante os nove meses da campanha somente uma vez foi a Mogadíscio e isso mesmo para buscar material didáctico. «Meu marido e meus três filhos vinham-me visitar às sextas-feiras», disse-nos ela. «A amizade que nasceu entre nós e os camponeses foi profunda, e hoje trocamos seguidamente cartas, informando-nos mutuamente das actividades actuais. Eu lhes peço sempre que continuem seus estudos, tanto por carta como nas três vezes em que fui visitá-los».

APRENDENDO COM OS CAMPONESES

No baixo Shabelle, uma das zonas agrícolas mais ricas do país, trabalharam duas mil e duzentas pessoas: para cada dez estudantes que ensinavam directamente aos camponeses, havia um professor que coordenava as actividades. A presença feminina foi determinante. Neste caso, como em tantos outros, o presidente regional da campanha era uma mulher. Estudantes e professores geralmente admitem que foi a convivência que conseguiu dissipar a lógica separação entre cidadãos e camponeses, como houve nos primeiros dias.

«Com actos e não com palavras tivemos de demonstrar que não nos sentíamos superiores e que não éramos tão alienados como eles pensavam. Mas devemos reconhecer — diz Mohamed, um jovem estudante compenetrado das ideias socialistas — que foi depois de viver nove meses no campo que conhecemos realmente nosso folclore, nossas tradições e que aprendemos o cultivo da terra e suas leis, que é uma valiosa herança que nos deram os camponeses».

As sextas-feiras, dia de descanso dos mulçumanos, os papéis se invertiam e eram os alunos e professores os que aprendiam. Plantavam milho, gergelin e algodão e descobriam a maneira de conhecer os ventos e prever as chuvas.

— Durante os nove meses em que viveu com os nómades, quantas vezes veio visitar seu espó e seus sete filhos? — perguntamos a Lahia Osman Mohamed, uma activa professora que encontramos inscrevendo alunos do curso primário para o ano escolar que se iniciava.

— Fomos a uma guerra, a guerra contra a ignorância. A única coisa que podia fazer era mandar-lhes cartas. Se viesse visitá-los, não só atrasaria as metas que nos propúnhamos, como seria desfrutar de um privilégio que os estudantes não teriam». Talvez por ver a nossa expressão de admiração, acrescentou Lahia: «Mas não pense que estávamos abandonados no deserto. Grupos de médicos e veterinários vinham continuamente, também jornalistas da rádio Mogadíscio, e o Presidente Siad Barre nos visitou duas vezes. Sempre estávamos informados do que se passava no país e no exterior».

O testemunho de Lahia nos foi dado por cada uma das mulheres que entrevistamos, e que, por detrás de seus vestidos coloridos, de suas longas e vaporosas saias e dos elegantes véus que lhe caem sobre os ombros, escondem um espírito empreendedor e abnegado, uma grande fortaleza moral e profundidade espiritual que fazem com que unanimemente sejam reconhecidas como um dos pilares fundamentais deste processo revolucionário.

Os grupos que alfabetizavam os nómades viviam com eles ao ar livre, ou em suas precárias casas de ramos e couros; e quando os pastos terminavam, com eles emigravam em busca de pastagens novas que servissem de alimento aos camelos e às cabras. «As aulas eram dadas nas proximidades dos poços de água, enquanto os animais bebiam. E à noite não era como nas zonas agrícolas, onde terminada a luz do sol se acendiam as lâmpadas a querosene. Ali só uma boa fogueira, e, em círculo, com a ajuda da luz e das chamas, continuávamos estudando».

Não ficou um só nómade no país que não fosse atingido pela campanha. Havia uma

equipa de professores actuando em todos os poços do país.

Simultaneamente com a campanha de alfabetização se fez um recenseamento da população, o primeiro na história do país, cujos resultados estão sendo processados. Como os testemunhos o demonstram, o esforço não foi só no sentido educacional. Os médicos voluntários fizeram um levantamento do estado de saúde da população, curaram enfermidades de todos os tipos, vacinaram maciçamente, ministraram noções de primeiros-socorros e noções elementares de higiene, enquanto os veterinários curaram animais, trocaram experiências com camponeses e nómades, e os repórteres radiofónicos serviram de intermediários entre as famílias das cidades e os integrantes da campanha, levando as gravações com as saudações e as mensagens dos adolescentes a suas famílias.

Uma opinião generalizada entre os participantes é de que tanto os nómades como os camponeses aprenderam mais rapidamente do que os habitantes das cidades. «Tinham a mente fresca e desejavam estudar», nos disse o professor Deahir Jaamae Mohamed, que dirigiu um grupo de estudantes voluntários em oito vilas próximas de Mogadíscio, em uma zona muito pobre. «Quando chegamos, pela primeira vez se lhes apresentava uma ocasião para estudar. No entanto, eram verdadeiros revolucionários. No campo e entre os nómades, muito mais do que nas cidades, está a base da revolução», acrescenta o professor.

Além de lavrar a terra e aprender a cuidar dos animais, as sextas-feiras eram dedicadas por grupos de alunos-mestres e professores para a doutrinação política e ideológica da população. Dava-se-lhes uma ideia de qual o seu papel na economia nacional, no caso dos camponeses; e aos nómades se começava a explicar o porquê da necessidade de sua fixação em trabalhos mais produtivos, para que contribuíssem na elevação da produção nacional e melhorassem seu próprio nível de vida.

Esta campanha estava em seu auge quando a seca começou a dizimar os rebanhos e a pôr em perigo a vida de milhões de somalianos das regiões afectadas. Todo o potencial humano que estava na campanha foi imediatamente mobilizado, junto com voluntários de todas as partes do país, para participar da tarefa de reunir e deslocar os nómades para os campos de ajuda e para os primeiros auxílios. «Por essa coincidência é que em um mínimo de tempo conseguimos uma eficácia que possibilitou salvar muitas vidas que estariam irremediavelmente condenadas», nos explicou o director da campanha de ajuda aos nómades.

ENRIQUECIMENTO MÚTUO

Um dos mais importantes resultados da gesta alfabetizadora foi a compilação realizada por

estudantes voluntários e professores da cultura transmitida oralmente pelos nômades. Várias novelas, centenas de poesias, milhares de canções, diversas danças, foram compiladas e todo o material está sendo escrito e elaborado na Escola Nacional de Cultura, criada em 1973, e que tem por objectivo a curto prazo a compilação e a longo prazo aprofundar os estudos sobre a cultura somaliana. O General Barre pediu aos estudantes voluntários que se esforçassem ao máximo para recolher a sabedoria dos nômades porque «cada um deles, ao morrer, enterra um pedaço de nossa cultura nacional».

Uma vez terminada a campanha, conseguidos seus extraordinários resultados, enriquecidos mutuamente, os estudantes transformados em professores, professores que durante nove meses trocaram radicalmente de vida, e os camponeses, nômades e populações urbanas marginalizadas que pela primeira vez tiveram acesso, maciçamente, à educação, o país tinha dado um passo fundamental em sua meta de democratização da cultura.

O enriquecimento humano teve um de seus pontos culminantes quando as famílias das cidades receberam os membros das famílias do interior que haviam hospedado a seus filhos e lhes fizeram conhecer a capital e os hábitos da vida urbana, da qual tanto lhes haviam falado seus jovens mestres, nas noites de intermináveis conversas durante a campanha.

Para os altos índices de êxito que a campanha teve também nas cidades, foi fundamental o papel dos Centros de Orientação, a estrutura política municipal da revolução, que criou a consciência da necessidade de estudo e mobilizou a população para as tarefas de trabalho voluntário. Graças a isso se levantaram em 35 dias, de Maio a Junho de 1975, mil aulas para quarenta e cinco alunos cada uma, necessárias para alcançar a meta de duplicar ou ainda triplicar as matrículas do primeiro ano primário nesse ano.

Quando visitamos vários Centros de Orientação de Mogadíscio, nos mostraram com orgulho as enormes escolas que tinham levantado nesse tempo recorde, com o esforço de milhares de pessoas, em jornadas de doze a quinze horas de trabalho exclusivamente voluntário.

— Utilizam-se os meios de comunicação na educação maciça? — perguntamos ao Director Geral do Ministério de Educação Superior, até há poucos meses atrás chefiando a campanha de alfabetização.

— Todos os dias há nove horas de aulas pela telefonia, responde Ibraim M. Abyan, graduado em Educação pela Universidade de Oxford, e em Política de Assuntos Africanos nos Estados Unidos, com 39 anos. Entre os alfabetizados na campanha maciça seleccionamos os que demonstraram maior capacidade e eles

**ENTRE 1969 E 1974 O ENSINO
TEVE INCREMENTO DE 146 %,
COM CIFRAS RECORDES NO
PAÍS.**

são agora os que guiam os cursos de ensino básico. Com um programa, livros que lhes facilitamos e um guia das lições transmitidas, uma pessoa que sem esses auxílios não poderia dar uma aula, ensina seus companheiros e aprende junto com eles. Não é que saiba mais, simplesmente é mais apto.

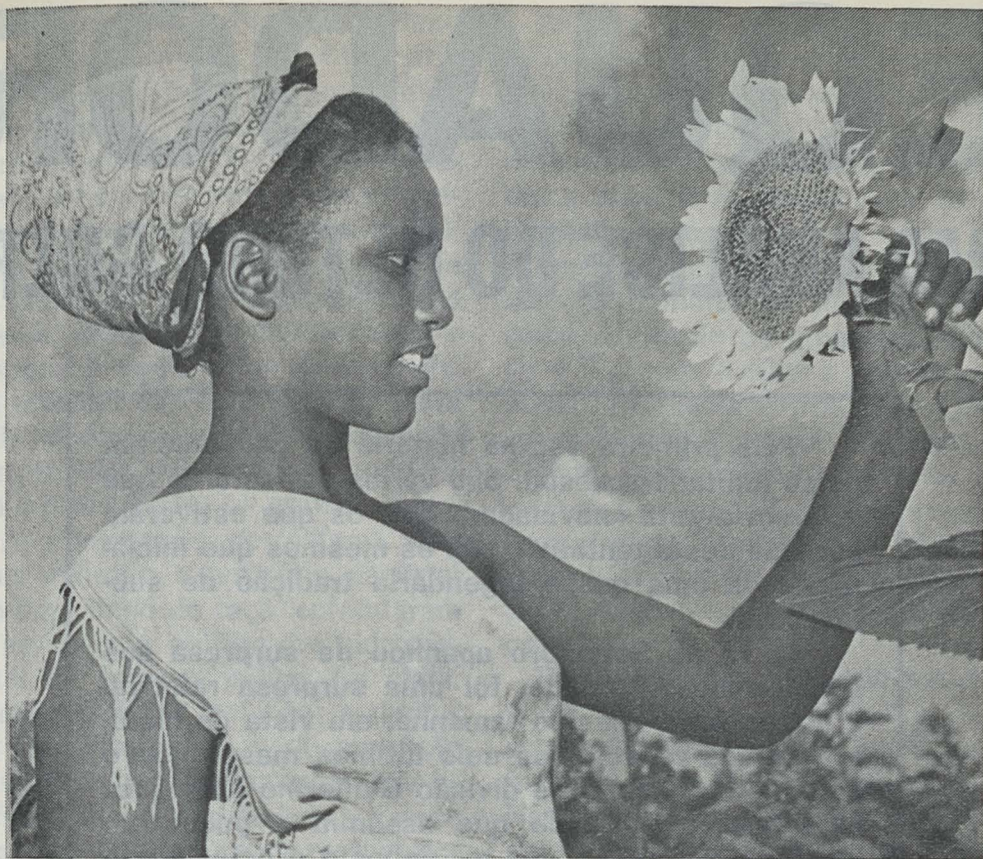
Ibrahim Abyan também assinala que os professores de Alcorão, que sempre acompanham os nômades ensinando-lhes a religião, foram incorporados à tarefa de ensinar a leitura e a escrita do somaliano. Geralmente ajudam nas escolas experimentais que se estabeleceram nas zonas nômades e nas quais com quatro anos de curso, pretende-se criar consciência nos nômades da necessidade de que se fixem na agricultura ou na pesca. Consultado sobre se os métodos áudio-visuais são utilizados na Somália, nos respondeu: «Não temos dinheiro para isso. Todos os nossos esforços estão voltados para a alfabetização e o ensino básico. Nosso áudio-visual é o meio ambiente».

A incorporação do idioma somaliano ao ensino se está processando gradualmente, de acordo com os recursos humanos e materiais disponíveis. Em 1974 foi introduzido no primário e este ano está sendo incorporado no ensino médio e primeira série do secundário. Sete graus escolares já tem aulas no idioma oficial.

Cumprindo a meta do ensino primário e médio obrigatório, decretado pelo governo, entre 1969 e 1974, se incrementou em 146 % o número de alunos do curso primário, superando os 103 mil matriculados, uma cifra recorde no país. Somente em Mogadíscio já há mil alunos nos jardins de infância criados pela revolução.

TEXTOS ELABORADOS EM SEGREDO

A transformação radical da educação, que não somente é agora no idioma oficial somaliano como baseada nas necessidades de uma sociedade socialista, e não nos esquemas capitalistas, necessitou de uma infra-estrutura que o governo foi preparando desde há alguns anos. Já em Outubro de 1972, um mês antes do decreto que estabeleceu o alfabeto, se havia nacionalizado todas as escolas privadas do país, os edifícios escolares e os materiais neles existentes, e se havia expropriado toda a imprensa que ainda não estava em mãos do estado. Estabeleceu-se, além disso, um serviço prático para



A mulher somaliana, que apresenta tipos de rara beleza, participa activamente do processo revolucionário e é considerada parte fundamental do êxito da mobilização popular.

todos os diplomados em liceus e colégios, aos quais se dá uma orientação revolucionária. «Trata-se de explicar as dificuldades, os problemas e de dar os elementos para solucioná-los», esclarecia uma professora que participou dos cursos de treinamento dos professores para a aplicação do novo sistema.

Trabalhando em segredo há meses, quando foi decretado o alfabeto, o Ministério de Educação estava capacitado a entregar em dois meses todos os textos em somaliano necessários para começar o ensino desse idioma em todos os anos do curso primário. «A impressão dos textos foi declarada de primeira necessidade em todas as impressoras do país e a edição se completou em tempo recorde». Mas as encadernadoras não davam conta e por isso cem estudantes voluntários em cada uma delas encadernaram à mão até terminar o trabalho.

Actualmente se trabalha na preparação de textos básicos para a educação de adultos.

Em Janeiro de 1971, na cerimónia de entrega dos diplomas na Universidade, o Presidente Siad Barre recordou que segundo um velho provérbio somaliano «é a água tomada com as próprias mãos a que dá maior satisfação». A campanha de alfabetização foi recebida pelo povo das mesmas mãos do povo. Todos, de uma maneira ou de outra, participaram dela.

Possivelmente os métodos não tenham sido os mais ortodoxos, nem os resultados os melhores, mas foi isso o que o povo estava em condições de fazer por si mesmo, sem ajuda de ninguém. A batalha pela auto-suficiência que é uma das características da revolução somaliana, teme em sua campanha de alfabetização um dos exemplos mais representativos.

«Acabou-se o tempo em que usávamos cosméticos para agradar aos outros», nos disse um jovem professor. «Agora seremos nós mesmos, como nos agrada ser, sem necessidade de artifícios. Se tivéssemos optado pela educação de uma elite, teríamos tido recursos para comprar mesas e bancos, mas como optamos pela educação das massas, foi bom sentar na areia limpa e ter como sala de aula um pedaço do céu de nossa terra».

Esse orgulho nacional pela vitória na batalha contra a dependência nós o encontramos em todos os testemunhos. E gravamos o de Rughia Hagi Abdullahi, uma miliciana de 18 anos, que depois de nos explicar sua participação na campanha, disse: «Antes, quando eu caminhava pelas ruas de Mogadíscio, somente os estrangeiros que usavam boas camisas liam os jornais publicados em inglês ou em italiano. Agora vejo com orgulho que todo o meu povo lê os jornais editados em nossa própria língua».

EQUADOR

UMA ANÁLISE DO ÚLTIMO GOLPE

Pela primeira vez na história do Equador, um golpe militar fracassou. São vários os factores que levaram a esta «novidade». Mas os que estiveram por trás desta tentativa, são os mesmos que iniciaram toda uma quase legendaria tradição de sublevações.

O 1.º de Setembro apanhou de surpresa aos equatorianos. Contudo, foi uma surpresa relativa. E não deveria ter sido tamanha, em vista da história política recente: os seis últimos meses que o governo do general de divisão Guillermo Rodriguez Lara suportou. Desde que assumiu o poder em Fevereiro de 1972, após ter deposto o octogenário José Maria Velasco Ibarra, nunca o general Rodriguez enfrentou uma campanha tão acirrada contra o seu governo como nos primeiros meses de 1975. Os ataques dirigiram-se principalmente à sua política económica. Este calcanhar de Aquiles de toda administração que, sem fazer mudanças estruturais, pretende manter um equilíbrio entre o minoritário sector que maneja a economia e a grande maioria do povo que quase nada recebe.

Por WILSON TAPIA

Em Fevereiro de 1972, os militares decidiram dar um passo que anos antes havia-os levado ao fracasso. Entre 1963 e 1966, os militares haviam dominado o poder. Após uma administração desastrosa, cederam o governo aos civis. Pouco depois, voltou Velasco Ibarra para a presidência da República. Era o quinto governo de Velasco, o que começou em 1968. Seu mandato devia terminar em 1972. E neste seriam encerrados 40 anos de história repetida quase até

a saciedade. O populismo fez do país uma presa fácil, mas o povo — essa massa de seis milhões e meio de equatorianos — nada havia conquistado.

Velasco Ibarra, como em três oportunidades anteriores, foi derrubado pelos militares. Mas a linguagem que utilizaram para que o povo soubesse que novamente assumiam o poder, foi diferente. A mudança social, a redistribuição de riqueza, a defesa dos recursos naturais, ocupavam grande parte do

documento chamado «Filosofia e Plano de Acção do Governo Revolucionário das Forças Armadas». Dois anos e quatro meses antes, os soldados haviam chegado ao poder no Perú. A fraseologia também era diferente. E as primeiras acções mostraram que dos acontecimentos de Lima se podia esperar algo mais que de um golpe tradicional. Isto fez pensar aos políticos equatorianos, e em especial a algum sector de esquerda,

Os militares falavam, pela primeira vez, de reforma agrária. Da necessidade de empreender reformas de fundo. E assim o processo deu os primeiros passos. As companhias petrolíferas, que haviam utilizado o território nacional como um campo de caça, enfrentaram uma nova voz. A política dos hidrocarburetos do governo militar foi clara. Os contratos foram revisados e muitos deles foram rescindidos. A repressão caiu sobre os que haviam entregado os recursos naturais deixando o Estado quase sem possibilidades de receber por eles uma parte mínima.

A política petrolífera tomou um rumo. Mas demonstrou também que existia uma dicotomia entre o seu desenvolvimento e o pôr em prática medidas similares em outros planos da vida nacional. Em matéria económica, os grupos tradicionais continuaram gozando de privilégios, agora amparados por decretos do governo militar. Ao longo de três anos, o comércio recebeu mais de 40 % dos créditos estatais. O sector agrícola gozou de uma situação privilegiada em comparação com administrações anteriores. No entanto, em 1974, a percentagem de aumento da produção agropecuária só alcançou 0,7 %. A meta governamental era de 3,5 %, o que se espera alcançar no corrente ano. Contudo, se este objectivo for atingido não será porque os proprietários agrícolas tenham mudado sua maneira de proceder. Isto se deverá, ao invés, ao facto do governo ter começado a impulsionar a formação de cooperativas rurais.

Embora esta fosse a realidade no campo, a reforma agrária prometida não se cumpriu. Vários Ministros do sector acabariam por cair sob o peso das pressões dos latifundiários, decididos a impedir mudanças reais na propriedade da terra.

Quase chegando aos três anos no poder, os militares só podiam mostrar como realização do programa «Filosofia e Plano de Acção» a política petrolífera. O Equador entrou para a OPEP em 1973. Era o menor produtor, com 210 mil barris diários, dos quais eram exportados 160 mil. Isto representava uma entrada de quase dois milhões de dólares diários, logo após a crise energética ter feito subir os preços do óleo cru.

Em Junho de 1974, realizou-se em Quito a 40.^a Reunião Ordinária da Organização. Poucos dias antes da sua inauguração, o Ministro dos Recursos Naturais, Contra-almirante Gustavo Jarín Ampudia, anunciou que o Estado havia nacionalizado 25 % dos activos e direitos de consórcio norte-americano Texaco-Gulf. Esta é a maior empresa a operar no país e a única que, até agora, realiza exportações. A nacionalização se fez com o pagamento prévio do valor estimado pelos técnicos nacionais e dos custos apresentados pelo consórcio. O Estado abonou, em quotas, cerca de 60 milhões de dólares.

Era a época da luta aberta entre a OPEP e os Estados Unidos. E o Equador anunciava que a compra de 51 % das acções se efectivaria em breve.

Na reunião da OPEP em Quito, Jarín Ampudia foi designado Presidente da organização. Pouco depois, em Viena, foi reafirmado no cargo. Mas em Outubro, o Presidente da República decidiu dispensá-lo do Ministério, deixando a organização sem seu dirigente máximo. Ao que parece, a compra dos 51 % ficava para uma oportunidade mais propícia e os Estados Unidos assestavam um forte golpe à organização dos exportadores de petróleo.

Hoje, a política petrolífera segue um curso incerto. Recentemente, as autoridades tiveram de baixar o preço do barril em 43 centavos de dólar. Até o momento, o barril de óleo cru equatoriano estava em 12,90 dólares.

Para alcançar seu objectivo, as empresas esgrimiram o argumento da não competitividade do preço do petróleo equatoriano no mercado internacional. Para reafirmar mais ainda suas aspirações, desde Dezembro de 1974 as exportações começaram a diminuir.

A caixa fiscal sofreu o golpe e, nesse momento, o balanço dos projectos para o exercício de 1975 apresenta um défice que as autoridades estimaram em 25 %.

O consórcio pedia uma baixa de 70 centavos de dólar por barril. O governo escutou a sugestão de seus próprios técnicos e baixou apenas 43 centavos. Mas a solução parece não ter deixado tranquilos os executivos da empresa norte-americana. As exportações não aumentaram significativamente e durante todos os meses do corrente ano, jamais se alcançou a cifra normal de vendas ao exterior, ou seja, 160 mil barris diários.

Para os observadores, resulta pouco clara a atitude do consórcio. Enquanto paralisava os trabalhos, a Corporación Estatal Petrolera Ecuatoriana (CEPEA), que administrava os 25 % do petróleo nacional, vendia toda a produção e tinha compromissos contratados para outros países.

Actualmente, com a baixa de preços já em vigência o consórcio continua exportando abaixo do normal.

AS PRESSÕES POLÍTICAS

O Equador é um país que ainda carece de infraestrutura económica. O desenvolvimento industrial recém começa a insinuar-se. Por isso, a maior parte da massa assalariada encontra-se concentrada no campo. 52 % da população dedica-se aos trabalhos agrícolas. Se-

gundo dados da Junta Nacional de Planificação, mais de 50 % dos habitantes do país «carecem de possibilidades de aspirar ao desenvolvimento». As estatísticas assinalam, ademais, que 54 % da população é indígena.

Uma das características que mais chama a atenção é que no Equador não existe uma grande centralização populacional. Só duas cidades ultrapassam os 200 mil habitantes: Quito, a capital, com 569 mil habitantes e Guayaquil com pouco mais de 700 mil.

Esta situação de dispersão, juntamente com o alto índice de analfabetismo (40 %) conspiraram contra a formação de um movimento de massas. A esquerda apresenta um espectro tão amplo como escassa é sua representatividade. Mais de dez organizações disputam o favor de um reduzido sector de trabalhadores organizados. Entre elas, o Partido Comunista (linha pró-Moscovo) é o que apresenta uma maior coesão e capacidade de mobilização de massas. No plano estudantil, o Partido Comunista Marxista Leninista (maoista) é o que tem mais força. Mas neste sector existem diversos grupos esquerdistas que vão até a posição ultra que representa o movimento «Atala». Constantemente este grupo provoca incidentes na Universidade de Guayaquil, que já causaram a morte de vários estudantes.

O Partido Comunista manifestou, desde o início do actual governo, seu «apoio crítico». No entanto, esta atitude é pouco significativa num contexto no qual os partidos políticos pesam muito pouco.

Isto não se dá somente ao nível da esquerda. A direita também mostra uma profusão de rótulos, mas com um número íntimo de seguidores.

O populismo equatoriano, encabeçado por Velasco Ibarra, que durante 40 anos dominou o panorama político do país, foi a principal causa da não existência de novos líderes políticos. Os líderes continuam a ser os mesmos da

década passada, com uma média de idade que ultrapassa os 50 anos.

Desde começos de 1975, as críticas contra a administração de Rodriguez Lara se fizeram sentir com uma dureza inusitada. O governo sempre respondeu com mecanismos repressivos bastante moderados. Somente alguns políticos tiveram de sofrer a experiência de serem recolhidos a acampamentos militares no meio da selva. Mas assim mesmo por um curto período.

Em Junho, as críticas subiram de tom. Ao argumento de que «os militares deviam voltar aos quartéis», já que os civis eram os mais indicados para exercer o poder, vieram-se unir outros. Apareceu uma Junta Cívica, na qual compareciam a maioria dos partidos tradicionais. Ali estavam conservadores, liberais, sociais democratas, democratas cristãos, velasquistas e seguidores do ex-Presidente Carlos Julio Arosemena.

Agora, além do argumento de que os «civis deviam governar», os políticos acusavam o governo de má administração nos assuntos económicos. E a principal razão invocada era a baixa das exportações de petróleo.

Em Agosto, a Caixa Fiscal não apresentava nenhum afluxo. Era a primeira vez desde 1972, que a balança comercial se mostrava deficitária. Voltava-se assim a uma situação que o país conheceu muito bem até que subiu o actual governo e foram iniciadas as exportações de petróleo cru. Para resolver ainda que em parte o défice, as autoridades decidiram adoptar medidas drásticas para evitar a fuga de divisas. O decreto 738 gravou, até os 60 %, as importações de bens sumptuários. A resolução foi recusada pelas Câmaras de Comércio de Quito e Guayaquil. As acusações contra o governo entraram num plano claramente subversivo.

O GOLPE

No dia 1.º de Setembro a população de Quito despertou sobressaltada. O

ruído dos disparos na principal praça da capital era ensurdecador. Cento e cinquenta soldados atacavam o Palácio Presidencial, defendido pela guarda habitual dos domingos, ou seja, 38 militares.

O cabeça do golpe, o general Raul Gonzalez Alvear, apoiava-se no plano político, na Junta Cívica. Tudo fazia crer que o governo do general Guillermo Rodriguez Lara havia terminado.

Membros da Junta Cívica distribuíram uma proclamação de Gonzalez, na qual o general prometia um governo de dois anos, findos os quais seriam convocadas eleições. Mas havia aspectos estranhos. Entre os membros da Junta Cívica não aparecia nenhuma das figuras políticas de maior prestígio no país. Somente Velasco Ibarra, em Buenos Aires, pronunciava-se, emotivamente, a favor do intento de Gonzalez Alvear.

A luta durou 10 horas. Entretanto, o Presidente Rodriguez que se encontrava em Riobamba, tratava de organizar um contra-ataque. Tudo indicava que as autoridades tinham sido surpreendidas. E isso adquiria maior significado em se tratando de um governo militar.

O comandante do Exército, general de brigada Mário Lopez Serrano, estava de férias na Colombia. Mas isso não explicava a «má» actuação dos serviços de inteligência militar. Outro aspecto estranho era que o chefe rebelde não recebia o apoio que, supostamente, tinha.

Tudo parece indicar que González Alvear, calculou mal as suas possibilidades. Aparentemente, o golpe contava com o apoio de numerosas unidades. Mas Gonzalez teria iniciado a sublevação antes do combinado.

Isto se explicaria pelo facto de que entre as forças direitistas existem sérias diferenças, ainda que os seus objectivos sejam comuns. O ponto de maior divergência gira em torno do homem que deve suceder a Rodriguez Lara. Para o cargo existem tantos postulantes

quantos líderes de grupos. Entre eles então Galo Plaza, ex-Presidente da República e ex-Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos; José Maria Velasco Ibarra, ex-Presidente; Camilo Ponce Enríquez, líder democrata-cristão e ex-Presidente; Carlos Julio Arosemena, ex-Presidente; Otto Arosemena Gómez, ex-Presidente.

Tudo parece indicar que Gonzalez Alvear representava forças velasquistas. E este facto causou a desaprovação das outras correntes políticas de direita.

Por outro lado, é conveniente analisar a importância que teria uma volta na política internacional do Equador. Até o momento, as relações exteriores impulsionadas pela administração de Rodriguez têm tido uma relativa autonomia. Defendeu os recursos naturais do país, apesar da política petrolífera ter-se submetido, nos últimos tempos, aos ditames norte-americanos. Quanto à defesa do mar territorial, o Equador teve que suportar grandes pressões dos Estados Unidos, mas continuou a fazer respeitar seus direitos.

As relações com o Peru, tensas desde a guerra em que estiveram empenhadas as duas nações em 1941, aos poucos foram-se suavizando. Assim, a política exterior equatoriana separou-se de um dos seus amigos mais tradicionais, o Chile. No passado, as chancelarias de Quito e Santiago operavam quase que em completa coincidência. Hoje, a situação mudou pouco. Mas foi uma mudança que, geopoliticamente, significou muito.

Para os analistas locais, o facto de Gonzalez Alvear ter-se exilado na embaixada chilena, tem grande significado. Além disso, existem provas da participação nos acontecimentos da representação chilena. Há um filme que mostra o automóvel do embaixador do Chile, general (r) Pablo Schafhausser, nos arredores do Palácio do Governo, pouco depois deste ter sido ocupado pelos rebeldes. Posteriormente, o mesmo veículo serviu para transportar

Gonzalez Alvear à embaixada, quando a tentativa de golpe fracassou.

Actualmente, o cinegrafista que filma as sequências encontra-se detido, versão oficial dos factos. Contudo, fontes dignas de crédito afirmaram que sua detenção deve-se ao facto de ter sido entregue ao governo apenas uma parte do filme, tendo o restante sido vendido a representantes de uma embaixada.

A NOVA ADMINISTRAÇÃO

Aparentemente, a direita política não renunciou às suas aspirações de reconquistar o poder. Ainda que o actual governo não tenha ferido seriamente seus interesses económicos, ele não goza mais das mesmas liberdades do passado na administração dos assuntos estatais. E cabe lembrar: hoje o Equador tem (ou pode ter) uma entrada diária de dois milhões de dólares.

A crise começa a resolver-se. No entanto, tudo parece indicar que o novo gabinete nomeado pelo Presidente Rodriguez é apenas um gabinete de transição. Até que se desenvolvam os acontecimentos num futuro imediato.

Dois altos chefes militares afastaram-se das fileiras. O Comandante do Exército, General Mário López, apresentou sua demissão. Em seu lugar foi nomeado o ex-Ministro do Governo, general de Brigada Guillermo Durán Arcentales, um dos homens de maior confiança do Chefe do Estado.

O Chefe do Estado Maior Conjunto Sérgio Vásquez Pacheco, também passou à disponibilidade. Para o seu posto, foi nomeado interinamente o Vice-Almirante Alfredo Povede Burbano, actual Chefe da Marinha.

Na equipa ministerial, as novidades são de menor importância. As mudanças mais significativas talvez tenham sido as que ocorreram nos Ministérios do Governo, Finanças e Relações Exteriores. A pasta do Governo foi entregue ao General Rubén Ayala, Chefe da Guarnição do Ouro até o dia do

golpe. Este destacamento é um dos mais importantes do país e fica situado na fronteira com o Peru. O general Ayala deu seu apoio ao Presidente Rodriguez, mas exigiu, em nota telegráfica, que se aprofundem as mudanças em benefício das «massas exploradas». Na mesma nota, atribuiu aos grupos do «poder económico» a tentativa golpista.

Para a pasta das Finanças foi nomeado o civil Jaime Morillo Batte, em substituição a Jaime Moncayo, um dos ministros mais influentes do gabinete anterior. Para alguns observadores, esta nomeação tende a limar, na medida do possível, as diferenças com os sectores oligárquicos.

Nas Relações Exteriores, o general Carlos Aguirre Asanza substitui o civil António José Lúcio Paredes, uma das figuras mais conservadoras da equipa ministerial anterior.

Outro facto importante na formação do novo gabinete, é que apenas dois civis acompanham o Presidente Guillermo Rodriguez Lara. Isto pode ser interpretado como uma clara intenção de fazer recair sobre os militares uma maior responsabilidade administrativa.

A experiência do 1.º de Setembro deixou os campos definidos. A direita está disposta a derrubar de qualquer modo a administração actual. A primeira tentativa fracassou. Mas parece

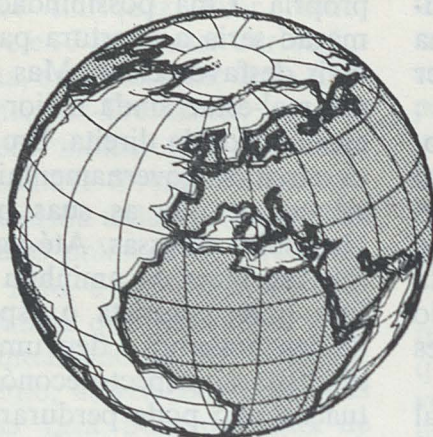
evidente que o general Rodriguez não conta com muito tempo para formar uma sólida base de apoio. Os observadores coincidem ao constatar que o actual governo carece de uma imagem própria. Uma possibilidade de reafirmação seria a abertura para as classes mais desfavorecidas. Mas isso causaria um mal-estar ainda maior nos sectores económicos da direita. Em todo o caso, os círculos governamentais têm consciência de que as suas possibilidades são muito escassas. Até agora, o general Rodriguez encaminhou por uma difusa linha centrista o aspecto político de seu governo e deu uma orientação direitista ao aspecto económico. Tal situação não pode perdurar e no Equador não existe uma classe média suficientemente forte que pudesse representar uma alternativa explorável.

A equipa governamental tomou em consideração tais realidades e, ao que tudo indica, prepara-se para iniciar uma mudança de atitude. São várias as questões que coloca a si mesma, mas as mais importantes parecem ser: até que ponto há possibilidades de fazer mudanças reais? Os militares estão dispostos a levá-los a cabo?

A outra alternativa é entregar o poder a um civil, dentro de um prazo que não seja indecoroso. Para isso, há vários candidatos.

PANORAMA

TRICONTINENTAL



UNIVERSIDADE PARA O TERCEIRO MUNDO

Foi criada há poucos meses, no México, a Universidade Aberta do Terceiro Mundo, sob a direcção da Dra. Julieta Fernandez de Cohen, psicóloga renomada. Como o seu nome indica, os autores do projecto estimam que a nova Universidade seja válida para os países terceiro-mundistas, na sua maioria com sérias carências no campo tecnológico, económico e, fundamentalmente, no que diz respeito à existência de quadros.

São em número de cinco as primeiras áreas programáticas que deverão ter início: 1) Produção de alimentos (para o que se planeja o intercâmbio de tecnologia entre os países produtores); 2) Promoção de Saúde (combate à fome, à enfermidade e a alienação social); 3) Construção de Infraestrutura e vivenda (campo em que o México está adiantado e oferecerá tecnologia); 4) Conservação de Co-sistemas (meio ambiente); e 5) Expressão Artística (pro-

moção da cultura no Terceiro Mundo).

As metas dessa Universidade são a transformação da tecnologia para o desenvolvimento social e cultural do Terceiro Mundo, o desenvolvimento da aprendizagem através da metodologia do trabalho e a formação de um homem consciente e comprometido, primeiro com seu próprio país e, a seguir, com os países do Terceiro Mundo.

Segundo explicou à nossa revista a Reitora, Sra. Cohen, a Universidade não terá uma sede, mas serão criadas unidades universitárias de trabalho para a aprendizagem dos alunos fábricas, comunidades indígenas e camponeses, enfim, dentro de sua própria base social. Pretende-se combinar o trabalho teórico com o prático, utilizar técnicas áudio-visuais e dinâmica de grupos nos cursos — para os quais conta com grupos de psicólogos — e aplicar esta nova metodologia de trabalho em casos concretos. Assim, uma vez formado o corpo de docentes, com uma perspectiva histórica e ainda política de sua convergência na sociedade, começa-se o trabalho.

No México, onde a ideia nasceu e se concretizou, com apenas seis meses de vida, a Universidade já começou um trabalho nas comunidades otomíes e nahuatl do Estado de Tlaxcala, na região da Malinche. Os professores da Universidade Aberta do Terceiro Mundo, depois de firmado um acordo com as comunidades, se integrarão na vida dos camponeses. Promoverão suas actividades, se integrarão na vida dos camponeses. Promoverão suas actividades, fundamentalmente seu antigo hábito colectivo, uma vez que, na prática ensinarão aos camponeses novas técnicas agrícolas, darão a eles uma perspectiva histórica do seu trabalho e aperfeiçoarão sua cultura geral.

Projecta-se para breve a iniciação de experiências semelhantes em sua concepção, porém desenvolvidas em fábricas. Os funcionários técnicos da empresa — engenheiros, químicos, agrimensores, etc. — serão os docentes.

Cada empresa fará um convénio de trabalho com a Universidade (seja empresa privada ou estatal) que dará ao técnico as noções básicas que o capacitem a converter-se em do-

cente universitário, isso em seu próprio local de trabalho. Assim, o técnico, nas horas mesmas de seu trabalho, dará aulas aos operários de maneira a que não sejam simplesmente capazes nas funções que desempenham. Na prática, os operários se formam tecnicamente.

«É uma forma original, mas cremos que muito válida, de aproveitar ao máximo os recursos humanos, técnicos e económicos de que dispõem os nossos países», diz a Dra. Fernandez de Cohen.

«Na medida em que este intercâmbio não se limite ao campo mexicano, a Universidade será realmente terceiro-mundista», acrescentou. E nesse sentido mostrou como exemplo o caso recente do acordo firmado entre a Tanzânia e o México, da criação de uma empresa mista de têxteis para o processamento de sisal. O México põe a tecnologia e a Tanzânia complementa o México com uma mais adiantada metodologia do cultivo de sisal. «Quando os primeiros tanzanianos viajarem às instalações fabris mexicanas para estudar a nossa experiência tecnológica, os apssos iniciais estarão dados para fazer do projecto uma experiência concreta de colaboração e intercâmbio tecnológico e cultural entre países terceiro-mundistas».

NYERERE E A RODÉSIA

«A luta armada na Rodésia é agora inevitável» — declarou o Presidente Julius Nyerere, da Tanzânia, em Londres, quando no final da sua visita oficial de três dias.

«Os africanos decidiram que a mesa de conferência não vai dar em nada» — disse a jornalista, sublinhando: «Eles têm mesmo é de lutar».

O regime minoritário branco da Rodésia, encabeçado pelo

Primeiro Ministro Ian Smith, não usará «arcos e flechas», acrescentou ele numa crítica às noções ocidentais que não querem fornecer armas aos negros que lutam pela liberdade.

«Penso que a História se repetirá. Os países comunistas irão fornecer armas e as nações ocidentais irão tentar aparecer quando já tudo houver acabado» — disse ainda Nyerere que teve conversações com Harold Wilson e com o ministro dos Negócios Estrangeiros, James Callaghan, sobre a situação da Rodésia. «Os ingleses estão optimistas quanto às possibilidades de uma solução pacífica, mas nós estamos muito pessimistas em Dar-es-Salaam».

AUXÍLIO DA OPEP AO TERCEIRO MUNDO

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo — OPEP — decidiu estabelecer um fundo de mil milhões de dólares para auxílio às nações em vias de desenvolvimento afectadas pelos elevados preços do petróleo — anunciou o ministro iraniano dos Assuntos Petrolíferos, Jamshid Amouzegar.

Essa decisão foi tomada no decorrer de uma reunião de ministros das Finanças dos países da OPEP. Amouzegar declarou à imprensa que a decisão havia sido tomada por unanimidade: «O programa de auxílio é para 1976. Consideraremos a continuação do programa depois de 1976», sublinhou aquela personalidade.

O ministro iraniano afirmou ainda que serão feitos às nações em vias de desenvolvimento empréstimos sem juros a fim de as auxiliar a equilibrar os défices nas balanças de pagamentos e de financiar projectos para auxiliar as suas economias. A própria OPEP se encarregará da gestão do fundo.

RACISMO

A facção rodesiana do Conselho Nacional Africano (ANC) lançará uma guerra de libertação intensificada se as actuais conversações constitucionais com o governo rodesiano não produzirem um governo de maioria negra — afirmou o presidente do CNA, Joshua Nkomo.

Nkomo disse aos jornalistas que o seu movimento nacionalista só negociaria com o objectivo do governo de maioria negra em oposição à partilha do poder entre brancos e negros.

O dirigente nacionalista esteve em Lusaka para informar o Presidente Kenneth Kaunda sobre o clima político geral da Rodésia e as discussões que teve recentemente com o primeiro-ministro Ian Smith.

SUPERMACIA BRANCA

A Companhia «Consolidated Golf Fields (CGA)», que contribuiu com vinte por cento para a produção total do ouro da África do Sul, por intermédio de uma firma associada, foi criticada pelo seu comprometimento com uma economia assente sobre a supremacia branca e a discriminação racial.

O ataque partiu da empresa cristã paar a África Austral (CCSA), organismo independente que aconselha as instituições eclesiásticas sobre investimentos em companhias que operam no Sul da África.

CLUBE NUCLEAR

A questão do desarmamento está mais uma vez em pauta na Comissão Política da Assembleia Geral das Nações Unidas e, ao que tudo indica, os países

do Terceiro Mundo se esforçam para levá-la a um desenlace que a conduza a uma solução definitiva.

O México não vacilou em expor seu desagrado ao lento processo dessas negociações e exortou as nações a um virtual isolamento das potências membros do Clube Nuclear.

O representante mexicano, Alfonso Garcia Robles, ao abrir o debate pediu a extensão de zonas livres de armas nucleares no mundo e, em alusão directa às potências atómicas, exortou no sentido de que sejam postas como «ilhas contaminadas» já que persiste a obstinação de manter esse «status».

A Venezuela disse que se propõe ao intervir brevemente nessas novas discussões sobre armamentos. A Argentina e até a União Soviética, que não pertence ao Terceiro Mundo, alertaram sobre os riscos da corrida armamentista e, em particular, sobre o problema nuclear.

O embaixador venezuelano, Simon Alberto Consalvi, afirmou que «enquanto se fala em desarmamento, os valiosos centros para a ciência e para a tecnologia de alguma maneira se estão colocando ou já se

colocaram ao serviço do desenvolvimento de novas armas cada vez mais sofisticadas e mais destrutivas.

Consalvi, desse modo, alimenta uma opinião igual à da União Soviética que afirmou, perante a Comissão Política, que a humanidade está à beira de descobertas científicas que poderiam ser utilizadas para produzir novas armas monstruosas de destruição em massa.

A atmosfera que parece prevalecer entre os países do Terceiro Mundo nessa organização internacional é a de pressionar no sentido de que seja freado o armamentismo, em particular o nuclear, e não derivar para a questão das armas «ainda mais terríveis» que estariam por ser produzidas.

O embaixador Consalvi afirmou «que estão sendo gastos 300 milhões de dólares—de acordo com declarações do secretário-geral Kurt Waldheim—anualmente em armamentos. Esta tem sido uma das maiores causas da inflação, pois, enquanto se empregam tais verbas em armamentos, os países em desenvolvimento vivem em condições inaceitáveis».

A Argentina que censurou energicamente a lentidão das negociações sobre o desarmamento, afirmou que os bons desejos e as proclamadas intenções de continuar na luta pelo entendimento devem-se traduzir em factos concretos em matéria de desarmamento.

O embaixador argentino, Carlos Ortiz de Rozas, referiu-se também ao «carácter discriminatório» do tratado de não proliferação de armas nucleares, sublinhando que é uma das razões pelas quais a Argentina não aderiu a esse acordo. Nesse aspecto observa-se uma coincidência entre os pontos de vista sustentados pelo México e pela Venezuela.

O embaixador Consalvi, como fecho de sua exposição sobre desarmamento, disse que a manifestação à Assembleia pelo chanceler do Reino Unido, James Callaghan de que «dentro de 10 anos, um milhão de quilos de plutónio estarão em poder dos países que formam o Clube Nuclear».

Pode-se imaginar qual será a situação do mundo, se levarmos em conta que a bomba que destruiu Nagasaki pesava apenas 10 quilos...

PODER POPULAR E LEGALIDADE SOCIALISTA



CUBA 1975

Em Julho de 1974, Matanzas se converteu na primeira província cubana em eleger delegados para constituir as assembleias do Poder Popular. Assim, os 300 000 habitantes, da região em cujas costas foi tentada a invasão ianqui em 1961, foram os primeiros a participar de uma experiência própria de um sistema que em 1976 se estenderá a todo o país.

É que a primeira revolução guerrilheira e socialista do continente, depois de 16 anos de exercício do poder, começa a aceitar as engrenagens que tornarão possível a sua «institucionalização». Em Outubro do próximo ano celebrar-se-á o I Congresso do Partido Comunista (que não teve nenhum desde a sua criação definitiva, em 1965) e ao mesmo tempo a comissão presidida por Blas Roca entregará o modelo de constituição que deverá ser discutido para a sua aprovação definitiva. Então haverá chegado o momento de «dar forma ao Estado Socialista». Segundo explicou o Primeiro Ministro Fidel de Castro, «Esse Estado deve ser constituído sobre bases estritamente democráticas e verdadeiramente democráticas».

Foi sempre tão evidente que a Revolução Cubana e especialmente seu líder gozavam de um amplíssimo apoio popular, que a ausência de um sistema como o que agora se pensa implantar não foi jamais motivo de maiores comentários no exterior.

Entretanto, diante desta nova etapa de legalidade socialista alguém pode perguntar-se «porquê há Poder Popular quinze anos depois e não, por razões, dez anos antes?».

«As revoluções e os revolucionários — responde Fidel de Castro — se caracterizam numa

Por DOLORES GUTIERREZ

fase porque destróem todas as leis dos opressores, dos exploradores, dos dominadores. Mas junto com o hábito de destruir as leis, muitas vezes se desenvolve, paralelamente, o hábito de não respeitar nenhuma lei. E a revolução significa destruir toda a velha ordem social e todas as velhas leis que regem a vida de uma sociedade e substituí-las por leis novas».

Porém isso teria sido possível em 1959: «Alguns poderão perguntar se no princípio da revolução, quando ainda existia a classe dos capitalistas e dos agrários e todo os demais exploradores, iríamos celebrar eleições com o direito de votar e de ser votado, extensivo a todo o mundo. Não. Não a teríamos feito. Nós concebemos a revolução como o governo dos revolucionários, como a ditadura do proletariado que priva desses direitos aos exploradores; mas é que agora já não há agrários, já não há capitalistas (...) Já não existem. Porque se foram ou (...) já não exploram mais ninguém».

Por sua parte, Raul Castro, vice-Primeiro Ministro e chefe das Forças Armadas Revolucionárias, explicou, por sua vez, que talvez as condições para estabelecer a legalidade socialista já existiam anos antes. Mas nessa altura «nos vimos envolvidos na grande batalha económica pela safra gigante do ano 70 e, como todos sabem e foi muito bem exposto em mais de uma ocasião pelo companheiro Fidel, a concentração de esforços nessa direcção nos levou a desatender outros ramos da economia e outras fontes de trabalho da Revolução. A todos esses factores podemos somar também algumas inexperiências e incompreensões de muitos de nós, sobretudo a importância que têm essas instituições representativas e sobre o papel para o qual foram chamadas».

A partir de 1972, os dirigentes cubanos que já haviam logrado sobrejugar os problemas surgidos com a célebre safra dos dez milhões, se voltam seriamente para o estudo das necessidades institucionais da Revolução. Em 1973 é estruturado o aparelho do Partido (incluído

o Comité Central), precisam-se os seus mecanismos, delimitam-se suas funções e desenvolve-se, por outro lado, a nova organização do sistema judicial. Em 1974 decidem-se as eleições em Matanzas e praticamente todas as unidades produtivas e de serviços da província passam ao controle do Poder Popular.

«E que pensam, que não vamos fazer eleições? Sim, vamos fazer eleições revolucionárias, e muito melhores e muito mais puras que todas as eleições burguesas!»

O desafio de Fidel Castro foi recebido por grande ovação dos habitantes de Matanzas. O Primeiro Ministro ali estava a pronunciar o seu discurso de 26 de Julho de 1974.

O Poder Popular de Matanzas é composto de três instâncias: assembleias provincial, regional e municipal. Cada uma dessas assembleias (formadas por delegados eleitos por voto directo) elege o seu comité executivo. Os delegados são substituídos a qualquer momento. Podem ser destituídos pela assembleia, mas a medida deve ser aprovada pelos eleitores mediante voto secreto.

Apenas três meses depois de haver sido eleito um membro do comité executivo da Assembleia Provincial (são sete, no total) foi destituído «por não cumprir com seus deveres». Em Fevereiro, outros dois delegados tiveram a mesma sorte.

Vale a pena assinalar que, dos 1014 delegados eleitos, cerca de 41 por cento não são militantes do Partido. Os candidatos foram propostos através de assembleias públicas dos Comités de Defesa da Revolução, organização de massas a nível de bairro. Para a campanha eleitoral foram impressas biografias dos futuros delegados, as quais ficaram expostas junto às suas fotos nas ruas de Matanzas.

A idade mínima dos votantes baixou de 20 para 16 anos e foi suprimida a cláusula pela qual não podiam ser eleitos os membros das FAR. As votações se realizaram segundo um sistema de dupla-volta e sua realização constituiu-se num verdadeiro acontecimento nacional: parte do Comité Central do PCC, encabeçado pelo próprio Primeiro Ministro, deslocou-se a Matanzas para assistir ao evento.

Segundo o líder cubano houve uma só nuvem que empanou as eleições: só 3 por cento dos candidatos eleitos são mulheres, entre elas a mais jovem, Alina Trujillo, de 17 anos, estudante secundária. Sobre esse tema, foi terminante: o número «dolorosamente baixo» se deve a que «sensivelmente, nisto a Revolução não avançou suficientemente. É que isto demonstra precisamente, como ainda as mulheres sofrem determinadas situações de discriminações e desigualdade, como também ainda temos atrasos culturais e como ainda nos resquícios de nossas

consciências perduram velhos hábitos de pensar que correspondem ao passado».

Ao encerrar as eleições todos os delegados participaram de um seminário de 17 dias no qual se familiarizaram com suas novas tarefas e estudaram alguns princípios básicos que lhes facilitarão o exercício de suas responsabilidades na administração pública. É que suas obrigações são múltiplas: o Poder Popular participa e dirige praticamente todas as actividades da província. É também encarregado de solucionar todos os problemas que preocupam os habitantes de Matanzas.

Os delegados se reúnem periodicamente com os seus eleitores em grandes assembleias, seja para integrar-se nos problemas de sua circunscrição, como também para prestar contas da sua actuação. Ao encerrar-se o seminário dos delegados — a 22 de Agosto de 1974 — Raul Castro disse que «os delegados devem participar de todas as razões que determinam esta ou aquela medida. Se um preço sobe, ele deve explicar porquê; se uma quota de distribuição se modifica, há que deixar as massas esclarecidas; se um produto demora mais do que outro a chegar ao povo, há que explicar os motivos (...)» Os delegados jamais deverão ser portadores, ante o povo, de explicações absurdas ou de raciocínios formais para «tirar o corpo fora» que isso não convence ninguém. Os delegados devem exigir no seio das assembleias a que pertencem e dos comités executivos correspondentes, todas as explicações que sejam necessárias a fim de transmiti-las às massas.

Mas Raul Castro esclareceu: «a responsabilidade dos delegados não é somente a de transmitir as queixas e problemas das massas, mas sim principalmente a de estudar sua solução, de resolvê-los ou pelo menos propor como resolvê-los».

«O PODER DO POVO, ESSE É QUE É PODER»

Francisco Nuñez tem 24 anos e como quase os 60 vizinhos que integram o pequeno povoado de Maneadero, trabalha no corte de árvores. O casario fica escondido num extremo de Ciénaga de Zapata e a segunda ocupação dos seus habitantes é a caça dos crocodilos. Nuñez foi eleito delegado ao Poder Popular por uma aplastante maioria, que logo a seguir colocou perante ele seu problema mais grave: Maneadero não tinha luz eléctrica.

Havia mais de um ano que a companhia de electricidade havia levado os postes para a rede, mas a seguir não foi mais vista pelas redondezas. O operário Nuñez iniciou, então, suas gestões junto aos organismos correspondentes, «mas começaram a me mandar daqui para ali. De um lado me diziam que não po-

diam estudar a ligação sem antes construir a casa central e não se podia construir isso porque não havia cimento», etc., etc.. Então o delegado se reuniu com o povo e explicou o problema. Os vizinhos decidiram realizar eles mesmos as primeiras construções de infra-estrutura «e quando estava tudo pronto, chegou a companhia e fez o resto».

Claro que existia outro obstáculo: o sistema não poderia funcionar todo o dia. Outra vez se reuniram os habitantes de Maneadero e decidiram em conjunto a partir de que hora funcionaria a electricidade. Também foi resolvido construir um clube social onde colocaram um aparelho de televisão comum.

Para Juan Castro Moréjon — que havia saído apenas três vezes de Maneadero — o Poder Popular é a continuação da nova vida que começou em 1959: «Nasci aqui há 47 anos e a vida que levávamos antes de que viesse Fidel era pior que a dos crocodilos. Era trabalhar, comer e dormir. Nunca soube o que era uma escola. O pouquinho que sei devo à alfabetização. Creio que o Poder Popular é algo que vai ajudar muito a Revolução. A coisa está em unir-se e levar para diante».

Por sua parte José Maria Redondo, considerado o melhor caçador de crocodilos da região, assegura que «isto funciona porque o delegado é um de nós, pois antes da Revolução a gente ia votar e nunca se sabia em quem havíamos votado. O patrão nos dizia um nome e a gente ia porque senão terminava por perder o emprego».

Assim também se passava com Justo González, de 93 anos, que no dia marcado caminhou um quilómetro para votar, porque «eu antes de Fidel nunca quis votar, porque eram todos uns mentirosos, mas agora a Revolução está aqui para resolver e temos que apoiá-la».

É certo que nem tudo pode ser resolvido num dia. «Não se imagine — disse Fidel Castro aos habitantes de Matanzas — que os Poderes Populares podem fazer milagres e podem resolver de imediato todas as questões». Desde logo a província deverá contar com os seus próprios recursos e estes, em mais de uma rubrica — materiais de construção, por exemplo — são escassos.

A grande mudança está em que a administração se transfere do Poder Central para a provincial. Os cinemas e os hospitais, as escolas e as fábricas, já não são manobradas «por controlo remoto», de Havana, mas pela província. «Isto não quer dizer que em cada localidade a comunidade vai fazer o que melhor lhe pareça na escola, no hospital, nos armazéns, que possa subir ou baixar os preços, subir ou baixar os salários». Porém, «ninguém tema que o hospital possa estar pior. O hospital, quase sempre, estará melhor, embora às vezes falte pessoal para o serviço (...) Hoje em dia a comunidade re-



cebe os serviços do hospital, mas não tem nada que ver com o seu funcionamento, do médico que o atende; se algo está errado, se algo está irregular. Isto é, que a força da comunidade hoje não pode apoiar o funcionamento dessa unidade de serviços», esclareceu Fidel no discurso já citado.

OS DELEGADOS

Todos os delegados do Poder Popular cumprem suas funções de forma paralela com o o trabalho que realizam normalmente. No mês de Fevereiro a Assembleia Provincial repudiou uma moção pela qual se pedia a dedicação exclusiva de alguns delegados que vivem em zonas distantes. A negativa se fundamentou em que se devia evitar a profissionalização e, ao contrário, devia estimular os eleitos-trabalhadores envolvidos na produção, o que os ajudaria «a não separar-se das massas». O presidente do Comité Executivo, José Arañaburo é um engenheiro de 35 anos, casado com a delegada da Faculdade de Humanidades, Margarita Brito. Ambos trabalham e têm três filhos.

Diariamente é possível ver os delegados recorrendo as suas zonas depois das cinco da tarde. O delegado da circunscrição 35, Raul Acosta, um estudante de ciências jurídicas de 26 anos, transformou sua própria casa numa espécie de comité. Na sua porta colocou uma placa que diz: «As queixas não ajudam a trabalhar».

O delegado mais velho é Conscêncio Ponce, de 64 anos, que trabalha na Central Açucareira «Cuba Livre» e todavia não se acostuma a suas novas responsabilidades: «Imagine, companheiro, todos aqueles que confiaram em mim. E pensar que quando eu via antes os políticos, que eram todos ricos, como ia imaginar que um homem humilde como eu chegaria alguma vez a delegado. Mas se eles confiam em mim, tenho que fazer o melhor possível para resolver os problemas».

Fidel Castro resumiu as obrigações dos delegados com alguns princípios básicos: «Primeiro: lutar pela economia máxima de recursos materiais e humanos; executar a mais rigorosa

contabilidade de tudo, até o último centavo; buscar o máximo de eficiência económica; evitar a burocracia. Evitemos que os municípios se encham de escritórios, evitemos a concorrência na força de trabalho».

Lutar contra a burocracia é um dos fins do Poder Popular. É evidente que o delegado que tem sobre suas costas a pressão dos eleitores, que deve prestar contas de sua gestão periodicamente e, além de tudo isso, que é apenas um mais entre os seus vizinhos, utiliza mais a sua habilidade para solucionar os problemas que um distante órgão da Capital que, por outro lado, tem a responsabilidade de conduzir e de orientar muitas unidades de serviço em todo o país.

A batalha contra a burocratização é uma das mais intensas que se efectuam no Poder Popular. No discurso pronunciado no encerramento do X aniversário da Federação de Mulheres Cubanas, Fidel Castro exortou a «ir substituindo os hábitos meramente administrativos dos primeiros anos da Revolução e em seu lugar adoptar procedimentos democráticos; os procedimentos administrativos correm o perigo de converter-se em procedimentos burocráticos». E dirigindo-se aos delegados Raul Castro acrescentou: «devemos tratar de que nasçam sem os vícios e os maus hábitos que, nos anos de ausência dessas instituições eram reconhecidamente existentes, com métodos inadequados de administração, de incompreensão e de confusão quanto às funções do Partido, os organismos estatais e as organizações de massa, o que foi desenvolvido entre nós».

Porque se a criação do Poder Popular serviu para encher um vazio da Revolução Cubana foi também a ocasião para estabelecer claramente as diferenças entre o Partido e as organizações de massa.

«O Partido — disse Raul Castro — pode e deve sugerir, propor, recomendar, aconselhar, orientar os órgãos do Poder Popular, porém nunca «baixar-lhes disposições», nunca intentar represálias de nenhum tipo frente a um órgão de Poder Popular ou mesmo aos membros desde que não estão de acordo e não cumpram algo que o Partido haja sugerido, proposto, recomendado, aconselhado ou orientado».

«É necessário — acrescentou — ter sempre presente que as reuniões das assembleias e dos comités executivos do Poder Popular são reuniões dos órgãos de Poder Popular e não reuniões do Partido».

É, sem dúvida, um espectáculo pouco usual observar como os dirigentes de uma revolução que concentra em suas mãos todo o poder (o político e o militar) se esforça agora que já foi cumprida a etapa da consolidação, em repartir esse poder, em assentar as normas que permitirão uma efectiva participação popular. Que isso venha a obter êxito, não resta dúvida. Durante quinze anos o povo cubano foi educado não apenas para ajudar a construção de uma pátria livre do imperialismo, além de exercer plenamente seus direitos. A legalidade socialista é para os cubanos a resultante de uma prática contínua e não a casualidade ou a decisão de um grupo de dirigentes.

Nos últimos anos todas as leis aprovadas pelo governo têm sido previamente discutidas através das assembleias nos centros de trabalho. Entre parêntesis, mais de uma vez essas discussões causaram surpresas. Quando se discutiu, por exemplo, a lei contra a desocupação, as bases receberam um esquema pelo qual se estabeleciam penas para todos aqueles que não trabalhassem. Quando terminaram as discussões populares o Estado cubano viu-se frente a frente com a novidade de que muitos trabalhadores exigiam penas mais rigorosas do que as propostas.

Também os planos de produção nas fábricas são discutidos de forma colectiva e se a resolução dos trabalhadores é recusada por algum motivo, os dirigentes devem fundamentar cuidadosamente as razões. Esses exercícios democráticos têm contribuído para evitar erros que eram cometidos no começo da Revolução, quando um administrador da Capital era enviado a dirigir uma granja e, sem conhecer em profundidade o tema em causa, decidia que ali onde se estava plantando tomates deveria ser plantado outro produto qualquer. Essas arbitrariedades pertencem a uma «época heróica», que agora os cubanos recordam com um sorriso nos lábios.

Edificada sobre a base sólida da experiência, a legalidade socialista marca uma nova etapa da Revolução Cubana, mas só pode ser considerado um passo possível apenas porque já foram dados todos os anteriores e porque essas «novas leis» sobre as quais se assentará a democracia socialista são produto da memória e do trabalho colectivos de um povo que fez uma revolução. Isto é, são a contrapartida das leis da democracia liberal.

CUBA 1975

O ANO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

A 16 anos do triunfo armado, a Revolução Cubana está plasmando formalmente seus avanços: às eleições do «Poder Popular» de 1974 soma-se agora o primeiro congresso partidário e o primeiro Plano Quinquenal.



É a voz de ordem nos organismos políticos e nos de massas. É o tema de discussão dos quadros políticos e dos militantes de base. Constitui a preocupação vertebral dos organismos políticos, administrativos e económicos. O tema é: a institucionalização da Revolução Cubana.

A 16 anos da entrada em «La Habana» e «Santiago de Cuba» das colunas vitoriosas do Exército Rebelde, a Revolução Cubana, já amplamente vencedora da agressão directa do imperialismo e do prolongado e duro bloqueio económico imposto pelos EE.UU., passará este ano a uma nova etapa.

Por isso é que 1975 foi denominado «o ano do Primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba». Como se sabe, a denominação de cada ano é, para a R.C. a caracterização do empenho político (económico ou cultural) prioritário em que está comprometida nesse lapso de tempo.

Em 1975 verá desenvolver-se o primeiro congresso de um Partido Comunista que tem 10 anos de fundação, a discussão e redacção de uma nova constituição e a análise (na base) e a colocação em vigor do primeiro Plano Quinquenal que cobrirá o lustro 1976-1980.

Esses três projectos não surgiram do nada e nem no último momento. Estão inscritos na estratégia cubana dos últimos cinco anos. Enquadram-se dentro da vitória sobre o bloqueio, a ruptura do isolamento diplomático com a América Latina, a consolidação económica, militar e política do processo encabeçado pelo Primeiro Ministro Fidel Castro. Trata-se, agora, de enfrentar uma nova batalha da Revolução.

Do ponto de vista económico, o estabelecimento de um Plano Quinquenal para o próximo lustro, significará dar um gigantesco salto económico, onde os cálculos de recursos e necessidades, os objectivos em mira e as possibilidades reais estarão cuidadosamente seleccionados. O esforço quanto ao quantitativo será igual ao qualitativo. A responsabilidade nos grandes organismos será acompanhada pela responsabilidade em cada empresa ou unidade comercial e industrial. Para que esse processo de crescimento qualitativo seja possível, necessária se torna a institucionalização. Daí porque a R.C. decidiu, durante os seus três lustros de vigência, não postergar o real pelo formal. Por isso, logo após a consolidação do processo, é que a constituição burguesa de 1940 será substituída por uma Carta Magna de carácter socialista. E, da mesma forma, o primeiro congresso do PCC realiza-se quando as condições nacionais e internacionais criaram as possibili-

dades para que a sua efectivação seja mesmo um acto responsável e maduro de parte da nova sociedade cubana.

Em matéria de Assembleia Nacional de organismos de massa ou políticos, o congresso do PCC se inscreve no caminho já traçado pelo XII Congresso da CTC (Confederação de Trabalhadores Cubanos), realizado em novembro de 1973. E o II Congresso da FMC (Federação de Mulheres Cubanas), realizado em Novembro de 1974. Ambas as reuniões apontaram para a solução de questões-chaves para o desenvolvimento económico e social. No primeiro deles se deu grande impulso à organização maciça dos sindicatos e o tema do rendimento económico, os estímulos morais e materiais, o trabalho voluntário e a qualificação. No da mulher, o tema fundamental foi o relativo à incorporação ao trabalho. Por outro lado, a institucionalização democrática da R.C. teve um processo experimental na constituição dos Poderes Populares na Província de Matanzas. Em 1974, o estabelecimento por eleição das massas de um poder local numa das seis províncias em que se divide a República de Cuba, antecipou a criação do novo poder revolucionário que terminará — como afirmou Fidel Castro — com o «carácter provisório» do governo revolucionário.

Dos três sucessos que integram o «Ano da Institucionalização», o I Congresso do PCC é, por certo, o evento mais transcendental. Em Cuba, o PCC é «a força dirigente superior da sociedade e do Estado», como se lê no Artigo 5 do ante-projecto de Constituição. Como facto particular, diferente de outros partidos comunistas, o cubano terá como nota singular o facto de realizar o seu primeiro congresso 10 anos depois de sua constituição formal. Desde o 3 de Outubro de 1965, quando Fidel Castro anunciou a constituição do Comité Central do PCC, até esta data, não houve nenhuma variação. Salvo, por certo, as defecções de alguns dos seus integrantes, vários deles oficiais veteranos do Exército Rebelde que acompanharam Che Guevara em sua guerrilha boliviana.

Esse Comité Central de 1965, esse PCC de 1965, constituíam a continuidade unificada das forças participantes na luta contra a tirania de Batista e, a seguir, contra todo um conjunto de forças oligárquicas e imperialistas. O Movimento de 26 de Julho, encabeçado pessoalmente por Fidel e onde se concentrava o Exército Rebelde e a maior parte da resistência urbana; o Directório Estudantil Revolucionário, que como o seu próprio nome indica era uma organização de origem universitária e também participante na luta directa, e o Partido Socialista Popular, denominação do partido comunista tradicional, orientador da CTC

antes da Revolução e protagonista de numerosas lutas operárias.

Logo após a tomada do poder, as três forças constituíram as ORI (Organizações Revolucionárias Integradas), a seguir transformadas no PURS (Partido Unificado da Revolução Socialista), etapa surgida logo após o ataque de «Playa Girón». Afinal, em 1965, a já mencionada constituição do PCC.

O Congresso se realizará durante o mês de dezembro na cidade de Havana. Suas sessões plenárias se realizarão no Teatro Chaplin, nos arredores da cidade. Um delegado para cada cem militantes ou aspirantes do PCC participará do mesmo. Estes serão eleitos pelas seis províncias e pela região da Ilha de Pinos e as conferências do PCC nos ministérios do Interior e das Forças Armadas Revolucionárias (FAR).

As teses políticas que chegarão a exame final no Congresso são discutidos pelo conjunto do povo e não apenas pelo corpo militante do partido. As conclusões de tais debates serão levadas à direcção do PCC pelas organizações de massa: Confederação de Trabalhadores de Cuba, Federação de Mulheres Cubanas, Comités de Defesa da Revolução, Associação Nacional de Pequenos Agricultores. A responsabilidade de organização do Congresso é da Comissão Preparatória Central, presidida por Fidel Castro e que tem como vice-presidente Raul Castro, primeiro vice-primeiro ministro e titular do MINFAR (Ministério das Forças Armadas Revolucionárias). Integram-se, ainda, Osvaldo Dorticós, Juan Almeida, Guillermo Garcia, Armando Hart e Ramiro Valdés (todos eles membros, junto com Fidel e Raul, do Bureau Político do Comité Central). A eles se somam Sérgio del Valle, Blas Roca, Carlos Rafael Rodriguez, Raul Garcia Pelaéz, Isidoro Malmierca, Pedro Miret, António Pérez Herero e Jorge Risquet, integrantes do secretariado do Comité Central.

O Congresso fixará as teses do Partido acerca do desenvolvimento económico, social, educacional e político. Aprovará, com as modificações que creia necessárias a Constituição que se discuta nestes momentos através dos organismos de massas e se ocupará, do mesmo modo, do Plano Quinquenal. Por último, elegerá o novo Comité Central que regerá a vida do PCC por cinco anos.

Uma das características centrais do espírito com que foi convocado o Congresso, baseia-se na insistente relação estabelecida entre o Partido Revolucionário Cubano (PRC), fundado por José Martí a 10 de Abril de 1892 com o objectivo de organizar a luta pela independência cubana frente à Espanha, e o actual PCC. «Como o Partido Revolucionário Cubano da Independência, dirige hoje o nosso partido a Revolução», reza um dos lemas centrais

aprovados para a propaganda da reunião. Uma constante em sua caracterização ideológica, recorda a participação de integrantes do PRC na função de primeiro partido marxista-leninista de Cuba em 1925 (o antigo Partido Comunista Cubano) e as advertências de José Martí a respeito do avanço imperialista dos Estados Unidos. A continuidade das lutas de 1868 a 1898 para realizar a independência da Espanha com o programa do assalto ao Quartel de Moncada (26 de Julho de 1953), são definidos como vínculos históricos centrais.

O mesmo espírito — revolucionário e nacional — preside o texto e as discussões que sobre ele se fazem, do ante-projecto de constituição socialista. Este, composto de 141 artigos, estabelece que Cuba é «um Estado Socialista de operários e camponeses». No inciso «h» do artigo 12 pronuncia-se por «integrar-se com os países da América Latina e do Caribe, libertados de dominações externas e de opressão interna, numa grande comunidade de povos». O ante-projecto estabelece em seu capítulo oitavo (Órgãos Supremos do Poder Popular) a existência da Assembleia Nacional do Poder Popular como «órgão supremo do poder do Estado e único órgão com capacidade constituinte e legislativa na República». A Assembleia será a encarregada de eleger o Conselho de Estado dentre os seus deputados. Este órgão está composto por um Presidente, um Primeiro Vice-Presidente, cinco Vice-Presidentes e 24 membros mais. O Presidente do Conselho de Estado é o Chefe do Estado e do Governo encabeçando directamente a chefia do Gabinete. A Assembleia Nacional será eleita cada cinco anos.

Os sete membros destacados do Conselho de Estado também integram o Conselho de Ministros. A eleição dos deputados à Assembleia Nacional será realizada de acordo com o critério a ser fixado em lei. Na experiência realizada em Matanzas para a Assembleia Provincial do Poder Popular, os candidatos a representantes pelas circunstâncias municipais foram propostos directamente pelo povo nas reuniões dos CDR realizadas em cada quarteirão. Logo, esses candidatos disputavam a preferência popular e deviam reunir mais de 51 por cento dos votos na primeira rodada para serem eleitos e, em caso contrário, realizou-se uma segunda rodada com os candidatos mais votados.

O ante-projecto ratifica, juridicamente, o estabelecimento da propriedade socialista dos

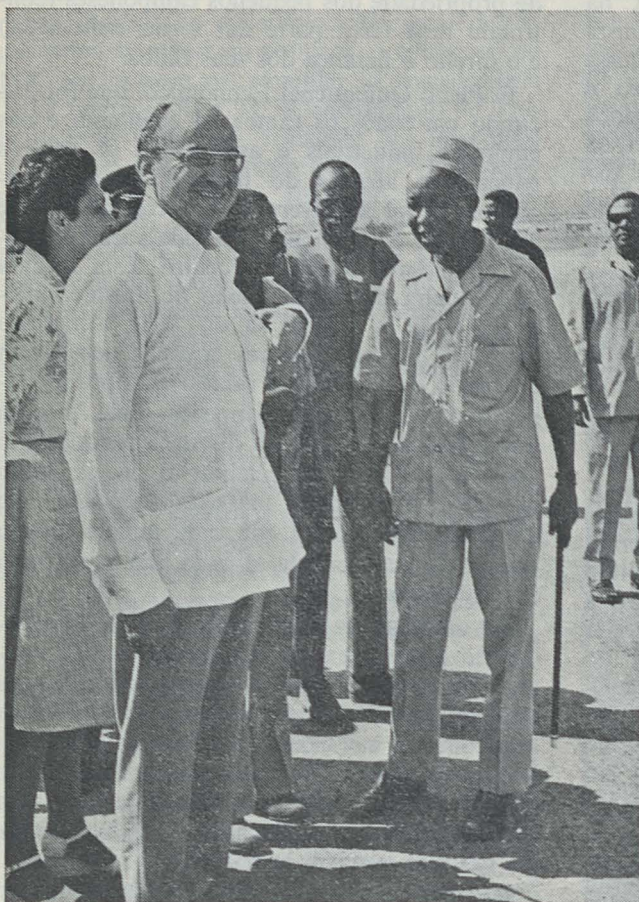
bens de produção, os recursos naturais e as terras estatais. Garante, por outra parte, o direito de propriedade dos pequenos camponeses (controlam uma terça parte das terras cultiváveis) e o direito à herança dos seus filhos.

O Plano Quinquenal Económico, que foi discutido em todos os ramos da economia e nas empresas industriais e agrícolas e os centros educativos, através do método de «desagregação», prevê as inversões e o crescimento de cada sector da economia e a vida social e, dentro do mesmo, o de cada centro. Esta medida se enquadra dentro do plano de ajuste económico. Após a realização do XIII Congresso da CTC, os trabalhadores cubanos adoptaram o critério de vincular o salário ao tipo de trabalho. Ou seja, ao rendimento. Esta medida havia sido antecipada no discurso pronunciado por Fidel Castro ao celebrar o 26 de Julho de 1973. O princípio marxista reiterado pelo Primeiro Ministro foi «de cada um de acordo com a sua capacidade, a cada um segundo o seu trabalho».

As unidades económicas, depois da aprovação do plano quinquenal deverão prestar contas ao Banco Nacional do cumprimento de suas atribuições. Assim, será muito mais efectiva a luta contra a ineficiência e o desperdício de recursos. Essas decisões se enquadram no grande esforço colectivo que se realiza hoje em Cuba para aumentar «a produção e a produtividade» em todos os centros de trabalho.

A decisão para melhorar a qualidade do rendimento económico, a qualidade da educação e a eficiência geral dos serviços, está ligada à necessidade de combater os pântanos burocráticos. É nesse sentido que a «institucionalização» ataca directamente a «burocratização». A relativa descentralização económica — na execução — e a estrutura de organização estatal, junto ao exercício sistemático da democracia partidária dinamizarão o conjunto das energias populares.

Os anos da «República mediatizada», como denominam os cubanos a história transcorrida entre 1902 e 1959 (fim da ocupação militar iânqui e triunfo da revolução), compreendiam a vigência do partidarismo oligárquico. Fraude eleitoral, quarteladas, repressão, unidas à miséria e à ignorância, foram os marcos pelos quais a participação democrática do povo (além dos marcos do liberalismo burguês) se orientou.



« Não posso imaginar
outra maneira de
construir o
socialismo numa
sociedade rural
sem o modelo
Ujamaa .

Não desejamos
multiplicar a
burocracia nas
áreas rurais. »

Nyerere

TANZÂNIA

**A LENTIDÃO
DA REVOLUÇÃO É
CIRCUNSTÂNCIAL,
A TENDÊNCIA É A
RADICALIZAÇÃO**

NYERERE :

Não creio que os marxistas devam limitar as suas análises ao que Marx quis dizer em sua época. Eles devem analisar esta sociedade, aceitar as suas realidades e estudar o movimento histórico mundial até o socialismo, sem perder tempo em explicar exactamente o que disse Marx.

Terceiro Mundo: Sr. Presidente, em certos círculos americanos e europeus se pensa que a revolução tanzaniana atravessa um período de paralização. Que pensa o senhor?

Presidente Julius Nyerere: É possível que seja verdade. É possível que agora estejamos alcançando nossas metas com uma velocidade menor do que ao princípio. Por quê? Porque depois da Declaração de Arusha, em 1967, definimos nossos objectivos socialistas e logo procuramos colocá-los em prática. Alguns deles podiam ser concretizados imediatamente, mas outros não. Teriam que passar por um processo de educação popular. Houve, assim, um rápido avanço no começo. Por exemplo: nacionalizamos tudo o que podia ser nacionalizado. Fizemos isso em três dias, mas podíamos tê-lo feito num dia. Sabíamos que o TANU estava entrando em uma etapa difícil — e chamo sua atenção para o facto de que nosso partido não é a FRELIMO, e não havia definido claramente suas metas socialistas antes da independência. Simplesmente dissemos «vamos construir uma sociedade socialista», mas não tínhamos definido claramente o que era uma sociedade socialista. Nossa liderança, lentamente, estava sendo arrastada para hábitos capitalistas. Foi então que estabelecemos um código de comportamento para nossos líderes. Também isso foi rapidamente aplicado. A alguns de nossos líderes tivemos de dar um pouco de tempo para que se ajustassem à nova situação.

Na verdade, também esse objectivo poderia ter sido alcançado em uma semana somente. As nacionalizações das indústrias que se impunha nacionalizar e o novo código de comportamento de nossos líderes definiu nosso primeiro momento. Depois desses passos iniciais deveríamos definir um método para transformar as regras de nossa sociedade. Mas isso não era algo que se pudesse fazer em um dia ou numa semana. É um processo. Desde o início vimos claramente que iria ser um processo. Começamos por definir o tipo de sociedade que desejávamos construir. Isso também foi rápido.

Não levou mais que uma semana. No entanto, a construção dessa sociedade não seria uma tarefa fácil. Assim o entendemos.

Então, voltando à sua pergunta: de certa maneira é verdade. É verdade que a nossa Revolução é mais lenta agora do que em 1967. Repito, as coisas que devemos fazer agora necessitam de um processo. De quando em quando podemos voltar a tomar algumas medidas e aplicá-las rapidamente. É só planejar e executar. Mas a transformação de nossa sociedade é um processo. Uma parte importante desse processo é a educação completa de uma comunidade analfabeta. Criar uma consciência, um claro entendimento do que se está fazendo.

T. M. — E que diferenças essenciais estabelece entre o que foi definido em Arusha e o que se fez posteriormente?

N. — Em Arusha, os poucos que ali nos reunimos pudemos decretar várias medidas, nacionalizações inclusive. E isso custou pouco. Não obstante, a transformação da sociedade como um todo só pode ser feita pelas massas populares. É impossível fazê-la sentados em um gabinete. E aí estamos, mas repito, sou uma das primeiras pessoas a reconhecer que estamos em um ritmo lento.

A REVOLUÇÃO E A CONTRA-REVOLUÇÃO

T. M. — Como o senhor sabe, em todo processo revolucionário há forças que se empenham em fazer avançar este processo e outras que o retardam. No avanço ou no retrocesso influi a correlação interna de forças. Qual seria essa correlação na Tanzânia hoje?

N. — Inevitavelmente, quando se começa um processo de mudanças e esse processo tem na vanguarda um partido como o nosso, nacionalista, haverá aqueles que querem fazê-lo marchar lentamente e, ainda mais, os que não que-

char lentamente, e, ainda mais, os que não querem nenhum tipo de mudanças.

No entanto, vou-lhe falar somente dos que querem as mudanças e discordam unicamente quanto à velocidade das mesmas. Eu pessoalmente me encontro às vezes em um e às vezes em outro campo. Algumas vezes me surpreendo a mim mesmo pondo o pé no acelerador e outras apertando o freio. Isso é definido pelo que penso que se pode fazer em cada momento.

T. M. — E como vê a situação de hoje?

N. — Nosso partido como um todo — e sei que dizer isso não significa dizer muito — se se parte do ponto de que é um partido nacionalista e não um partido revolucionário, se pode considerar que se está radicalizando cada dia mais. Acentuo que é cada dia mais e não menos radical. Insisto em que isso não é dizer muito, mas é importante para definir as bases com que começamos nosso processo revolucionário. A única vantagem que tivemos é que se tivéssemos partido de cima do monte Kilimanjaro, a única alternativa teria sido ficarmos onde estávamos ou descer. Mas patirmos de baixo e, por isso mesmo, estamos subindo cada dia mais. A única coisa que o nosso partido pode fazer é tornar-se cada dia mais radical.

O facto da FRELIMO ter triunfado e estar levando adiante sua própria revolução com a independência, vai acelerar o caminho da radicalização do TANU. Essencialmente nossa direcção está clara.

T. M. — Retomando o tema inicial da paralização: nota-se aqui na Tanzânia um esforço no sentido de mudanças, de aceleração do processo, da radicalização, que se expressa em novas directivas políticas e também nas substituições de pessoas a altos níveis. Considera o senhor Presidente que essa observação tem uma base real?

N. — O que lhe estava dizendo é que no Partido, as novas lideranças são cada vez mais e mais radicais. As que vão surgindo vão deixando de lado as velhas lideranças, que já não entendem o que está ocorrendo. E isso acontece a todos os níveis. Claro que não queremos dizer que não tenhamos forças no país que se estejam opondo às mudanças. Existem. No entanto, somos mais afortunados que outros países. E por quê? Primeiro, porque somos pobres. Segundo, porque não havíamos desenvolvido uma burguesia nacional. Quando começamos a percorrer nosso caminho para o socialismo, quando começamos a aplicar as medidas imediatas de mudanças estabelecidas na Declaração de Arusha, estas foram muito populares. Foram todas muito bem acolhidas pelo povo. E seguramente não porque todo o mundo fosse socialista. Não. Foram populares porque eram nacionalistas. Porque as indústrias que estávamos nacionalizando eram indústrias britânicas.

Não havia nenhuma indústria tanzaniana para nacionalizar. No tínhamos uma classe tanzaniana de capitalistas. Estávamos, não obstante, impedindo que uma classe de capitalistas tanzanianos se desenvolvesse. Havia líderes do TANU que haviam começado a usar sua posição política como um capital. Por isso se introduziu um controlo sobre as lideranças políticas e isso encontrou resistência, foi muito impopular entre os líderes, mas foi muito popular entre o povo. É uma confirmação de que há gente na sociedade que se nos opõem e ainda mais: mesmo pessoas nossas associadas e que se nos opõem.

O que ressalto é que não é o mesmo tipo de oposição que se encontra em um país que tem que enfrentar uma burguesia nacional, que está trabalhando ombro a ombro com o capitalismo internacional, ou que representa uma peça dessa engrenagem capitalista internacional. Tal não existiu aqui. Lutamos contra uma coisa diferente: contra a burocracia, a corrupção, a tentação, muito mais que contra uma classe capitalista aliada aos interesses internacionais. Nesse sentido nossa pobreza foi uma vantagem.

T. M. — O senhor disse que não há na Tanzânia uma burguesia nacional. Mas, não acha que uma tecno-burocracia está substituindo aqui a classe da burguesia nacional?

N. — Sim. Justamente isso é que precisamos vigiar. Claro que não é a única coisa que precisamos vigiar. Também temos que vigiar o capitalismo internacional, pois é verdade que ainda temos vínculos com o capitalismo internacional. Estou de acordo de que precisamos estar muito vigilantes com relação à tecno-burocracia, ainda que não seja uma tarefa fácil. Um burocrata tem poder funcional. E criar uma burocracia socialista ... bem, não sei quantos países terão êxito nesse ponto.

T. M. — Certamente não serão muitos.

N. — É um problema difícil.

AS TENDÊNCIAS INTERNAS DO TANU

T. N. — Presidente, como o senhor sabe, não falamos suhaili, mas as pessoas com quem pudemos nos comunicar — e não foram poucas — colocam-no no vanguarda do processo e mais especificamente à esquerda do partido. Mas também dizem que muitos dos seus mais directos colaboradores não estão na mesma linha e que não se pode vigiá-los ou combatê-los porque não se criou dentro do partido os mecanismos adequados a um estilo de militância que possa apoiá-lo no seu trabalho.

N. — Sei que essa é uma falha, e por isso mesmo, como já lhe disse, tenho que pôr às vezes o pé no acelerador e outras no freio. Te-



Artistas tanzanianos alegram os momentos de lazer de um povo inteiramente voltado para o trabalho, instrumentos artesanais de grande colorido musical.

nho que aceitar a realidade da sociedade que estamos tentando mudar. Temos que aceitar que criamos um movimento nacionalista, não um partido de vanguarda. Não é matéria de análise. É a realidade. Esse movimento é que deve transformar-se a si mesmo. E como se dará essa transformação? Eu creio que se dará organicamente. Não vejo no TANU, nem sequer neste momento, um núcleo que se possa considerar mais radical e se encarregar da liderança. Mas sei que esse sector cresce a cada dia. Enquanto isso temos que continuar governando e para governar temos que contar com a gente que está ali. A maioria é patriota, mas não socialista. Cumprem as funções que lhes indica o partido. Afortunadamente como presidente, com nossa liderança e a de um núcleo de nossos companheiros, quando sentimos que uma determinada linha correcta deve ser seguida, podemos fazer com que seja aceite pelos órgãos directivos do partido e pelo partido mesmo. Porque geralmente se trata de uma política de interesse colectivo, que tem apoio popular. Quem se poderia opôr a uma política assim? Temos conseguido, desse modo, aplicar uma política popular. Quando essa po-

lítica está definida, muitos de nossos burocratas são suficientemente patriotas para pô-la em prática. Às vezes de forma ineficiente, é verdade, não com o entusiasmo que seria necessário, mas aplicam-na. Enquanto isso, avança o processo de radicalização. Certamente que não me satisfaz, nem à verdadeira ala esquerda do TANU. Entretanto a ala esquerda tem que aceitar que essa é a realidade da Tanzânia.

T. M. — Em outra ocasião, eu lhe falei, Sr. Presidente, sobre o nasserismo, que, em certo sentido, também actuava assim. Havia uma «realidade egípcia» e o partido se conformou com essa realidade. Também avançando e obtendo êxitos dada a liderança carismática e excepcionalmente eficaz do presidente Nasser. Mas, pela ausência de uma mobilização popular que criasse consciência política, se tornou muito fácil a viragem que visivelmente se está produzindo na revolução egípcia. Não quero fazer comparações. O tempo histórico é diferente e a Tanzânia não é o Egipto. Mas sempre a História deixa lições. Não crê que essas lições devam merecer uma análise especial?

N. — Estou consciente disso. Uma revolução não pode depender de carisma. Para continuar

tem que ser institucionalizada, de maneira a ser levada adiante pelas instituições da própria revolução e não por indivíduos — e certamente não por um indivíduo. Isso eu aceito, e tendo aceitado, eu lhe digo que estamos conscientes de que se deve criar essas instituições. Tanzânia vive um processo. Devo voltar atrás e insistir em que criá-las é também um processo. Acredito que estamos no meio desse processo, porque estamos conscientes do problema. Eu diria que temos uma pequena vantagem com relação ao caso do Egito: desde o começo tivemos um partido. Então, o que devemos fazer é radicalizar esse partido. Estamos em sintonia com o povo. Não estamos fazendo uma política popular de cima para baixo. Não se nos apresenta o desafio de criarmos um partido, como foi o caso daquele pequeno grupo de oficiais do Egito. Temos esse partido e devemos convertê-lo em um partido de massas e radicalizado, para que realmente possa guiar a revolução.

A EXPERIÊNCIA DAS UJAMAAS

T. M. — Presidente, falando nas instituições da revolução, penso que na Tanzânia a experiência mais importante é a *ujamaa-village*. Seja qual for a opinião que se tenha sobre a experiência, a verdade é que reunir em núcleos as populações dispersas já é por si mesmo um feito histórico. O que lhe apresentamos é uma preocupação que nos ficou das visitas às *ujamaas*: quando se reúnem em núcleos duas, três, cinco mil pessoas, além de todas as vantagens visíveis, se está criando um mercado. Nas *ujamaas* se está estimulando o cooperativismo, mas poderia parecer que não se aplica uma política suficientemente vigorosa e clara a ponto de impedir que sobre aquele mercado incidam os estilos e práticas capitalistas. Desse modo, uma experiência de evidente originalidade, já nasce admitindo possibilidades de diferenças sociais, de origem capitalista, que era sua meta impedir. Ninguém melhor que seu próprio criador para nos esclarecer essas dúvidas.

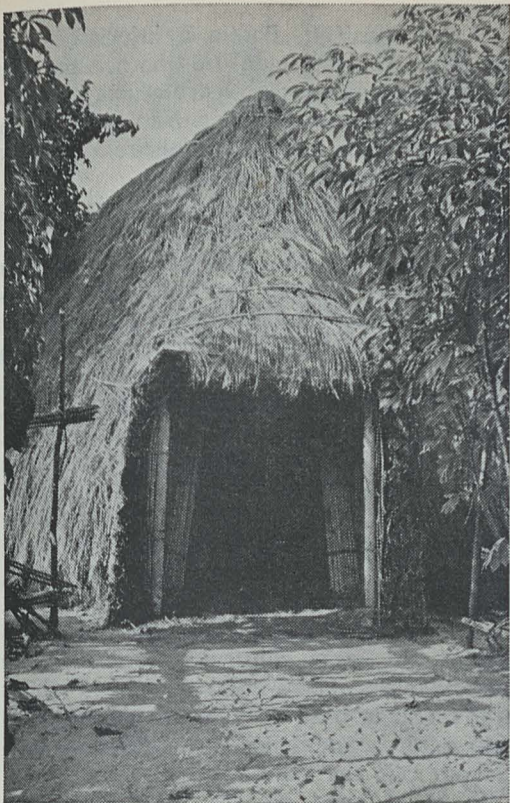
N. — Em primeiro lugar, verifico que você entendeu muito claramente nossa política nas áreas rurais. Da maneira como você me apresenta a pergunta, fico claro que entende o que estamos fazendo, ainda mais, os propósitos que nos animam. Uma de nossas metas é o que você poderia chamar, entre aspas, «desenvolvimento». Qualquer tipo de desenvolvimento é uma consequência do agrupamento de pessoas. A diferença que há entre um projecto em uma sociedade capitalista e outro em uma sociedade socialista é que, no primeiro, a gente trabalha

junta para um explorador capitalista, mas em segundo caso, trabalha igualmente junta, mas em seu próprio benefício. O que fica claro é que, de todos os modos, se deve trabalhar em conjunto. Como nós definimos as *ujamaas-villages*? Um núcleo humano em que a gente vive e trabalha em conjunto para o bem comum. Não é suficiente viver juntos, tão pouco é suficiente trabalhar juntos. Poderiam trabalhar juntos para um capitalista. Poderiam viver separados e trabalhar juntos para um capitalista. Temos este caso, nas plantações, na Tanzânia. Por isso definimos as três condições: viver juntos, trabalhar juntos e para o bem comum. Esse é o objectivo.

No entanto, uma coisa é definir um objectivo e outra é alcançá-lo. Creio que, no caso da Tanzânia, alcançar esse objectivo também é um processo. Há coisas que vamos cortar pela raiz nas *ujamaas-villages*. Você acentua na sua pergunta que quando se agrupa alguns milhares de pessoas, se está formando um mercado. É, evidentemente, uma oportunidade para que pessoas com propósitos capitalistas se aproveitem da situação. Mas isso nós não vamos permitir. Nenhum negócio do tipo capitalista poderá ser realizado na *ujamaas-villages*. Por maior que seja a dificuldade, estabeleceremos em cada *ujamaa* uma unidade comercial do tipo cooperativo, que assegure que esse mercado criado seja utilizado e reverta em benefício da própria comunidade.

Enquanto isso, nossos camponeses continuam sendo os mesmos camponeses que durante séculos têm trabalhado em benefício próprio. Têm terras — nossos camponeses não são camponeses sem terra — e sempre cultivaram sua própria terra. Mas nós queremos que trabalhem em conjunto. Como poderemos fazê-los mudar? Decretando essa mudança? Ou terá de ser por meio de um processo educativo? Estamos seguros de que deve ser por intermédio da educação. Então, como começamos essas vilas? Começamos permitindo a todo camponês que continuasse cultivando seu próprio lote. Mas já não vendem mais sua produção a um capitalista. Têm que formar uma cooperativa. Todas as *ujamaas* trabalham da mesma forma. Nisso não há excepção. Enquanto que em algumas todos os camponeses ainda trabalham individualmente seu próprio terreno, em outras já trabalham numa granja colectiva, uma grande unidade cooperativa. Alguns trabalham suas próprias terras e vendem a sua produção à cooperativa — que pertence a todos os produtores — enquanto que outros já deram um passo mais avançado e trabalham em conjunto. Tal situação reflecte a realidade de um processo. E insisto, assim não há possibilidade de que novos mercados sejam aproveitados pelo capitalismo.

T. M. — É esse o panorama geral?



Vemos aqui uma vivenda típica do interior de Tanzânia, apresentada no «Village Museu» de Dar-es-Salaam.

N. — Vou dar o caso da minha própria *ujamaa*. Parto para lá amanhã, vou passar uma semana trabalhando. É uma aldeia com seiscentas famílias. Pouco mais de cem famílias já trabalhávamos de forma comunitária. Porém as outras quinhentas, não. A maioria dessas quinhentas são famílias que chegaram à comunidade nos últimos anos, depois que começou a tarefa de nucleamento das populações rurais. Em contrapartida, as outras cem há mais de cinco anos que vivem juntas. Por isso tenho insistido tanto em que este é o processo. O que acontece é que cada dia mais pessoas trabalham individualmente passam a trabalhar em forma colectiva. Entretanto não permitimos que nenhum capitalista estabeleça qualquer tipo de actividade capitalista. Toda a actividade económica da aldeia está em mãos da comunidade como tal, nas de um camponês individualmente ou ainda em mãos do Estado.

T. M. — Está, então, realmente seguro de que o modelo *ujamaa* conduzirá a uma sociedade socialista?

N. — Não tenho a menor dúvida. Não posso imaginar outra maneira de construir o socialismo numa sociedade rural. Poderíamos ter organizado tudo em bases estatais e transformar a sociedade rural num proletariado rural, estruturado numa base estatal. Não devíamos, porém, fazê-lo: em primeiro lugar, porque

não tínhamos o aparelho necessário. Tínhamos, sim, um partido de massas ao qual podíamos encarregar da tarefa de organizar a população rural para construir esse tipo de comunidades, em benefício do próprio campesinato. Não teríamos podido fazer o mesmo sobre bases estatais. Honestamente, não tínhamos a capacidade de o fazer sobre tais bases. Além do mais, seria a multiplicação da burocracia nas áreas rurais. E já tenho bastantes burocratas nas cidades. O que desejamos é criar no partido quadros suficientemente radicais para trabalhar nas áreas rurais. Não uma burocracia estatal.

POSIÇÃO FRENTE AO MARXISMO

T. M. — Como relaciona a experiência *ujamaa* com a sistemática marxista?

N. — Primeiro devo confessar-me...

T. M. — Pois nos investimos humildemente das funções de cura.

N. — Eu não sou marxista. Isso não significa nada. Quando digo que não sou marxista é uma maneira de confessar a minha ignorância.

T. M. — O General Velasco, do Peru, costumava dizer que o governo peruano não era marxista, mas que estava fazendo uma revolução, e que isso é o que importava.

N. — Pessoalmente, sobretudo a partir de 1967, tratei de ler textos marxistas. E agora estou convencido de que um partido como o TANU deve ter uma séria compreensão da análise marxista para poder conduzir a sua revolução.

T. M. — E isto está sendo posto em prática?

N. — Estamos tentando. Temos companheiros no partido que conhecem muito bem o método de análise do marxismo e, sob certos aspectos, são muito radicais. Estou, pois, convencido de que os nossos líderes terão que entender a análise marxista da sociedade e da história. É necessário porque dá mais consciência do que se está fazendo. Compreende melhor as acções e lhe dá um significado histórico mais claro. Eu cheguei a essa conclusão. Mas uma vez dito isso, também quero dizer outra coisa. Os bons marxistas realmente querem analisar a sociedade cientificamente, estritamente, e aceitam os factos objectivos dessa mesma sociedade. Entretanto, tenho dificuldade em entender algumas das práticas marxistas actuais. Muitas não me parecem realmente científicas. Eu sou um católico romano. Leio a Bíblia. Quando um católico não entende o significado de um texto, consulta o Papa e ele lhe dá a palavra final. Dá-nos a interpretação. E eu não acredito que com o marxismo se possa fazer o mesmo. Não creio que os marxistas

devam limitar as suas análises ao que Marx quis dizer em sua época. Eles devem analisar esta sociedade, aceitar as suas realidades e estudar o movimento histórico mundial até o socialismo, sem perder tempo em explicar exactamente o que disse Marx; quando alguém entende exactamente o que disse Marx, então já pode considerar-se um bom marxista? Para mim, esse tipo de debate é um engano. É um debate religioso. E isso me cria uma dificuldade real para entendê-lo.

T. M. — Presidente, um companheiro brasileiro, marxista, que morava no Uruguai, me dizia que enquanto a Igreja se transformou num partido político, o marxismo se converteu em dogma...

N. — Muito bom. Eu creio que esse tratamento do marxismo como um dogma está fazendo com que ele perca o dinamismo da história. Estou certo disso.

T. M. — Pode-se dizer que há marxistas no TANU?

N. — Sim, pode-se dizer que há elementos do TANU que têm um bom entendimento da análise marxista. Inclusive um conhecimento muito mais profundo do que o meu. Eles aceitam os ensinamentos básicos do marxismo, inclusivamente a parte «metafísica» do marxismo, que eu, pessoalmente, não aceito. Eu excluo essa parte «metafísica». Ou seja, há membros do TANU que aceitam o marxismo quase que totalmente, mesmo o aspecto «metafísico», que eu sei que muitos dos meus amigos da Somália têm dificuldades em aceitar.

T. M. — Naturalmente, nesse caso, não se pode deixar de levar em conta o ingrediente islâmico...

DODOMA: CONQUISTA SOCIAL OU FRUSTRAÇÃO

T. M. — Temos vivido uma experiência singular que foi a construção de Brasília e a instalação do poder na nova capital do Brasil. Ela foi projectada para uma sociedade do tipo socialista e como na realidade foi o contrário que se passou, transformou-se numa cidade com muitos privilegiados. Os senhores estão, agora, construindo a nova capital, Dodoma, que acabamos de visitar. A ideia, o plano, a concepção urbanística, pareceram-nos muito interessantes. Mas nos chamou a atenção que subsistem nos mesmos certos estilos consagrados de discriminações sociais futuras. Perguntamos a um funcionário por que havia áreas reservadas para construções opulentas e ele nos respondeu que na Tanzânia há pessoas pobres e pessoas ricas, e que mesmo dentro do TANU há elementos endinheirados que aspiram ter boas casas. Como vê o senhor, Presidente, esse problema? Não seria Dodoma, de futuro, uma frustração política?

N. — É possível. Porém a informação que lhe deram foi exagerada. Não há nenhum líder do TANU que possa construir uma casa privada com recursos próprios. Não terá dinheiro suficiente. Teria que pedir dinheiro a uma instituição de crédito do governo.

T. M. — E na certa ele não teria esse dinheiro.

N. — O perigo não seria propriamente o da frustração. A situação aqui é diferente. É verdade que temos alguns ricos na Tanzânia, mas poderão ser contados nos dedos. Nenhum deles, por exemplo, poderia construir uma casa para renda. Podem construir para nela viverem, mas se a arrendarem, nós lhe tiramos a casa. Mesmo assim, posso assegurar que seriam muito poucos a poderem fazer isso. As casas privadas de Dodoma vão ser as construídas por pessoas pobres, que as edificarão em moldes cooperativos, com o assessoramento do Estado. Já há muitas dessas casas em Dar-es-Salaam. Agora, em Dodoma, teremos muitos apartamentos que serão construídos pelo Estado e por organismos pára-estatais. O risco que eu vejo é que as boas casas, construídas pelo Estado e por organizações para-estatais, terminarão por cair nas mãos dos burocratas.

T. M. — Como são eles que decidem, na certa construirão e escolherão as mais bonitas para eles...

N. — Esse é o risco.

T. M. — O senhor é um ideólogo e um dirigente político conhecido na América Latina e cujas ideias são analisadas por muitas pessoas interessadas nos problemas do Terceiro Mundo. Tem alguma mensagem especial para a América Latina?

N. — Amanhã vou para a minha aldeia natal, passar alguns dias. Vou apanhar algodão. Como penso em ter algum tempo livre, vou tratar de ler um pouco. Creio que os líderes do Terceiro Mundo não entenderam o problema do neo-colonialismo como havíamos entendido o colonialismo, contra o qual nos organizámos eficazmente com o intuito de derrotá-lo. Na verdade, necessitamos entender o neo-colonialismo da mesma maneira como entendemos o colonialismo. Devemos entender as razões do sub-desenvolvimento. Estou levando comigo dois livros que, espero, me ajudem a entender a América Latina (livros sobre o desenvolvimento e sub-desenvolvimento, de Gunther Frank e outros). Naturalmente trato de entender o que se passa em outras partes do Terceiro Mundo, como pode ver pelos livros que me acompanham nesta visita à minha aldeia nata. Estou tentando ver as razões do sub-desenvolvimento na África, porém eu acredito que as razões do sub-desenvolvimento são mais facilmente compreensíveis na América Latina do que na África. E daí o meu desejo de conhecê-las.

UJAMAA

Seis milhões de camponeses já agrupados em aldeias comunais

As *ujamaa-villages* ou aldeias autogestionáveis nas quais se baseia o modelo socialista da Tanzânia, partem de uma constatação muito simples. A população camponesa deste país, mais de 90 % de seu total, até à independência e nos primeiros anos de vida do novo Estado, achava-se dispersa, com uma agricultura que pouco diferia da dos primeiros homens africanos, uma vez que nem sequer os mais primários implementos eram utilizados no trabalho agrícola, e assim com uma produtividade muito baixa. Convém deixar claro que essas populações rurais estavam à margem dos benefícios da medicina, da electrificação e da água potável, e que só alguns poucos podiam mandar os seus filhos às escolas dos povoados mais próximos.

Pensar em constituir o socialismo numa sociedade com estas características seria utópico. Assim o entendia o Presidente Nyerere que foi alimentando a ideia de criar núcleos populacionais em aldeias que, pouco a pouco, iriam adoptando o sistema de autogestão e seriam a base de uma nova sociedade. Já em Dezembro de 1962, dirigindo-se ao Parlamento (então o de Tanganika, já que a união com Zanzibar deu-se em 1964), asinalava o «mwelimu»: «antes de que possamos levar os benefícios do desenvolvimento moderno aos nossos camponeses, temos que dar um passo prévio: fazer com que comecem a viver em aldeias comunais. O resultado desse nucleamento será não só uma melhor produção, como também possibilitará

a criação de estradas, comércio e alguma indústria local, assim como escolas para as crianças e centros de saúde para que a população possa realmente desfrutar a vida e desenvolver seu espírito criador».

Pouco tempo depois começa o programa de transformação das estruturas rurais. Aproximadamente 250 famílias se reúnem em uma aldeia na qual o cultivo da terra continua sendo, em princípio, individual, mas que ao introduzir-se nela métodos mais modernos, tecnologia apropriada, assim como serviços gerais em matéria de saúde e de educação, começa-se a criar uma estrutura de tipo cooperativo.

Para levar por diante o programa, estabelecido explicitamente como uma das metas do plano quinquenal, cria-se o Ministério de Desenvolvimento Comunal e Cultura Nacional e o de Terras, Fixação Rural e Águas. O primeiro é o que liga directamente com as cooperativas, assessorando-as em matéria agrícola, de saúde e assistindo-as no cumprimento de metas de educação maciça. O segundo está mais directamente vinculado aos passos específicos do Plano Quinquenal.

A primeira etapa do projecto foi levada adiante exclusivamente com financiamento e iniciativa estatais: era o Estado o que construía as novas casas para os camponeses, o que cedia as terras, abria as estradas, levantava escolas, edifícios públicos, etc.. Assim, segundo dados oficiais, uma aldeia-tipo, em que seis mil acres de terra eram entregues a 250 famílias, supunha um custo de 150 mil libras, dos quais trinta mil representavam a verdadeira inversão estatal, enquanto que o resto era pago anualmente pelos camponeses, em um prazo de 25 anos. Este sistema demonstrou desde logo suas limitações, fundamentalmente porque sendo a Tanzânia um país pobre, o Estado não tinha capacidade de dar a essa nuclearização rural o impulso que desejava, e além disso — e esta razão não é menos importante — porque a tarefa era recebida pelos camponeses como algo alheio a elas, no qual sua participação era mínima. Assim, em 1966, se anuncia uma mudança de política. Assinale-se que, tendo-se avaliado a evolução do sistema de núcleos rurais, comprovou-se que os camponeses recebiam com sentido místico os projectos nos quais eles mesmos levantavam suas casas e escolas e melhoravam as instalações já existentes, ao contrário dos outros nos quais não só deviam passar a viver em zonas diferentes e em casas demasiadamente confortáveis para seus hábitos, além do que se endividavam com o Estado durante 25 anos.

A partir de então a criação de aldeias comunais passou a ter um assessoramento estatal, mas é fundamentalmente o próprio grupo de camponeses que, em uma tarefa de auto-assistência, leva adiante a iniciativa. Inclusive par-



Nas «Ujamaas» os artesãos e camponeses começam a perceber, com rapidez, as vantagens da vida e do trabalho colectivos.

tiu-se de centros rurais pré-existentes aos quais se iam introduzindo melhorias, e não mais em aldeias construídas em zonas onde antes nada havia.

SEIS MILHÕES DE COMPONESES AGRUPADOS

Muitos dos críticos das aldeias *ujamaas* assinalam que se trata de «socialismo utópico» ou «pré-marxista» e na verdade ainda hoje, com o inegável avanço da experiência, não se poderia dizer que a Tanzânia é um país socialista. Entretanto, se avançou muito nas conquistas das metas iniciais propostas pelo Presidente Nyerere, isto é, quanto a colocar a educação ao alcance de crianças e adultos das populações rurais, na electrificação de várias zonas que já beneficiam milhares de famílias, facilidade de abastecimento de água e assessoramento estatal na produção. São evidentes os êxitos no campo político, levando a presença do TANU a todas as aldeias, que já contam com uma infra-estrutura comunal que facilita

as discussões, a realização de assembleias e o começo de uma prática de poder descentralizado que vá preparando os camponeses para etapas futuras que exigem uma clara consciência política e uma práxis revolucionária.

Assim, cada aldeia tem um comité político, um comité de defesa e um comité económico, que juntos formam o grupo dirigente. Entretanto, a assembleia geral, na qual participa toda a comunidade e votam homens e mulheres maiores de 18 anos, é a que tem a última palavra. Presentemente todas as aldeias estão estimulando o trabalho voluntário. O governo, em seu plano, destinou 580 mil libras para materiais de construção usados em tarefa de trabalhos voluntários e programas de auto-assistência, e outras 580 mil libras para projectos de desenvolvimento comunal.

Em todo o país já há seis milhões de camponeses em núcleos de aldeias, muitas das quais já introduziram, além do lavradio individual das terras privadas, dias de trabalho colectivo em granjas comunais. São estas as que se chamam aldeias *ujamaas*, uma vez que a palavra *suahili*, que começou por significar algo assim

como «família», hoje é usada como sinónimo de «socialismo».

Quando visitamos a região de Dodoma, Rawsone M. Mallya, egresso de uma escola inglesa, que nos acompanhou na visita às *ujamaas* e nos serviu de intérprete do *suahili* para o inglês em nossos diálogos com os camponeses, nos chamava a atenção para o facto de que na região já há mais de 500 aldeias comunitárias, e que isso atinge 98 % da população que já está nucleada.

Enquanto avançávamos no jipe que nos levava pelos caminhos secos e maltratados que nos conduzem à zona das aldeias, comentava Mallya: «Antes das *ujamaas* você podia andar por esta zona por mais de 200 milhas e não encontraria nem duas pessoas. Hoje estão os caminhos cheios de camponeses que trabalham em seus lotes e cultivam a granja colectiva».

Quando perguntamos a ele sobre a resistência da população ao nucleamento, além das razões que supunhamos habituais, aduziu outras que não deixam de ser interessantes.

— Sim, resistem os que têm algum gado e temem que com a vida em comum possam perdê-lo, mas também resistem muitos maridos ciumentos que pensam que a sua mulher, com a abundância de novos vizinhos possam querer trocá-los por outro. Entretanto, a maioria dos camponeses se sentem agora mais apoiados».

— Progride o trabalho voluntário? — perguntamos.

— Nessa zona se fez uma primeira experiência de trabalho voluntário na construção de um canal de irrigação. Nele participaram o Presidente e também o Primeiro Ministro. A irrigação já beneficiou 18 aldeias, 40 mil pessoas, com um custo de mil dólares, dos quais só uma parte foi realmente investido. O resto foi desembolso voluntário.

— E depois do canal não continuaram com outras tarefas?

— Sim, estamos projectando fixar um dia por semana de trabalho voluntário em cada aldeia.

UMA VISITA A «UMOJA BAWANI UJAMAA»

Umojo significa «todos juntos» — explicamos o Presidente da *Ujamaa-Village* que visitamos a uma hora de Dodoma.

Culbert Ndonde exerce a presidência desde 1962, sendo natural do sul do país, a 1800 quilómetros de onde vive actualmente. A sua aldeia é uma das maiores, com um núcleo de 650 famílias, cerca de 3 mil pessoas. A maioria delas é da região e é cristã, mas há alguns muçulmanos.

— Quantos votos teve quando foi eleito? — perguntamos ao Presidente.

— 150 e meu oponente mais próximo 70, — eram muitas listas — isso aconteceu na última vez, quando fui eleito. Da primeira eleição já não me lembro bem...

— Que serviços sociais tem essa *ujamaa*?

— Temos uma escola e um dispensário médico. Já existiam antes da instalação da *ujamaa*. Justamente por isso foi escolhida esta zona. Já foi tudo ampliado para albergar mais população, que continua integrando-se.

— Está previsto que esse crescimento continue?

— Se não for baixada uma lei que ponha limite ao número de famílias que forma uma aldeia, prevemos um grande crescimento. Com respeito a isso temos inclusive uma experiência interessante. Para que você veja como aqui é a base que decide, usando os poderes que cada aldeia tem de ditar sua própria legislação, o comité político decidiu decretar um número limite de famílias, e a partir daí não aceitar novos ingressos. A proposta foi, naturalmente, submetida à aprovação de uma assembleia geral, e ali foi rechaçada. A população disse que enquanto houvesse espaço físico, seguiria aceitando gente.

— Há outras experiências de iniciativas da base?

— Veja, por exemplo, no começo, quando recém se havia formado as aldeias, vinha todo o tipo de gente. E vieram ladrões e bêbados que dentro de certo tempo se foi descobrindo. E a mesma gente foi separando os casos que considerava irrecuperáveis dos que acreditavam ser passíveis de re-educação. Aos irrecuperáveis, após uma série de advertências não ouvidas, a polícia foi o destino e aos outros a comunidade aceitou a tarefa de sua recuperação. Isso foi uma iniciativa dos camponeses, por ninguém imposta.

— Já começaram o trabalho colectivo na agricultura?

— Sim, em nosso estatuto já incluímos a norma de que em três dias da semana se trabalha na granja colectiva e em três outros nas terras individuais. Há sempre alguma resistência, mas já se deu o primeiro passo. Agora é apenas uma questão de educar os camponeses numa nova mentalidade.

— E se alguém não aceita esse sistema de trabalho?

— Há leis internas, elaboradas por nós mesmos, às quais são obrigados a obedecer.

— Alguém abandonou a *ujamaa*, não conforme com o novo sistema?

— Não, ninguém. Em geral, apesar das resistências à mudança, toda a gente diz que está melhor agora do que antes.

— Há problemas tribais na aldeia?

— Problemas menores. Na sua maioria são todos desta zona mesmo e aqueles que não são

a única manifestação especial é falar o seu próprio idioma.

— Quando chegamos vimos um armazém muito abastecido e muito frequentado...

— É nossa cooperativa. Já não permitimos o comércio privado. Faz um ano que esse sistema está em funcionamento e, com os lucros, além do dinheiro que se destina à reposição dos estoques, já nos foi possível comprar um moinho e alguns outros tipos de equipamento. Cada pessoa comercializa sua produção por meio da cooperativa. Para que possa ter uma ideia, a inversão inicial para instalar a cooperativa foi de 35 000 shillings (cinco mil dólares) e num só ano ganhamos 17 000, quase a metade.

— Quem é que decide se deve ou não investir numa cooperativa?

— A assembleia. Ela decidiu, por exemplo, a compra do moinho.

— Qual o menor «quorum» numa assembleia?

— Trezentas pessoas.

— O senhor me dizia que há uma escola. Aos professores lhes paga o governo?

— Temos vinte aulas de trinta alunos cada uma, que são atendidas por professores voluntários, todos da própria aldeia.

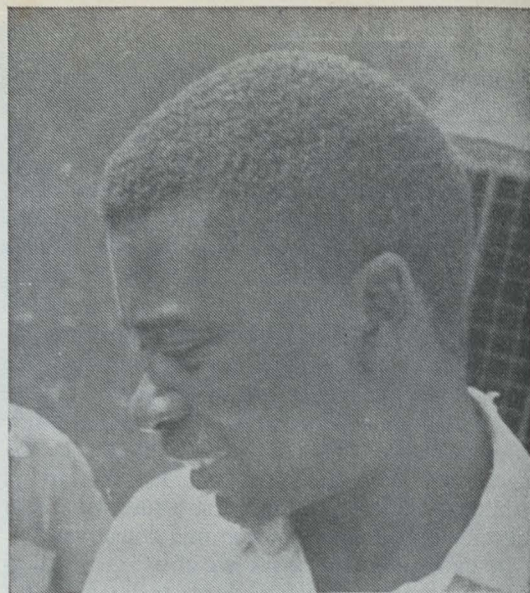
Enquanto nos encaminhávamos para o prédio da escola, que se situa a uns quinhentos metros do núcleo central, víamos as mães com seus filhos às costas cuidando das galinhas, outras formando uma fila aguardando a sua vez de ser atendida pela cooperativa a fim de comprar alimentos, os coloridos panos que usam em suas tradicionais roupagens, utensílios de cozinha que pela primeira vez haviam chegado à aldeia, substituindo, em parte, aos que são fabricados ali mesmo de cerâmica e de madeira. Alguns metros mais para a frente vemos um pequeno mercado de verduras, produção de algumas granjas individuais. Mais adiante um grande lago que domina a paisagem.

— Com esse lago, seguramente vocês não têm problemas com água...

— Pelo contrário, ele é de água salgada que mata as plantações. Ajuda-nos apenas na pesca, mas vocês poderão ver as nossas terras estão muito carentes de água. Precisamos trazê-la de muito longe. E pela seca que há três anos assola esta zona central do país, nossas colheitas têm diminuído sensivelmente, apresentando-se inclusive o problema da fome pela primeira vez em muito tempo.

— E o governo não os ajuda?

— Sim, em certa medida, mas a seca é um problema nacional que ainda não foi resolvido. Estamos tratando de construir mais canais de irrigação para não ficar tanto na dependência do tempo.



Culhbert Ndonde, presidente da «Umoja Bwawani Jjamaa», um homem integrado com o seu povo.

Umoja está, de facto, no centro do país e a seca é grande. Para a população foi uma solução muito grande encontrar-se já agrupada em núcleos, para enfrentar colectivamente o problema da falta de alimentos e para que o governo pudesse planificar melhor a sua ajuda. O presidente Ndonde nos explica que estes anos têm sido duros e que talvez mais ainda o serão, mesmo porque a construção de uma sociedade socialista é sempre difícil. E acrescenta: «Recém estamos na etapa da educação do homem». Ndonde é, como presidente da vila, também presidente local do TANU. «Concentrar as duas funções evita rivalidade», esclarece-nos.

No prédio da escola, amplo, arborizado, com salas de bom material e aulas equipadas com mesas e cadeiras de fabricação rústica, sem dúvida fruto do trabalho dos pais, estavam Emmy Lechipya, de 24 anos, Margareth Mapuga, de 18, Érica R. Sanbo, de 20 e Mohamed Moyoyola, de 23 anos. Tomavam nota de todos os cidadãos da aldeia que deveriam participar das eleições parlamentares nacionais. São todos da região, cada um deles atende uma das classes e, unanimemente, se mostraram a favor da vida nas *ujamaas*, entre outras coisas porque «agora temos amigos e antes vivíamos muito isolados». Durante a tarde há aulas par adultos e pela manhã e começa da tarde, para as crianças.

Depois de haver falado sobre as suas experiências, perguntam-nos porque todo o nosso interesse por uma aldeia tão pequena (esse era a sua avaliação) e tão distante. E se sentiram muitos orgulhosos quando explicamos que na América Latina há muitas pessoas interessadas em conhecer em detalhes a experiência africana e, particularmente, da Tanzânia.

LÍBANO

As Falanges Fratricidas

por SAMIR CHEHAD

Um grave conflito fratricida tem ceifado milhares de vidas no Líbano. Sua causa reside na agressão das falanges — um sector cristão de ultradireita — contrárias aos palestinos e libaneses voltados para a sua luta de libertação. Uma versão capciosa e amplamente divulgada pelos portavozes internacionais ligados ao imperialismo, tem apresentado com insistência esse conflito

como originado de uma profunda divisão entre cristãos e árabes de fé muçulmana. As falanges, segundo essa versão, representariam a importante população cristã do país. Isso não só é falso como procura esconder a existência de sectores cristãos identificados com a luta palestina, como nos fornece provas o seguinte artigo:

Nas suas origens, em 1936, os Kataebs (falanges libanesas) não eram mais do que um clube desportivo fundado por estudantes saídos da Faculdade francesa de Direito de Beirut (dirigida por padres jesuítas). Esses homens, profundamente impregnados pela cultura francesa, não apoiaram o movimento pela independência do Líbano a não ser para aplicar o processo de ocidentalização do país.

Depois da guerra civil de 1958 — à qual os Kataebs e o antigo presidente Chamoun deram um matiz confessional — o clube se transformou em partido político de extrema direita, estruturado e organizado.

A ideologia desse partido, segundo ficou estabelecido em 1958, é a seguinte: os cristãos, ameaçados pelos árabes muçulmanos, só podem ser livres no interior de um país dirigido por eles, garantido e sustentado pelas potências ocidentais.

Mais de 85 por cento daqueles que constituem o país são cristãos que, entretanto, não foram recrutados entre a pequena e a grande burguesia, mas são simplesmente dirigidos por elas. A ideologia de base é confessional e anti-árabe: os cristãos seriam os descendentes dos fenícios.

Esse fanatismo anti-árabe explica, em grande parte, a agressividade dos Kataebs até contra to-

dos os movimentos que preconizam a libertação nacional árabe e a sua vanguarda, a resistência e a revolução palestinas.

Desde Abril de 1969 até hoje, os falangistas não hesitam em colocar-se à cabeça (ou a sustentar todo o seu peso) das tentativas de liquidação da revolução palestina.

Porém os Kataebs só constituem uma minoria de libaneses de confissão cristã. Já que afortunadamente a maioria cristã não compartilha nem das convicções anti-árabes dos Kataebs, nem de suas tendências fascistas, ligadas aos interesses imperialistas.

Lamentavelmente, acontecimentos apresentados de forma incorrecta por diversos órgãos da imprensa ocidental caracterizam a situação como o começo (ou a continuação) do que seria uma guerra religiosa, opondo os cristãos libaneses contra os palestinos muçulmanos. Por outro lado, não é por pura casualidade que esta maneira de ver as coisas coincide perfeitamente com a ótica que a extrema direita libanesa trata de impor para ocultar suas ligações íntimas com o imperialismo, sob o pretexto de uma defesa dos direitos da comunidade cristã do Líbano.

Diante do recrudescimento dos massacres praticados pelos militantes das falanges libanesas e outros grupos de extrema direita, mui-

tas iniciativas têm procurado esclarecer a artificial confessionalização do conflito. Organizações cristãs como a Juventude de Estudantes Católicos (JEC), a Juventude dos Obreiros Católicos (JOC), o movimento da juventude ortodoxa e outras, recordaram aos falangistas que não representam mais do que eles próprios.

Já em 1969, um seminário que agrupava os dirigentes da JEC, bem como muitas personalidades cristãs eclesásticas, permitiu a seus membros tomarem posição, no «O Manifesto de Cristo Rei», pela resistência palestina e seu direito de combater ao inimigo sionista em solo libanês.

UM EXEMPLO

As vozes se elevam mesmo entre as hierarquias eclesásticas para reafirmar o compromisso dos cristãos do mundo árabe na luta pela libertação nacional. O heróico exemplo do Monsenhor Hilariôn Capucci (bispo cristão de Jerusalém, encarcerado pelos israelitas) ilustra de modo indiscutível a recusa dos cristãos árabes a serem assimilados pelas facções paramilitares de extrema direita.

E precisamente nesta ética nasce, em Janeiro de 1974, a Assembleia de Cristãos Comprometidos (Rassemblement des Chrétiens Engagés, REC). Reunindo cristãos libaneses (religiosos e leigos), busca transformar-se em trampolim para a reafirmação da linha patriótica e progressista e para sua propagação nas comunidades cristãs do Líbano. E também não será por casualidade que os seus fundadores estejam comprometidos em diferentes sectores das lutas sociais pela libertação nacional ou pela reforma eclesástica.

A Assembleia editou rapidamente um periódico («Al Macira»), o qual divulgou seus estudos. Junto aos problemas sociais (luta contra os monopólios ou pela reforma da legislação trabalhista), a R.C.E. lançou-se a uma campanha patriótica de diferentes aspectos: luta contra o imperialismo cultural propagado pelas missões religiosas, afirmação da integração histórica do Líbano à nação árabe, papel dos árabes cristãos no movimento de libertação nacional, etc..

Foi sobretudo no apoio à resistência palestina em sua luta de libertação de sua pátria onde se concentrou a actividade da Assembleia. Seus membros foram dos primeiros a agitar a questão do Monsenhor Capucci, fundando comitês de solidariedade, organizando comícios em seu apoio e na defesa da luta do povo palestino. Esta tomada de posição encontraria um grande eco entre os milhares de cristãos sobre

os quais pesava o tutela forçada das milícias de extrema direita.

Exemplo desse apoio cada vez mais amplo foi o comício realizado na Universidade Libanesa sob as frases de «Capucci não foi mais do que o começo». «Não ao isolacionismo» (com referência ao mundo árabe).

OS CRIMES DAS FALANGES

Monsenhor Gregório Haddad, arcebispo greco de Beirute, assim como o padre Emílio Richa e o Dr. Emílio Bitar, tomaram a palavra para insistir na solidariedade libanesa-palestina pela libertação do território e no dever do cristianismo em realizar a sua fé através de seu compromisso patriótico.

Hani Fahs e Zaki Taha evocaram o caso do Líbano do Sul (em particular Kfar Chouba, de onde é natural Taha). Do mesmo modo que o representante da O.L.P. eles questionaram o alegado direito de soberania nacional levantado por seus opositores, quando nem sequer se dão ao trabalho de defender-se dos ataques diários dos inimigos às vilas do Líbano do Sul e aos campos palestinos.

Um responsável da R.C.E. encerrou a reunião com uma alocução que sintetizou o ponto de vista da Assembleia dos Cristãos Comprometidos: «Nós estamos comprometidos — disse — e sem limites, ao lado dos oprimidos. Monsenhor Capucci fortaleceu a prova de que o cristianismo não poderia ser sinónimo de fuga frente ao conflito social e nacional, mas sim um compromisso total com esse conflito para terminar com todas as formas de opressão». E concluiu: «Nós, cristãos, estamos definitivamente comprometidos ao lado da resistência palestina. Denunciamos todas as formas de conflitos confessionais e afirmamos que cristãos e muçulmanos não estão, no Líbano, em dois campos opostos. Em realidade é a vontade de transformação que se opõe à vontade de estancamento. Quanto a nós, estamos ao lado de todas as forças que lutam pelas mudanças e pelo progresso».

Depois dos últimos acontecimentos e do atentado perpetrado pelas falanges, o R.C.E. tomou posição contra esses factos a serviço do imperialismo. Diz um recente comunicado: «Depois da horrível matança na qual foram vítimas um grande número de nossos irmãos palestinos (mulheres e crianças) não se pode deixar de condenar de maneira clara isto que foi realmente uma trapaça: esses factos só servem ao inimigo israelita, o qual não estabelece nenhuma diferença entre libaneses e palestinos».

NASCE A NOVA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

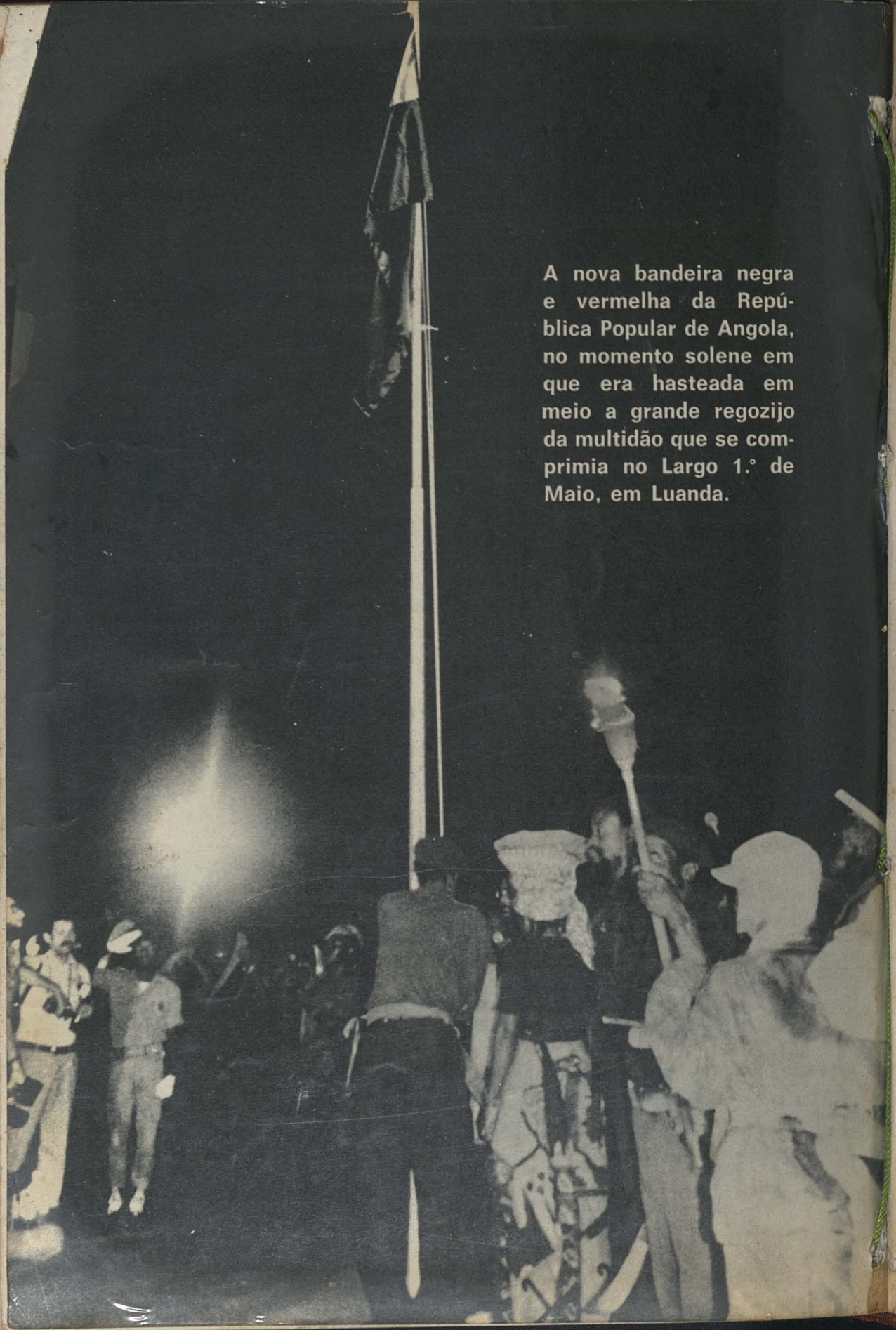
Os velhos tambores tribais se transformaram naquilo que marcou o ritmo musical de todo um povo que festeja a sua liberdade.

O melancólico toque de clarim assinala um minuto de silêncio em memória de todos os heróicos filhos de Angola que tombaram lutando pelos ideais de um povo sacrificado pelo colonialismo.



**terceiro
mundo**

Director: Pablo Piacentini
Editor Internacional: Neiva Moreira
Chefe de redacção: Júlia Constenla
Av. de Mayo, 1324 - 1.º/2021
Buenos Aires — Argentina



A nova bandeira negra
e vermelha da Repú-
blica Popular de Angola,
no momento solene em
que era hasteada em
meio a grande regozijo
da multidão que se com-
primia no Largo 1.º de
Maio, em Luanda.